

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

AMANDA VIZONÁ

**DISCURSOS ELEITORAIS DE PT E PSDB NOS PROGRAMAS DE
GOVERNO E DEBATES TELEVISIVOS:
ideologia, estratégias e pragmatismo**

SÃO CARLOS – SP

2019

AMANDA VIZONÁ

**DISCURSOS ELEITORAIS DE PT E PSDB NOS PROGRAMAS DE
GOVERNO E DEBATES TELEVISIVOS:
ideologia, estratégias e pragmatismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título em doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro

SÃO CARLOS - SP

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Amanda Vizoná, realizada em 26/03/2019:

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
UFSCar

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi
UFSCar

Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco
UFPE

Prof. Dr. André Borges de Carvalho
UnB

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) André Borges de Carvalho e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

À Maria Teresa, minha forte, doce e querida mãe.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento da pesquisa que resultou nesta tese de doutoramento. O apoio de uma bolsa de fomento foi fundamental para o desenvolvimento dos anos de estudos necessários para que a pesquisa fosse realizada com sucesso.

Ao Professor Pedro Floriano Ribeiro, meu orientador durante os quatro anos de doutorado, por acreditar no projeto e nas minhas competências para desenvolvê-lo. Pela parceria que construímos desde o mestrado e que foi fundamental para a minha formação enquanto pesquisadora na Ciência Política. Muito obrigada pela paciência, seriedade e generosidade.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, em especial ao Professor João Roberto Martins Filho, que supervisionou meu estágio de docência, pelo exemplo de pesquisador, professor e ser humano. Ao Professor Fernando Azevedo, que me acompanhou em todas as etapas desta tese, desde a disciplina de Seminário de Tese, passando pela Qualificação e pela Defesa, pelas contribuições fundamentais para a realização desta tese.

À Professora Gabriela Tarouco, pela participação nas bancas do processo de doutoramento e por me ajudar com sua vasta experiência na agenda de pesquisa desta tese. Obrigada por inspirar meu projeto e ser tão generosa em tantas contribuições. Aos Professores Gabriel Casalecchi e André Borges pela participação na defesa e por todas as contribuições para melhoria deste trabalho.

Sem minha família, nada disso seria possível. Agradeço imensamente minha mãe pelo exemplo de mulher batalhadora que, sem medir esforços, possibilitou que eu vivesse cada um dos meus sonhos. Obrigada por acreditar nos meus objetivos, por sempre repetir sobre o orgulho que sentia a cada passo que eu dava. Obrigada por não me deixar desistir e, por muitas vezes, acreditar mais em mim do que eu mesma. Sua força me fez chegar até aqui, seus puxões de orelha também.

Obrigada aos meus irmãos, Júnior e Rodrigo, por serem minha fortaleza neste mundo, por acreditarem em mim e não permitirem que eu desistisse, mesmo quando os caminhos pareciam impossíveis, este título de doutorado também é de vocês.

Durante o caminhar da escrita de uma tese, as amizades tornam-se combustíveis essenciais. Agradeço às minhas grandes amigas e companheiras de luta pela educação pública deste país, Elis e Érica. Obrigada pelo apoio incondicional e pelas repetidas vezes que vocês disseram: “vai dar tudo certo”. Ao amigo Renato, por compartilhar das angústias de pesquisa e de vida, sem o seu apoio eu não conseguiria chegar até aqui. Às amigas Gisele, Izabel, Tainã, Juliana e Graziela que, ao conviver com minhas angústias diárias, foram grandes incentivadoras do meu processo de doutoramento, obrigada pela companhia e aconchego diários.

Por último, mas em enorme grau de importância, agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos projetos de inclusão social que fizeram com que mais uma estudante de escola pública, filha de trabalhadora, se tornasse doutora. Jamais me esquecerei do discurso de lançamento do Prouni, em 2005, ano em que eu ingressei na Universidade através do programa, em que o senhor disse “vocês vão perceber do que o ser humano é capaz quando a ele é dada uma oportunidade”. Agarrei a oportunidade e me tornei doutora, obrigada Presidente!

RESUMO

A presente tese foi desenvolvida a partir da hipótese de que PT e PSDB, as duas forças que figuraram como hegemônicas na competição eleitoral brasileira durante mais de duas décadas e em lados opostos, teriam se movimentado de maneira centrípeta na escala ideológica e diminuído a distância programática que os diferenciavam, fato que teria sido um dos responsáveis pela fragilização dos vínculos com o eleitor e esgotamento da polarização com a derrota dos dois partidos na eleição de 2018. Para avaliar tal hipótese, trabalhamos a partir das teorias analíticas dos partidos políticos e suas estratégias e preferências ideológicas: a “Escolha Racional”, que atribui aos partidos objetivos mais pragmáticos, em busca da maximização de votos e da vitória nas eleições, e a “Salience Theory”, que coloca os documentos partidários e os discursos como vitrines das preferências ideológicas dos partidos para que os eleitores possam criar vínculos e realizar escolhas. Neste sentido, esta tese teve por objetivo analisar o posicionamento discursivo de PT e PSDB através da instrumentalização dos discursos presentes nos programas de governo, em cruzamento com os discursos dos candidatos nos debates presidenciais televisivos. Para tanto, utilizamos o método de classificação de sentenças de discursos em categorias temáticas desenvolvidas pelo “Manifesto Research on Political Representation” (MARPOR). Após mensurar a congruência entre o discurso no programa de governo e o discurso no debate televisivo, assim como a estratégia dos dois partidos ao utilizar tais mecanismos de comunicação em campanha, foi possível contribuir para a literatura sobre estratégias em campanha e demonstrar que, na verdade, PT e PSDB estiveram mais próximos e pragmáticos do que se imagina.

Palavras-chave: Ideologia partidária. Programas de governo. Debates eleitorais televisivos.

ABSTRACT

This thesis has been developed based upon the hypothesis that PT and PSDB, the main far-sided Brazilian political parties in the last two decades, have made an ideological centripetal move, approaching political agendas that used to distinguish them. This move explains the weakening of the party-elector bounding and the end of the political polarization leading, thus, to the electoral defeat of both sides in 2018. In order to evaluate this hypothesis this article considers political parties analytical theories and their strategies and ideological preferences: the Rational Choice theory, which considers political parties as pragmatics vote-seeking institutions, and the Saliency theory, which considers party documents and official speeches as ideological propagandas capable to connect and attract supporters. Thus, this present article intends to evaluate the political party positioning through the cross-analysis of the govern program and the speech during the electoral televised debates. To do so, the speech sentence analysis method was used in order to fit such sentences into the categories designed by the “Manifesto Research on Political Representation” (MARPOR). After measuring the consentaneity between party documents and the speech during the electoral debates, such as the parties’ strategies to communicate them to the electors, this article contributes to the campaign strategy literature and points out that PT and PSDB are very much alike, in despite of what they allege.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Domínios e categorias do método padrão do MARPOR	19
Quadro 2 – Categorias de Composição da Escala Rile.....	20
Quadro 3 – Base dedados dos Programas de Governo	21
Quadro 4 – Classificação dos partidos políticos brasileiros	56
Quadro 5 – Classificação dos Partidos Políticos Brasileiros	57
Quadro 6 – Composição da escala esquerda-direita	73
Quadro 7 - Novas subcategorias do esquema de classificação padrão do MARPOR (revisado em 2014).....	75
Quadro 8 - Base de dados do MARPOR de programas brasileiros	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tendências temporais: posição do legislador mediado dos partidos selecionados	55
Gráfico 2 – Frequência de temas: Programa de Governo	90
Gráfico 3 – Escala Rile - 2002	92
Gráfico 4- Frequência de Temas: Programas de Governo	95
Gráfico 5 – Escala Rile - 2006	96
Gráfico 6 – Frequência Temática: Programa de Governo	98
Gráfico 7 – Escala Rile - 2010	99
Gráfico 8 – Frequência Temática: Programas de Governo	102
Gráfico 9 – Escala Rile - 2014	104
Gráfico 10 –Eleições 2002: audiência dos debates (grande São Paulo)	113
Gráfico 11 – Frequência de temas: Debate televisivo	114
Gráfico 12 – Eleições 2006: a audiência dos debates (grande São Paulo)	117
Gráfico 13 – Frequência de temas: Debate televisivo	118
Gráfico 14 – Eleições 2010: audiência dos debates (grande São Paulo)	121
Gráfico 15 – Frequência de temas: Debate televisivo	122
Gráfico 16 – Eleições de 2014: audiência dos debates (grande São Paulo)	125
Gráfico 17 – Frequência temática: Debates televisivos	126
Gráfico 18 – Escala Rile: Debates televisivos	129
Gráfico 19 – Congruência de discurso: eleições 2002	134
Gráfico 20 – Congruência de discurso: eleições de 2006	135
Gráfico 21 – Congruência de discurso: eleições 2010	136
Gráfico 22 – Congruência de discurso: eleições 2014	138
Gráfico 23 – Bem-estar e qualidade de vida (políticas sociais)	139
Gráfico 24 – Igualdade (conceito de Justiça Social)	140
Gráfico 25 – Limitação do Estado de Bem-Estar Social	141
Gráfico 26 - Economia	142
Gráfico 27 – Escala Rile: programas de governo (PDG)/debates televisivos (DEB)	143
Gráfico 28 – Competências pessoais do/a candidato/a	146
Gráfico 29 – Competência dos Partidos	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programas de Governo na literatura brasileira.....	105
Tabela 2 – Comparação entre codificadores estrangeiros e brasileiros – PT.....	107
Tabela 3 – Comparação entre codificadores estrangeiros e brasileiros – PSDB.....	107
Tabela 4 – Posição na esquerda-direta.....	108
Tabela 5 – índice K de concordância entre as classificações dos pesquisadores.....	109
Tabela 6 – Frequência temática no discurso dos presidentiáveis em 2002.....	116
Tabela 7 – Frequência temática no discurso dos presidentiáveis em 2006.....	120
Tabela 8 – Frequência temática no discurso dos presidentiáveis em 2010.....	124
Tabela 9 – Relevância dos temas no discurso dos presidentiáveis em 2014.....	128
Tabela 10 – Distância Ideológica do posicionamento nos debates televisivos.....	144
Tabela 11 – Distância Ideológica do posicionamento nos programas de governo.....	144
Tabela 12 - Codificações Gerais.....	146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I	25
DEBATE TEÓRICO	25
1 O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: INTERPRETAÇÕES E ANÁLISES	26
1.1 INTRODUÇÃO	26
1.1.1 Brasil: um sistema a caminho da Institucionalização?.....	27
1.1.2 Fragilidade institucional: O Brasil superou a condição de sistema incipiente?	30
1.1.3 Cartelização do sistema partidário brasileiro: um debate em evidência	33
1.1.4 PT e PSDB: para onde caminham as principais forças partidárias.....	35
1.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
CAPÍTULO 2. IDEOLOGIA PARTIDÁRIA: CONCEITOS E DISCUSSÕES	51
2.1	51
INTRODUÇÃO	51
2.1.1 Ideologia partidária: uma referência em debate	51
2.1.2 Mensuração de preferências ideológicas: métodos e resultados.....	53
2.2.1 Ideologia partidária no caso brasileiro	59
2.3 PT E PSDB: UM ESTUDO DE CASO SOBRE TRAJETÓRIA IDEOLÓGICA	60
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
PARTE II	63
DISCURSOS E IDEOLOGIA	63
CAPÍTULO 3. PROGRAMAS DE GOVERNO COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE: O DISCURSO EM CAMPANHA E A IDEOLOGIA	64
3.1 INTRODUÇÃO	64
3.2 MANIFESTOS PARTIDÁRIOS COMO OBJETOS DE ANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA	64
3.2.1 A escolha racional e a Saliency Theory: as ênfases programáticas dos partidos	70
CAPÍTULO 4. OS DEBATES PRESIDENCIAIS TELEVISIVOS:	79
HISTÓRICO E PERSPECTIVAS	79
4.1 INTRODUÇÃO	79
4.1.1 Histórico dos debates televisivos como instrumentos de campanha e diálogo com a sociedade.....	80

4.2 DISCUSSÕES E CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES DOS DEBATES TELEVISIVOS	81
4.2.1 Proposta de análise para fins de classificação ideológica a partir dos discursos nos debates presidenciais televisivos	82
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
PARTE III	85
PROCESSOS ELEITORAIS E COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA	85
CAPÍTULO 5. O BRASIL NA BASE DE DADOS DO MARPOR	86
5.1 INTRODUÇÃO	86
5.2. OS DADOS DA ELEIÇÃO DE 2002	88
5.3 OS DADOS DA ELEIÇÃO DE 2006	93
5.4 OS DADOS DA ELEIÇÃO DE 2010	97
5.5 OS DADOS DAS ELEIÇÕES DE 2014	100
5.6. LIMITES DO MÉTODO E DISCREPÂNCIAS COM A REALIDADE BRASILEIRA	105
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
CAPÍTULO 6. DISCURSOS NOS DEBATES TELEVISIVOS: PROGRAMÁTICO OU PERSONALISTA?	112
6.1 INTRODUÇÃO	112
6.2 2002 – LULA E SERRA: O DEBATE PROGRAMÁTICO	113
6.3 ELEIÇÕES 2006: A CORRUPÇÃO EM CENA	116
6.4 ELEIÇÕES 2010: A PERSONALIZAÇÃO DO DEBATE	120
6.5 ELEIÇÕES DE 2014: O ESVAZIAMENTO DE PROPOSTAS	124
6.6 O DISCURSO NOS DEBATES TELEVISIVOS POSICIONADOS NA ESCALA RILE	128
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
CAPÍTULO 7. CONGRUÊNCIA NOS DISCURSOS PARTIDÁRIOS E DISTÂNCIA PROGRAMÁTICA ENTRE OPOSITORES:	133
O COMPORTAMENTO ELEITORAL DE PT E PSDB	133
7.1 INTRODUÇÃO	133
7.2 Eleições 2002: o foco na agenda do Welfare State	133
7.3 ELEIÇÕES 2006: DISPARIDADES DISCURSIVAS	134
7.4 ELEIÇÕES 2010: A EVIDÊNCIA DE UM PADRÃO DISCURSIVO	136
7.5 ELEIÇÕES 2014: A EXACERBADA SEMELHANÇA ESTRATÉGICA E O PERSONALISMO NO DEBATE	137
7.6 AGENDA ECONÔMICA E AGENDA DE POLÍTICAS SOCIAIS COMO PRIORIDADES TEMÁTICAS	138
7.7 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA: POSICIONAMENTO NA ESCALA RILE	143
7.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145

8. CONCLUSÃO.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do sistema partidário brasileiro e suas peculiaridades aparece dividido em diversas temáticas, como organização, institucionalização, estabilidade e tipologia. Porém, ainda se pode observar uma literatura com lacunas no que se refere ao cruzamento das teorias e metodologias já existentes com a busca pela definição ideológica dos partidos brasileiros. A presente pesquisa buscou entender como a clivagem direita/esquerda está presente e causando influência no sistema partidário brasileiro atual.

O trabalho foi realizado a partir da hipótese principal na qual PT e PSDB, partidos considerados como líderes dos blocos de disputa eleitoral no período da “Nova República”, em fase de campanha eleitoral, estariam desviando o debate programático e ideológico para um discurso que os aproximaram entre si e os levaram para o centro do espectro. A aproximação ideológica das forças que são opositoras na disputa eleitoral é uma das características do estado de “cartelização” do sistema partidário brasileiro (NICOLAU, 2010). Para além, a indiferenciação programática dos dois partidos e o vício pragmático a que sucumbiram podem ter sido uma das explicações para o esgotamento da hegemonia dos blocos liderados por eles e pelo aparecimento de uma terceira força, representada pelo candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) que, vitoriosa nas eleições de 2018, interrompeu a trajetória de disputa dicotômica e fechada entre PT e PSDB.

Nesse sentido, avaliar o posicionamento dos partidos por meio dos discursos realizados em campanha se mostrou um caminho frutífero para o melhor entendimento sobre como se movimentam nossas principais forças políticas: deslocamentos são causados por forças centrípetas ou centrífugas? A comunicação se mantém programática ou, de fato, foi invadida pelo pragmatismo da maximização dos votos? Tais questões foram trabalhadas através da análise de dois conjuntos de dados: os programas de governo (comunicação escrita) e os debates televisivos (comunicação falada). Considerando que os programas de governo são os documentos oficiais de comunicação entre partidos e eleitores, regulamentados por lei, e que as análises já realizadas se mostraram consistentes no caso brasileiro, ampliamos a análise tomando os discursos nos debates televisivos como objeto.

Desse modo, foi possível realizar o comparativo entre as duas formas tão diferentes de comunicação e, sobretudo, sobre o alinhamento e congruência entre elas. Sendo assim, a presente tese demonstrou a diferença entre as preferências ideológicas dos candidatos nos

programas de governo e nos debates televisivos e apontou para uma extrema semelhança na estratégia, nos discursos e nas agendas que construíram ao longo dos anos.

Muitas são as metodologias que dialogam com a busca da preferência ideológica dos partidos para classificá-los numa escala direita/esquerda. Miguel (2010) defende a utilização do *continuum* como um artifício metodológico que auxilia na compreensão da dinâmica partidária e das mudanças ocorridas ao longo do tempo. A presente tese realizou uma adequação de metodologia do projeto MARPOR¹, reconhecido internacionalmente como instrumento de classificação de ideologia partidária a partir da análise de documentos oficiais dos partidos.

O objetivo principal foi o de analisar o posicionamento discursivo de PT e PSDB nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 e cruzar as duas fontes de dados: programas de governo e debates televisivos. Primeiramente, foi determinada a ênfase temática que cada partido, líder de suas respectivas coligações, assumiu nos documentos de comunicação com seus eleitores. Posteriormente, destacou-se o recorte de duas variáveis: i) Políticas Sociais e ii) Agenda Econômica, por considerar-se que são recortes estratégicos nas agendas escolhidas pelos partidos ao disputarem tais eleições. A relevância da primeira variável se deu pelo seu predomínio nos programas de governo, abrangendo temas como saúde, educação e políticas de transferência de renda. A agenda econômica também mereceu destaque por ser, tradicionalmente, o foco levantado quando se distingue projetos entre direita e esquerda. As duas variáveis foram os temas mais debatidos tanto nos programas de governo quanto nos debates televisivos. A partir dos referidos recortes, a presente tese caminhou vislumbrando o seguinte horizonte de objetivos:

- Objetivo principal: analisar o posicionamento discursivo do PT e PSDB ao longo dos 12 anos em que figuraram como protagonistas na disputa eleitoral pelo poder executivo no Brasil (2002–2014) por meio da classificação dos discursos presentes nos materiais de comunicação com o eleitor no período de campanha (programas de governo e debate televisivo).

- Objetivos secundários: a) encontrar o nível de distinção ideológica entre os dois partidos; b) entender como se deu a estratégia de discurso do PT e PSDB no que se refere ao debate televisivo, apontando padrões e disfunções; c) testar o nível de congruência entre o discurso nos programas de governo e nos debates televisivos e d) verificar a influência do posicionamento do partido enquanto governo ou oposição na sua linha de discurso.

¹ Para mais detalhes, acessar o site do projeto: <https://manifesto-project.wzb.eu/>

Os objetivos traçados acima corresponderam ao processo de investigação da hipótese e mostraram relevância por abordarem temáticas não amplamente exploradas na ciência política. A questão do debate eleitoral, embora seja um instrumento de comunicação popular e amplamente divulgado pela mídia, ainda é praticamente inexplorada na literatura (VEIGA, SOUZA, 2007). Sobretudo, a adequação da metodologia de análise de sentenças textuais, inspirada na Salience Theory de Robertson (1976) que embasa o método do projeto MARPOR, para que o discurso dos candidatos nos debates televisivos pudesse ser categorizado e classificado em uma escala direita/esquerda ainda não foi realizada na literatura brasileira ou internacional.

A delimitação do objeto de estudo restrita aos partidos PT e PSDB considerou o critério de relevância de partidos formulado por Sartori (1976), a qual estaria relacionada à possibilidade do partido em disputar e exercer o poder. Há uma vasta literatura (MELO, 2010, 2010; BRAGA, 2010; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, CÂMARA, 2012; entre outros) que afirma que nas eleições presidenciais brasileiras formou-se um padrão estável de competição a partir de 1994, em que a disputa se dá em um movimento entre situação e oposição entre candidatos do PT e do PSDB, cada um sendo apoiado por um bloco de partidos relativamente estável e que apresentariam opções ideológicas e programáticas distintas ao eleitor. Encontrar meios para avaliar o nível de distinção entre os dois partidos e o modo pelo qual eles comunicam suas ideias ao eleitor foi uma prerrogativa fundamental nesse estudo.

O recorte temporal contempla as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Iniciou-se o recorte com as eleições de 2002 por esta ser considerada um ponto de inflexão na “Nova República” (período iniciado em 1985, na abertura democrática pós ditadura militar), justamente por marcar o início de um projeto hegemônico à esquerda com a eleição de Lula-PT e também por demarcar o estabelecimento do PSDB como o grande opositor desse projeto. A agenda progressista, aplicada pelo PT, foi apoiada em uma política de alianças com o centro político, movimento esse que obrigou a oposição a distanciar-se e se oferecer enquanto uma alternativa centro-direita. Verificar tal movimento, assim como suas nuances, faz dos doze anos em questão um recorte interessante no que se refere às mudanças de discursos e aos reposicionamentos dos partidos que figuraram como protagonistas na competição eleitoral da Nova República.

- Dados e Metodologia

A classificação dos dados textuais pode ser feita de forma manual ou através de recursos computacionais (softwares de contagem e classificação de sentenças). O banco de dados do MARPOR (*Manifesto Research on Political Representation*)² disponibilizou recentemente a análise dos programas de governo brasileiros das eleições de 1994 a 2014, realizada por especialistas credenciados pelo projeto. Optamos por utilizar os dados oficiais do projeto para diminuir os riscos de análise enviesada pela subjetividade da autoria. A partir dos dados já categorizados das eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014, foram realizadas as análises com os recortes das variáveis mencionadas. O projeto apresenta apenas os dados, sem nenhuma espécie de análise, de modo que cabe ao pesquisador instrumentalizá-los da maneira mais adequada. A partir de um tutorial também disponibilizado pelo projeto foi possível entender passo a passo do tratamento dos dados para que se chegasse aos resultados apresentados, fato esse que possibilita ao pesquisador a aplicação das análises em documentos ainda não trabalhados pelo MARPOR. Nesse sentido, nessa tese, foi realizado o exercício de aplicar o método nos discursos feitos nos debates televisivos e transformados em fontes textuais.

O banco de dados do MARPOR é um trabalho continuado dos já conhecidos CMP (*Comparative Manifesto Project*) e MRG (*Manifesto Research Group*), fato que faz dele um agregado de análises de mais de 70 países em um esforço constante de aperfeiçoamento de categorias para que os contextos e peculiaridades de cada país seja respeitado. Nesse esforço, o método já está disponível em sua quinta versão, tal preocupação com a atualização dos contextos e maneiras de instrumentalização traz um enorme grau de confiabilidade para o projeto. O método consiste na divisão dos documentos em sentenças e a classificação dessas de acordo com as seguintes categorias:

² Para mais informação acessar o site do MARPOR <https://manifesto-project.wzb.eu/> ou Klingemann et al. (2006).

Quadro 1 – Domínios e categorias do método padrão do MARPOR

Domínio	Categoria
1 - Relações Exteriores	101 - Relações externas especiais: Positivo 102 - Relações externas especiais: Negativo 103 - Anti-imperialismo: Anticolonialismo 104 - Fortalecimento Militar: Positivo 105 - Fortalecimento Militar: Negativo 106 - Paz: Positivo 107 - Internacionalismo: Positivo 108 - Integração Europeia: Positivo 109 - Internacionalismo: Negativo 110 - Integração Europeia: Negativo
2 - Liberdade e Democracia	201 - Liberdade e Direitos Humanos: Positivo 202 - Democracia: Positivo 203 - Constitucionalismo: Positivo 204 - Constitucionalismo: Negativo
3 - Sistema Político	301 - Descentralização: Positivo 302 - Centralização: Positivo 303 - Eficácia Administrativa e Governamental: Positiva 304 - Corrupção Política: Negativa 305 - Autoridade Política: Positiva
4 – Economia	401 - Livre Iniciativa: Positivo 402 - Incentivos: Positivo 403 - Regulação de Mercado: Positivo 404 - Planejamento Econômico: Positivo 405 - Corporativismo: Positivo 406 - Protecionismo: Positivo 407 - Protecionismo: Negativo 408 - Objetivos Econômicos 409 - Gerenciamento Keynesiano da demanda: Positivo 410 - Produtividade: Positivo 411 - Tecnologia e Infraestrutura: Positivo 412 - Economia controlada: Positivo 413 - Nacionalização: Positivo 414 - Ortodoxia Econômica: Positivo 415 - Análises Marxistas: Positivo 416 - Controle do crescimento: Positivo
5 - Bem-estar e qualidade de vida	501 - Proteção Ambiental: Positivo 502 - Cultura: Positivo 503 - Justiça Social: Positivo 504 - Expansão do estado de bem-estar: Positivo 505 - Limitação do estado de bem-estar: Positivo 506 - Expansão da educação: Positivo 507 - Limitação da educação: Positivo
6 - Princípios da Sociedade	601 - Modo de vida nacional: Positivo 602 - Modo de vida nacional: Negativo 603 - Moralidade Tradicional: Positivo 604 - Moralidade Tradicional: Negativo 605 - Lei e Ordem: Positivo 606 - Harmonia Social: Positivo 607 - Multiculturalismo: Positivo 608 - Multiculturalismo: Negativo
7 - Grupos Sociais	701 - Classes trabalhadoras: Positivo 702 - Classes trabalhadoras: Negativo 703 - Agricultura, agricultores: Positivo 704 - Grupos Profissionais e classe média: Positivo 705 - Grupos minoritários desprivilegiados: Positivo 706 - Grupos demográficos não-econômicos: Positivo

Fonte: Retirado de Klingemann et. Al (2006).

Para além da divisão de categorias, o método padrão do MARPOR possibilita que o pesquisador posicione o discurso do partido em uma escala esquerda-direita. Para isso, o método indica que sejam instrumentalizadas vinte e seis categorias, formando um recorte de categorias indicativas de ideologias na linha entre esquerda e direita. São elas:

Quadro 2 – Categorias de Composição da Escala Rile

Domínio	Categorias consideradas de Esquerda	Categorias consideradas de Direita
1. Relações Exteriores	103. Anti-Imperialismo/Anticolonialismo 105. Fortalecimento Militar: negativo 106. Paz: positivo 107. Internacionalismo: positivo	104. Fortalecimento Militar: positivo
2. Liberdade e Democracia	202. Democracia: positivo	201. Liberdade e Direitos Humanos: positivo 203. Constitucionalismo: positivo
3. Sistema Político	—	305. Autoridade Política: positivo
4. Economia	403. Regulação de Mercado: positivo 404. Planejamento Econômico: positivo 406. Protecionismo: positivo 412. Economia Controlada: positivo 413. Nacionalização: positivo	401. Livre Iniciativa: positivo 402. Incentivos: positivo 407. Protecionismo: negativo 414. Ortodoxia Econômica: positivo
5. Bem-estar e qualidade de vida	504. Expansão do Estado de Bem-Estar: positivo 506. Expansão da Educação: positivo	505. Limitação do Estado de Bem-Estar Social: positivo
6. Princípios da Sociedade	—	601. Modo de Vida Nacional: positivo 603. Moralidade Tradicional: positivo 605. Lei e Ordem: positivo 606. Harmonia Social: positivo
7. Grupos Sociais	701. Classes Trabalhadoras: positivo	—

Fonte: Elaborado pela autora a partir do MARPOR

Para o cálculo do posicionamento ideológico também faz-se necessário somar as sentenças e transformá-las em porcentagens, depois se subtrai a soma das porcentagens de esquerda da soma das porcentagens de direita. A escala varia de -100 a +100, na qual um programa totalmente dedicado aos assuntos de esquerda terá um número mais negativo, enquanto um totalmente à direita terá o valor mais elevado. Na prática, são poucos os casos que vão além das fronteiras do -40 ou +40 (BUDGE et alii, 2001, VOLKENS, 2001; KLINGEMANN et alii, 2006).

- Pesquisa de Campo e Análise de Dados

Os programas de governo foram obtidos através do banco de dados presente no site do Tribunal Superior Eleitoral³ e constavam em nossa base de dados de forma impressa. Somam, ao todo, 767 páginas, sendo:

Quadro 3 – Base dedados dos Programas de Governo

Ano do Registro	Número de páginas dos documentos	
	PT	PSDB
2002	72	74
2006	30	170
2010	23	280
2014	42	76

O número de páginas dos documentos chamou a atenção para o desnível de aprofundamento do debate realizado pelos dois partidos. No entanto, como a pesquisa possuía como método a análise de sentenças e, por conseguinte, a contagem da porcentagem de foco de cada documento em determinado assunto, considerou-se que tal desnível não afetaria a análise dos dados, apesar de constituir um elemento interessante sobre a dedicação das candidaturas em preparar o programa de governo como um documento de apresentação de políticas e comprometimento com projetos. Alguns desses documentos, inclusive, geraram muitas polêmicas. No ano de 2014, a candidatura da Presidente Dilma Rousseff chegou a protocolar três documentos diferentes no TSE, afirmando apenas o último como oficial. Nesse caso, o terceiro documento foi selecionado para análise.

A análise dos discursos nos debates televisivos foi feita sob a mesma metodologia de classificação textual. Os dados referentes aos debates foram obtidos em bases diferentes. No Laboratório de Comunicação Política e Opinião Pública - Doxa/UERJ, foram obtidos os arquivos dos debates de segundo turno transmitidos pela Rede Globo de Televisão nos anos de 2002 e 2010. O arquivo das eleições de 2006 foi encontrado na base de dados do grupo de pesquisa da UFPR “Comunicação Política e Opinião Pública” e o arquivo do debate de 2014 constava em nossa base através de gravação própria. A transcrição dos debates, a divisão textual

³ Pela legislação eleitoral brasileira, todas as candidaturas têm por obrigação registrar no TSE os programas de governo, caracterizados como documentos oficiais em relação aos projetos e às ações pretendidos caso a candidatura seja eleita. O registro garante que o TSE fiscalize se a candidatura pretende aplicar algum projeto inconstitucional. (Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, art. 11, § 1º: “O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos: IX – propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, Governador de Estado e a Presidente da República”)

em sentenças e a classificação em categorias foram realizadas manualmente. A classificação de acordo com a tabela do MARPOR e o índice ideológico da escala RILE⁴ foram realizados a partir dos manuais de instrução que constavam dos arquivos do projeto e seguiram à risca as recomendações metodológicas.

Após transcrever todos os debates, a análise do discurso foi realizada nas mesmas etapas que os programas de governo: cada sentença de fala distribuída em categorias temáticas de acordo com os sete domínios explicitados acima. Através dos resultados, foi possível analisar o quanto as temáticas expostas nos programas de governo também foram levadas a público nos debates televisivos e, inclusive, mensurar a ausência delas e a presença de questões mais personalistas e superficiais.

O corpus consistiu no discurso emitido pelos candidatos nos debates que antecederiam a votação de segundo turno. Esse recorte deve-se à tentativa de entendimento do discurso direto dos partidos que constituíram o objeto dessa pesquisa, PT e PSDB, por justamente serem os debatedores de todos os pleitos listados. Os debates em primeiro turno trariam uma análise muito extensa por possuírem a participação de 6 a 7 candidatos, sendo a maioria de partidos inexpressivos em relação à intenção de votos. As principais emissoras do país promovem os debates televisivos em diferentes épocas. O recorte dessa pesquisa limitou a análise ao debate promovido pela Rede Globo de televisão, uma vez que, de acordo com a pesquisa IBOPE, o debate realizado pela Rede Globo possui a maior audiência entre as emissoras e é realizado sempre na semana que antecede a eleição.

O processo de análise se deu nas seguintes etapas: a) transcrição de todas as falas com o acréscimo de dados, como o tempo e a situação de quem fala (pergunta, resposta, réplica, tréplica); b) primeiramente, para efeito de categorização, cada fala foi considerada uma sentença. Porém, dentro da mesma fala surgiram temáticas diferentes, fato que fez com que fossem divididas em sub-sentenças de acordo com a mudança de perspectiva e assunto percebida no discurso; desse modo, notou-se que dentro de uma mesma fala existia espaço para divisão de sentenças diferentes⁵; c) classificação das sentenças extraídas dos programas de governo e dos debates televisivos nas categorias do projeto MARPOR expressas pelos sete domínios: (1) *relações internacionais*, (2) *democracia e direitos humanos*, (3) *sistema político*, (4) *economia*, (5) *políticas sociais*, (6) *estrutura social/lei e ordem*, (7) *grupos sociais e*

⁴ A escala RILE é uma das três escalas que compõem as metodologias de MARPOR. A escala RILE mensura o posicionamento ideológico dos documentos partidários.

⁵ As sentenças são classificadas como ideias expostas com começo, meio e fim sobre um determinado assunto.

minorias e d) destaque das diferenças programáticas nos temas mais frequentes: economia e políticas sociais. A tese também conta com capítulos distintos de debate bibliográfico sobre as teorias de análise de ideologia e sobre a importância dos debates televisivos.

Após a operacionalização dos dados gerados na análise do conteúdo dos debates televisivos, foi realizada a comparação com os dados obtidos na análise dos programas de governo. O intuito foi o de buscar o nível de congruência entre a comunicação escrita realizada pelo partido e a comunicação inserida no ambiente espetacularizado dos debates na televisão. A hipótese supunha que os resultados demonstrassem adequação ou distorção diante da esperada posição ideológica dos partidos. Os resultados tendem a contribuir, dessa forma, ao debate em torno da solidificação do sistema partidário brasileiro que considera como uma das variáveis a coerência dos partidos brasileiros diante da ideologia que os formam.

- Organização da Tese

O desenho da tese conta com sete capítulos divididos em três partes. O debate teórico é o recorte da primeira parte em forma de dois capítulos. O primeiro corresponde ao debate sobre o sistema partidário brasileiro e suas peculiaridades, ao passo que dialoga com as diferentes interpretações e correntes analíticas sobre as caracterizações e dilemas dos partidos políticos no contexto brasileiro das duas últimas décadas marcadas pela sistematização das normas democráticas na era posterior aos anos de ditadura militar. O segundo capítulo apresenta um compilado teórico sobre ideologia e preferências partidárias. Abordam-se as definições conceituais de direita e esquerda e discute-se as diversas tentativas metodológicas de mensuração de ideologia partidária, assim como a importância dessa classificação para o entendimento do fortalecimento das instituições democráticas. Nesse capítulo, duas seções apresentam e discutem as análises existentes sobre PT e PSDB, assim como suas dinâmicas e posicionamentos nas escalas ideológicas já desenvolvidas na literatura sobre partidos.

A segunda parte apresenta os objetos de análise de pesquisa: os programas de governo eleitorais e os debates presidenciais televisivos, nos capítulos 3 e 4, respectivamente. O intuito é demonstrar, através da revisão bibliográfica, como os programas e debates podem ser considerados fontes confiáveis e produtivas para a análise da presença de ideologia nos discursos partidários.

Os dados e a análise dos resultados obtidos aparecem na terceira parte do texto, sendo o capítulo 5 destinado à análise dos programas de governo de PT e PSDB nas eleições de 2002,

2006, 2010 e 2014. A análise dos debates televisivos do segundo turno dos referidos pleitos transmitidos pela Rede Globo de Televisão constitui o capítulo 6. Após as duas compilações e análises de dados, o capítulo 7 apresenta a discussão sobre a existência de congruência entre os discursos encontrados nos Programas de Governo e os discursos propagados nos debates televisivos, além de uma discussão sobre estratégia de discurso na campanha eleitoral.

Findado o exercício exploratório, analítico e comparativo dos programas de governo e debates, as considerações finais apresentam uma análise minuciosa sobre a classificação das preferências discursivas e ideológicas de PT e PSDB nos últimos pleitos para o executivo nacional. A análise buscou explorar a interação entre os dois partidos, assim como suas estratégias discursivas, debatendo, assim, a hipótese levantada no início dessa tese.

PARTE I

DEBATE TEÓRICO

1 O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: INTERPRETAÇÕES E ANÁLISES

1.1 INTRODUÇÃO

A bibliografia sobre sistemas partidários é deveras extensa, sendo um debate que permeia décadas de discussões em diferentes escolas analíticas pelo mundo. Coube, nessa tese, realizar um recorte entre as temáticas para que melhor fosse possível dar base teórica ao exercício de análise que foi realizado. Desse modo, a ênfase foi dada para as discussões mais recentes sobre a atual caracterização do sistema partidário com foco no sistema brasileiro, sua institucionalização e modos operandi – debate esse para o qual se pretende contribuir.

O tema da institucionalização do sistema partidário brasileiro é alvo de forte discussão na Ciência Política atual. Há uma vasta bibliografia discutindo a temática através de diferentes métodos, variáveis, dados e resultados. Para alguns autores, como Braga (2010), Tarouco (2010), Melo e Câmara (2012), Braga, Ribeiro e Amaral (2016), os partidos e, por conseguinte, o sistema partidário brasileiro estão razoavelmente estabilizados. Para outros, como Carreirão (2014), Lucas e Samuels (2011) e Zuco Jr (2011), o cenário ainda constitui um desarranjo estrutural que os levam a uma visão pessimista.

São duas as definições usuais de partidos, uma clássica e uma contemporânea com aspecto mais minimalista. O campo mais clássico, representado pela teoria de Mainwaring (1999), considera que os partidos estão diretamente relacionados à ideia de vínculo societário sendo deveras importante sua representação e aceitação diante do eleitorado. Em contraposição a essas ideias, desponta a teoria minimalista de Rose e Mackie (1988) e Mair (1997), na qual os partidos seriam organizações que competem em eleições para formar o governo, atuando em diferentes frentes e podendo aprofundar as relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários. Partindo dessa perspectiva, Braga (2010), Tarouco (2010) e Melo e Câmara (2012) afirmam que os partidos políticos possuem mais o papel democrático de auxiliar na estruturação da competição e na formação de governos do que o papel de representação política dos eleitores.

Dentro dessas duas perspectivas, a bibliografia analisa algumas variáveis para melhor entender o funcionamento dos partidos e do sistema: volatilidade ideológica de filiados; volatilidade de voto dos eleitores; influência da eleição em nível federal nas demais eleições; situação do sistema em relação à competição: sistema aberto ou fechado aos novos atores; cartelização e enfraquecimento da ideologia (CARREIRÃO, 2014; RIBEIRO, 2013).

1.1.1 Brasil: um sistema a caminho da Institucionalização?

A trajetória do sistema partidário brasileiro é marcada por diversas interrupções e recomeços. A configuração atual vem se desenhando desde o contexto de luta pela redemocratização das instituições cerceadas durante a ditadura do Regime Militar (1964–1985). Em 1965, o Ato Institucional nº2 extinguiu todos os partidos existentes e colocou barreiras para a criação de outros novos, limitando o sistema a um bipartidarismo forçado que durou entre 1966 e 1979. Eram dois partidos legais, a Aliança Renovadora Nacional, mais conhecida como Arena, de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida. Na clandestinidade, ainda que abalados pela repressão, continuavam a existir o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário (Port) e a Política Operária (Polop). Essas forças políticas e as que delas se originaram foram protagonistas de grandes lutas contra a ditadura. Os partidos de esquerda marxista se dividiram entre a opção pela luta armada e pela resistência civil. Em 1979, foi aprovada a reforma política que restabeleceu o pluripartidarismo, com extinção do MDB e da ARENA.

Nesse contexto, entre o final de 1979 e o início de 1980, foram criados o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a extinção das siglas, membros do MDB e ARENA se reorganizaram para atender as exigências da reforma e criaram, respectivamente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático Social (PDS)⁶ - atual Partido Progressista (PP). Em 1988, uma dissidência do PMDB levou a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Outros partidos que se apresentam com alguma relevância nos pleitos eleitorais surgiram ainda nos anos 1980, como PSB, PL/PR, PCB/PPS, PCdoB e PV (BRAGA, 2010).

A partir da observação do quadro histórico brasileiro e da trajetória de cada partido, é possível analisar as conjecturas e classificá-los de acordo com diferentes perspectivas. Os partidos e os sistemas partidários podem se diferenciar a partir dos aspectos que forjam suas

⁶ O partido foi extinto em 1993 após seus integrantes aprovarem sua fusão com o PDC para criar o Partido Progressista Reformador. A partir de uma dissidência nos seus quadros, surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL) e o atual Democratas (DEM), em meados dos anos 1980. Posteriormente, o Partido Progressista Reformador mudaria para Partido Progressista Brasileiro (PPB), em 1995, e numa nova mudança se tornaria o Partido Progressista (PP) em 2003.

dimensões básicas e dos resultados políticos produzidos para o efetivo funcionamento da democracia, de acordo com a estrutura de competição partidária e com o relacionamento de cada partido no processo de formação do governo. De acordo com Braga (2010), os critérios para avaliar o grau de institucionalização do sistema partidário também são distintos. Mair (1997) propõe duas dimensões: avaliar se a estrutura de competição é fechada ou aberta à inclusão de novos atores partidários para, adiante, avaliar o relacionamento dessa estrutura com o processo de formação do governo. De maneira mais ampla, Mainwaring (1999) propõe quatro dimensões de análise: estabilidade nos padrões de competição partidária; enraizamento dos partidos na sociedade; legitimidade dos partidos conferida pelos atores políticos e, por fim, a independência das organizações partidárias em relação aos interesses dos líderes. Ao se observar as variáveis descritas, nota-se que algumas se tratam de características dos sistemas, enquanto outras são mais específicas das unidades partidárias.

No sentido que busca investigar a institucionalização dos partidos, Rose e Mackie (1988) ressaltam o caráter dinâmico desse processo, enfatizando a trajetória partidária e verificando se elas permanecem ou desaparecem. Dessa forma, sustentam que todo partido que permanece carrega em si a institucionalização que possibilita uma existência longa e competitiva, pressupondo, em outras palavras, que todo partido com trajetória longa estaria em um nível satisfatório de institucionalização. Para mensurar o nível de competitividade, os autores analisam se o partido possui uma estrutura competitiva no nível das eleições nacionais e se essa estrutura se repetiu por sucessivas eleições, colocando como parâmetro a participação do partido em ao menos três processos eleitorais nacionais. Tal abordagem descrita é bastante diferente da clássica consagrada por Mainwaring (1999), o que fez com que ganhasse uma conotação mais minimalista do conceito de partido e suas atribuições, não considerando se o partido é eficaz na representação de segmentos sociais, dos níveis de vínculo ideológico e de identificação programática com seus eleitores.

A partir dessa visão mais minimalista de foco na competitividade eleitoral, a mensuração do índice de volatilidade eleitoral passa a ser requisitada como um dos mais adequados dispositivos de indício de institucionalização. Segundo Braga (2010), o conceito de volatilidade, apontado por diversos autores (PRZEWORSKI, 1975; PEDERSEN, 1983; BARTOLINI; MAIR, 1990; MAINWARING, 1999), é uma eficiente medida para a análise do caso brasileiro. A autora comparou os dados de diversos sistemas partidários, entre os tidos como mais institucionalizados e os mais fluidos, e destacou que as taxas brasileiras estão em declínio, portanto compatíveis com o grau dos sistemas dos países tidos como mais estáveis.

Para Braga (2010), isso demonstra que caíram por terra as afirmativas tradicionais de que o Brasil estaria fadado a um sistema partidário débil e amorfo. Dessa forma, Braga (2010) integra o grupo que possui uma visão mais otimista sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro.

De forma contemporânea aos resultados alcançados por Braga (2010) e sua análise da competição eleitoral, Tarouco (2010) contribuiu para o debate da institucionalização do sistema ao propor cruzar a análise das quatro dimensões propostas por Mainwaring (2001), com as dimensões que podem classificar os partidos em um grau de institucionalização. Se por um lado a institucionalização de um sistema partidário implica institucionalização dos partidos que o compõem (MAINWARING; TORCAL, 2006), a recíproca não é necessariamente verdadeira, como parece ser o caso do Brasil.

Os resultados do cruzamento das dimensões demonstram que existem níveis diferentes de institucionalização em cada uma delas. Por exemplo, a estabilidade de competição, primeira dimensão, pode ser verificada no sistema brasileiro a partir da frequência que os principais partidos competem nas eleições nacionais. No entanto, nem sempre os partidos demonstram que aprofundaram raízes sociais e não dependem mais de vínculos personalistas com seus líderes, variáveis das dimensões dois e quatro. Nesse caso, Tarouco (2010) afirma que o sistema partidário brasileiro, ainda que não sirva de referência principal a orientar as escolhas do eleitorado, abriga partidos institucionalizados, fato que gera um forte indício de afastamento da posição de sistema incipiente:

É possível ver por meio dos dados um grande grupo de partidos que persiste no tempo e recebe votos em eleições estaduais e nacionais regularmente há mais de 20 anos e está de acordo com outros resultados para o mesmo período já apresentados na literatura (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008). Como este quadro poderia configurar um sistema partidário incipiente? (Tarouco, 2010, p. 177)

Ainda no cerne da análise de institucionalização, Melo e Câmara (2012) buscaram contribuir para o debate na mesma linha teórica, utilizando como base a discussão sobre a estrutura de competição partidária. Os autores consideraram que o quadro brasileiro pode ser expressivo de uma situação de crescente institucionalização, ao passo que saiu de uma baixa coerência, entre 1982 e 1994, e começou, a partir de então, a tomar forma de estrutura consolidada. A redefinição do espaço de competição, de seus protagonistas e suas estratégias iriam representar o fator decisivo para os rumos do sistema partidário brasileiro.

A partir de 1994, a competição pela Presidência da República passaria a ser estruturada em torno de duas coalizões ideologicamente distintas. Tal como em muitos outros sistemas partidários, a competição se dá entre as posições de centro-direita e centro-esquerda. A literatura exposta acima chama a atenção para a relevante peculiaridade do caso brasileiro presente na existência de um terceiro bloco de partidos que, estando entre os dois blocos mais competitivos, mudam de posição frequentemente e balizam o jogo. O sistema de competição estaria dividido então entre PSDB e DEM representando a centro-direita, PT e PSD representando a centro-esquerda e um terceiro bloco com PMDB, PP, PTB e PR que, valendo-se das bancadas eleitas para o congresso, têm em comum a disposição e a possibilidade de aderir ao governo de ocasião. Segundo Melo e Câmara (2012), o posicionamento do bloco do PMDB poderia ser visto como incoerente para analistas a procura de consistência programática e ideológica, citando como exemplo as discussões realizadas por Lucas e Samuels (2011). No entanto, observam que até mesmo a constante incoerência demonstra um padrão. E, se há padrão, estar-se-ia também diante de uma estrutura previsível de um bloco com vocação governista. Nesse sentido, os autores apontam que, mesmo possuindo alguns partidos que fogem à estrutura fixa de competição, o sistema brasileiro deixou, já de algum tempo, de poder ser considerado como caótico ou incipiente.

Melo e Câmara (2012) ressaltam que a investigação do sistema não pode ser dada como concluída, afinal, ainda existem muitos sinais contraditórios que inibem um diagnóstico cheio de elogios sobre o sistema. De acordo com os autores, a dinâmica da competição eleitoral pelo executivo nacional representa um importante ganho em termos de estruturação do sistema, mas não teve o poder de diminuir o nível de fragmentação encontrado no Congresso, nem de fazer com que os partidos, de um modo geral, adquirissem raízes na sociedade e fortalecessem o vínculo com o eleitor. No revés, também houve insucesso na construção de uma cultura cívica em que a classe política deixasse de fazer do pertencimento a um partido ou uma escolha apenas conveniente com as circunstâncias.

1.1.2 Fragilidade institucional: O Brasil superou a condição de sistema incipiente?

Como bem apontado por Melo e Câmara (2012), existem sinais contraditórios que permitem uma interpretação mais pessimista sobre a institucionalização do sistema. Desde os clássicos até as análises mais contemporâneas, existem apontamentos de questões que

demonstram uma fragilidade institucional não superada no Brasil. Segundo os trabalhos de Mainwaring e Scully (1995) e Mainwaring (1999), o sistema partidário brasileiro foi diagnosticado como um sistema incipiente e fluido. De fato, a década de 1990 era apenas o início da caminhada democrática na qual se deram as primeiras experiências seguidas em eleições abertas. A questão que fica é se, vinte anos depois, o país conseguiu superar a condição de incipiente.

Para investigar tal questão, Zucco Jr. (2011) e Lucas e Samuels (2011) analisaram as posições dos parlamentares no Congresso Nacional em relação ao comportamento programático e ideológico da sigla a qual faziam parte. Zucco (2011) afirmou que há bastante estabilidade na forma como os parlamentares se veem e como veem seus pares no que diz respeito à identidade ideológica. No entanto, o autor também afirma que os posicionamentos estão cada vez mais ao centro na escala ideológica, fato que demonstra que, mesmo ocupando posições distintas e rivais no jogo político, a maioria dos partidos estaria deixando a ideologia como fator estruturante das disputas no interior do Congresso e optando por se posicionar de acordo com a posição escolhida de governo/oposição.

Lucas e Samuels (2011), seguindo nessa mesma linha de fonte de dados e investigando a coerência entre as alianças realizadas entre partidos ideologicamente distintos, colocam que “o sistema partidário brasileiro vem se tornado cada vez mais incoerente” (p. 61). Os resultados que embasam a colocação dos autores chamam a atenção pela indistinção ideológica entre PSDB, PMDB e DEM que os dados apresentam. Além disso, foi constatado que o PT seria a única força distinta, por estar mais à esquerda e, mesmo assim, pelo caminho ao centro que o partido vem fazendo, essa não seria uma constatação animadora sobre a coerência ideológica das siglas brasileiras.

Em diálogo com essa visão mais pessimista sobre o sistema, Carreirão (2014) aponta alguns argumentos em oposição aos que afirmam uma maior estruturação do sistema partidário, colocando que Braga (2010), Tarouco (2010) e Melo e Câmara (2012) trazem alguns aspectos relevantes de análise, mas acabam por fazer uma avaliação excessivamente positiva sobre o sistema brasileiro. Os argumentos defendidos pelo autor são:

- 1) ao lado de indícios de “consolidação” ou “institucionalização” há outros, tão ou mais significativos, que apontam em sentido contrário a isso; 2) a disputa presidencial não estrutura tão fortemente (quanto parte dessa literatura sugere) o sistema partidário; 3) a ideologia conta cada vez menos como estruturadora desse sistema. Para embasar esses argumentos, são apresentados dados próprios e é sistematizado um amplo conjunto de dados e conclusões apresentados em outros trabalhos, sobre diferentes

aspectos relativos ao sistema partidário (coligações, coalizões, migrações partidárias, volatilidade eleitoral, fragmentação partidária) (CARREIRÃO, 2014, p. 255).

Como observado, o autor traz para a discussão a necessidade de tratar com maior cuidado a questão da ideologia partidária. Relembrando os trabalhos de Power e Zucco Jr. (2008) e de Lucas e Samuels (2011), o autor chama a atenção sobre a evolução do papel da ideologia na estruturação do sistema partidário do Brasil. Tais autores dialogam sobre a tese de que o sistema tem se tornado relativamente mais incoerente. Um primeiro aspecto é o da coligação eleitoral, ao passo que vários trabalhos têm demonstrado a pouca relevância da ideologia partidária na formação de coligações (CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010; KRAUSE; GODOI, 2010).

Nesse sentido, Carreirão (2014) apresenta uma análise da consistência ideológica das coligações cujo resultado demonstra um crescimento significativo das proporções de coligações ideologicamente inconsistentes realizadas pelos partidos relevantes, ao longo do período 1994-2010, no conjunto das eleições para os cargos de deputado federal, deputado estadual, senador e governador. De acordo com o autor, os dados sobre o comportamento efetivo das elites políticas em relação às coligações, às coalizões e ao índice de migrações partidárias (a julgar pela procedência partidária dos deputados federais que formaram os mais recentes partidos registrados juntos ao TSE⁷) mostram que a ideologia perdeu espaço ao longo do período analisado.

O autor observa que as crises, em algumas dimensões do sistema partidário, muitas vezes, são relativizadas por também estarem presentes em democracias consideradas como já estabelecidas. É o caso da questão da tendência declinante na preferência partidária, constatada por Kinzo (2005), que está presente em sistemas partidários espalhados por toda a Europa e, nem por isso, fez com que a instituição partidária deixasse de estar presente. Como argumenta Tarouco (2010), os partidos políticos não são mais o que foram no passado, o que remete a ideia de que os medir pela antiga régua não parece uma métrica razoável. No entanto, Carreirão (2014) observa que também é importante indicar as limitações observadas no Brasil, “até porque elas estão relacionadas a problemas de representatividade política e de accountability, com efeitos negativos na qualidade da representação e no grau de legitimidade dos partidos” (p. 287)

⁷ O autor chama atenção para o caso de Gilberto Kassab (ex DEM) e a iniciativa de fundar um novo partido com membros de diversos grupos ideológicos, o Partido Social Democrático (PSD), em 2011.

1.1.3 Cartelização do sistema partidário brasileiro: um debate em evidência

Como ressaltado por Carreirão (2014), é preciso verificar com atenção a questão da consistência ideológica do sistema brasileiro. Muitos foram os autores já citados que demonstraram existir uma aproximação ideológica entre os dois blocos opositores na disputa eleitoral no Brasil, estando os principais partidos cada vez mais próximos da posição de centro no espectro ideológico. Tal aproximação das forças, que são opositoras na disputa eleitoral, é uma das características do estado de “cartelização” do sistema partidário brasileiro, de acordo com Nicolau (2010).

Segundo Melo e Câmara (2012), o fato de o Brasil ter, a partir de 1994, estruturado a competição pela Presidência da República em torno de duas coligações ideologicamente distintas, inaugurou uma dinâmica com impacto sobre o grau de consolidação do sistema partidário. A questão que fica para os analistas é: estar-se-ia ainda em um sistema de grupos de coligações ideologicamente distintas?

As análises das distâncias ideológicas entre alguns partidos confirmam a visão geral sobre o sistema. PT e PSDB, principais competidores nas disputas presidenciais, apresentaram um distanciamento razoável entre 1993 e 2001, mas voltaram a ficar mais próximos durante o governo Lula, devido ao movimento do PT para a direita no período 2001–2009. A distância entre PT e PMDB, aliados na coalizão que sustentou o governo Lula durante boa parte de sua administração, também caiu entre 2001 e 2009, repetindo o movimento que já havia sido feito por PSDB e PFL/DEM no governo FHC nos anos 1990. Dessa forma, também caiu a distância entre PT e PFL/DEM, os maiores representantes, respectivamente, da esquerda e da direita (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2016). Os dados sobre decisões econômicas, por exemplo, mostram que os governos de FHC e Lula, de maneira parecida, efetivaram medidas que os levaram mais à direita na linha ideológica, resultando em um deslocamento de seus partidos para posições mais ao centro.

Tal dinâmica indica que o Presidencialismo de Coalizão, conceito consolidado por Abranches (1988), exerce efeitos moderadores sobre a polarização ideológica, especialmente quando existe um grau de diversidade intenso dentro das coligações. A necessidade de negociar pontos em comum dentro de coalizões ideologicamente heterogêneas faz com que a distância entre os membros da aliança diminua, fato que repercute sobre o nível de polarização do sistema como um todo (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2016). Esse processo é um dos indícios que leva a perguntar se existe no Brasil um processo de cartelização do sistema partidário.

Para adentrar a seara do debate sobre a cartelização do sistema, é preciso retomar o conceito de partido cartel desenvolvido por Katz e Mair (1995), observando que o modelo foi desenvolvido para análise da experiência europeia em um contexto muito particular, necessitando de adequações quando aplicado ao sistema brasileiro. No entanto, é possível dizer que o Brasil possui alguns fatores relevantes que remetem ao modelo cartel, são eles: a reduzida intensidade ideológica dos partidos, a possibilidade de participação no governo federal de todas as forças que formam os blocos em disputa e a considerável dependência com relação aos recursos do Estado (RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, é possível definir um sistema cartelizado como aquele em que os principais partidos entram em acordo, velado ou explícito, para garantir suas posições dominantes e os acessos privilegiados aos recursos que são decisivos para a sobrevivência de todos: os recursos estatais. Assim, os partidos não estariam apenas dependentes desses recursos, mas sim completamente entrelaçados com o Estado (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2016).

Nicolau (2010), a priori, examinou o tema apenas na dimensão da dependência estatal dos partidos, sem realizar uma prova mais sistemática de sua tese e, constatou, como esperado, um sistema com extrema dependência de recursos públicos, com partidos atuando de modo pragmático e com pouca base ideológica. Em seguida, de maneira mais ampla, Ribeiro (2013) propôs realizar uma análise do sistema valendo-se de alguns dos indicadores do modelo de cartel, considerando-o como uma das muitas possibilidades de análise de um sistema partidário. O autor utilizou três conjuntos de indicadores: a) os vínculos entre partidos, sociedade e Estado; b) as estruturas decisórias dos partidos e c) os padrões de competição e cooperação entre as principais forças políticas.

A análise através do modelo de cartel apresenta alguns problemas empíricos, teóricos e de ordem conceitual. De acordo com Ribeiro (2013), a estabilização da competição e a diminuição das distâncias ideológicas, fatores importantes na tese do cartel, não estão produzindo um sistema fechado para a entrada de novas e diferentes forças. Ao contrário, os dados mostram que PT, PSDB, PMDB e PFL/DEM saíram de uma posição em que possuíam dois terços da câmara dos deputados, em 1999, para a posse de apenas 48%, em 2013, dando lugar para outras legendas menores. Para além, os dados mostraram que os recursos estatais não sustentam apenas o grupo em questão, mas também são responsáveis pela manutenção dos partidos pequenos e médios, fato que demonstra que os investimentos estatais, na verdade, elevam a competição e a fragmentação do sistema, tornando a competição cada vez mais aberta.

Dessa forma, Ribeiro (2013) conclui que, a partir das circunstâncias analisadas, fica difícil afirmar a existência de um sistema de cartel fechado e estável no Brasil. O autor chama atenção para a possibilidade de um eventual processo de cartelização na forma de “cartel dinâmico” do qual fariam parte quatro ou cinco líderes do jogo de longo prazo, mais quatro a sete membros rotatórios que entrariam e sairiam do cartel segundo o desempenho eleitoral conquistado e o contexto político.

1.1.4 PT e PSDB: para onde caminham as principais forças partidárias

No Brasil, as pesquisas apontam uma clara erosão da legitimidade dos partidos como atores centrais do processo democrático para significativas parcelas do eleitorado (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2016). A ausência de programas partidários claros e o enfraquecimento da ideologia são fatores que contribuem para o rompimento de lealdade entre os partidos e os eleitores. Nesse contexto, dois partidos figuraram como as principais forças eleitorais desde a redemocratização: PT e PSDB configuraram o que havia de mais estável e competitivo no sistema brasileiro até as eleições de 2018 e a ascensão do PSL como terceira força. Portanto, é imprescindível situar as trajetórias de cada um deles, assim como analisar suas características, conquistas e desafios.

A trajetória de crescimento, concomitante, ora mostra semelhanças, ora comportamentos totalmente opostos. Nascidos na década do surgimento da Nova República, ambos lutaram para que a democracia fosse legitimada. Mesmo criados em ambientes diferentes (PT nas massas e PSDB nos quadros divergentes dentro do PMDB), os dois partidos tiveram posições semelhantes diante do primeiro desafio na nova era: a Assembleia Nacional Constituinte, embrião da Constituição Cidadã de 1988. Seus líderes, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), tiveram papel central na construção da cultura cívica de repúdio a qualquer sistema ou governo que não se pautassem em ideais democráticos. A distância, no entanto, começaria a surgir justamente nos âmbitos das disputas eleitorais, nos modos de organização e nas alianças.

O PT se coligaria mais com partidos de esquerda e centro-esquerda, e passou a englobar partidos de direita a partir de 2002 (PL/ PR, PP e PSD,4 por exemplo), como forma de ampliar suas chances de sucesso eleitoral. Como resultado, o partido foi moderando o seu discurso ao longo do tempo. O controle da prefeitura de São Paulo, durante a gestão Erundina (1989-1992), foi uma das primeiras experiências que serviram para mostrar ao partido a importância estratégica de se governar com flexibilidade política e ampliação do arco de alianças (Couto, 1995). Já o PSDB se manteve mais centrado nos campos da

direita e centro-direita, tendo PFL/DEM, PPS e PTB como grandes aliados (BRAGA; COSTA; FERNANDES, 2018, p. 5).

Os anos a seguir demarcam a era em que PT e PSDB comandaram dois grandes blocos de coligações eleitorais e coalizões de governo e oposição que se estenderam no âmbito das disputas de governos de estados e municípios, mostrando forte organização partidária com mecanismos de seleção de candidatos, controle da distribuição de recursos e da organização territorial de estrutura institucional, mobilização de suas bases sociais e com formas distintas de participação de seus membros. A polarização PT-PSDB se tornou tão preponderante no cenário político nacional que, além de dificultar a ascensão de uma “terceira força” capaz de romper essa disputa (LIMONGI; CORTEZ, 2010), replicou-se nos estados. O Estado de São Paulo é o caso mais evidente, no qual tal polarização ocorreu de maneira mais intensa.

Tanto PT quanto PSDB possuem, em São Paulo, suas principais bases fundadoras (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Marques e Fleischer, 1998; Roma, 2002) e seguem um padrão similar de recrutamento e mobilização de membros. Além disso, os membros de ambos os partidos possuem perfis semelhantes (na maioria são homens com mais de 40 anos, católicos) e, em geral, ocupam postos nas organizações partidárias em nível subnacional. Outra semelhança encontrada se refere à participação: a maioria dessas elites intermediárias são engajadas em algum tipo de movimento ou organização social, demonstrando forte interface com a sociedade civil organizada (BRAGA; COSTA; FERNANDES, 2018, p. 7).

Entre divergências e semelhanças, os dois partidos protagonizaram as eleições nacionais durante décadas, um estando sempre na oposição do outro. O PSDB foi vitorioso em 1994 e 1998 e a oposição assumiu em 2002, 2006, 2010 e 2014, eleições conquistadas pelo PT. Tal hegemonia veio à cabo apenas nas eleições de 2018, quando, pela primeira vez nas últimas duas décadas, o PSDB ficou fora do segundo turno da eleição presidencial, perdendo espaço para o PSL, partido do presidente então eleito, Jair Messias Bolsonaro. Mesmo com a derrota, o partido ainda figura como grande liderança no âmbito da centro-direita brasileira, assim como o Partido dos Trabalhadores, na centro-esquerda. Nesse sentido, para entender o local que chegaram, poder, disputas e quedas, se faz necessária uma análise minuciosa do comportamento dos dois partidos ao longo dos anos, exercício que se buscou realizar a seguir.

1.1.4.1 PT: mudanças de trajetórias e incertezas

A fundação do PT, em 1980, estava inserida em um contexto no qual as novas dinâmicas de trabalho e divisão de classes aconteciam juntamente com a ânsia nacional pela

redemocratização. A região do ABC paulista, local em que o partido foi criado, configurava o maior reduto da nova indústria que muito empregava e pouco pagava aos seus metalúrgicos. Nesse sentido, a criação do PT está diretamente atrelada ao Novo Sindicalismo, segmento do movimento sindical que rompeu com o sindicalismo burocrático-assistencial implementado no período Vargas, via CLT, e fortalecido durante os anos da ditadura militar. Coube, a esse setor, a combinação entre reivindicações econômicas imediatas e aspectos da luta política mais geral, como a democratização do Estado, autonomia e liberdade sindical, fim da política de arrocho salarial e salário mínimo nacional (BORGES, 1998).

Após a reforma partidária, operários mobilizados já a partir das greves de 1978-79 alargaram seus objetivos e se uniram aos movimentos populares, influenciados pelos setores progressistas da Igreja Católica, tais como a Teologia da Libertação; estudantes ligados à UNE, a qual nesse período havia sido posta pelos militares na clandestinidade; políticos profissionais, já estabelecidos, ligados à esquerda do MDB, partido de oposição ao regime; professores universitários; militantes de organização trotskistas, como a Liga Operária e o Movimento de Emancipação do Proletariado; remanescentes da luta armada e artistas que haviam sido diretamente afetados pela censura e lutavam em um movimento de contracultura para o reestabelecimento democrático. Em meio a esse contexto é que o PT foi criado sob a forte liderança do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, oficialmente no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo (KINZO, 1993).

Diante do seu posicionamento frente às mudanças e rupturas (TAROUCO; MADEIRA, 2011), pode-se afirmar que o PT nasceu permeado por um forte ideal de esquerda. Com ideais inspirados nas teorias socialistas, sua ligação com o operariado e com as classes que buscavam uma forte ruptura com o sistema vigente (a ditadura militar) o torna um típico partido de esquerda em diversas dimensões. Segundo a classificação de Duverger (ANO?), pode-se afirmar que o PT é um legítimo partido de massas, pois surgiu de um movimento endógeno à sociedade civil, fato que contribui para os altos índices de identificação partidária que o partido alcança.

O primeiro partido de massas criado no Brasil: de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; [...] Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia 'integralista' de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanente, fora dos períodos eleitorais. Finalmente quanto à atividade política, o PT confere bem menos

importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989, p. 36).

Os índices identificação partidária, que na década de 2000 estiveram acima dos 20%, são explicados pela trajetória única de partido de massas e pelo enraizamento social a partir dos sindicatos e dos movimentos sociais que lutaram pelo fim da Ditadura Militar (KINZO; CARREIRÃO, 2004). No entanto, pelo fato histórico de ter nascido entre grupos tão diversos, reformistas, trotskistas, leninistas, stalinistas, socialistas cristãos, socialistas democráticos etc., o PT possuiu dilemas durante toda a sua história quanto a sua congruência ideológica com seguidas controvérsias ao longo dos 40 anos de existência do partido. Não é à toa, por exemplo, que o termo socialismo tenha sido usado de maneira bem ampla no discurso proferido por Lula na 1ª Convenção Nacional do PT, em 1979, sem, porém, avançar uma definição precisa (GOMES, 2016). Tais divergências ficam evidenciadas inclusive na organização do partido, nas quais “tendências” disputam os processos internos de lideranças, configurando grupos dessemelhantes (radicais/moderados) em disputas de narrativas, decisões de candidaturas, agendas de governo e demais assuntos relacionados à existência do partido na arena eleitoral. Para além das tendências, a estratégia organizativa do partido trouxe características inovadoras, como a formação dos núcleos de base, o incentivo à participação da militância nos processos decisórios e o fortalecimento das instâncias locais. As instâncias superiores, por sua vez, são dotadas de fortes mecanismos de intervenção e veto, fazendo com que o partido tenha uma estrutura hierárquica interna muito forte (MENEGUELLO, 1989; ROMA, 2006). De acordo com Ribeiro (2013), a Comissão Executiva Nacional, tornou-se o órgão decisório máximo no período entre encontros nacionais, reduzindo o diretório à condição de instância ratificadora.

Num breve resgate histórico, a década de 1990 foi marcada por uma forte atuação do PT enquanto liderança do campo da esquerda e oposição à corrente neoliberal, liderada pelo PSDB, que marcou a década. O processo de liderança teve um ponto de inflexão importante nas eleições de 1989 quando Lula disputou acirradamente as eleições com Fernando Collor de Melo e se solidificou como grande protagonismo das lutas progressistas que estavam por vir. No entanto, Lula não teria sucesso nas eleições de 1994 e de 1998. Condecorado pelos feitos na economia durante o governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso colheu, em 1994, a vitória influenciada diretamente pelo sucesso do “Plano Real” - um plano econômico que permitiu acabar com a hiperinflação, estabilizando os preços, aumentando o poder de compra das famílias e permitindo o planejamento das ações governamentais sobre economia e sociedade com a estabilização da moeda. Em 1998, não foi diferente, após realizar modificação

na Lei de Reeleição, Fernando Henrique é eleito novamente presidente, mantendo Lula na segunda posição⁸. As iniciativas neoliberais do governo tucano no poder prepararam o terreno para uma mudança de direcionamento ideológico. O processo foi relativamente sincronizado em toda a América Latina, no qual se pode observar a ascensão de partidos considerados de esquerda ao poder - junto com Lula, foram eleitos Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Néstor Kirchner, na Argentina e Tabaré Vázquez, no Uruguai, dentre outros.

Embora tenha sofrido três derrotas consecutivas na disputa pelo executivo nacional, com o avanço dos anos e a conquista de cadeiras no executivo e legislativo em municípios e estados, o PT passou a ser influenciado fortemente por sua militância mais pragmática e moderada, de acordo com Samuels (2004). Em 2002, ainda na campanha, uma das estratégias para fugir da imagem radical foi a famosa “Carta aos Brasileiros”, documento em que a candidatura de Lula “prometia” ao povo, ao empresariado e aos demais setores sociais “preocupados” com tal radicalismo que não abalaria de maneira estrutural as raízes do mercado financeiro. A chegada à Presidência da República em 2002 fez o PT mudar a postura, passando a moderar seu discurso e a adotar medidas programáticas, principalmente na economia, a despeito de outras que defendia no passado. Nesse sentido, a partir do momento que se tornou governo, o partido passou a depender do vínculo estatal assim como do vínculo social.

No caso petista, a aproximação estatal acarretou um afastamento da sociedade civil, e não um abandono. O PT é produto da afluência de diversos atores organizados da sociedade. Nos núcleos de base, nos grupos setoriais, nos cargos informais de suas Executivas estavam alguns dos reflexos dessa peculiaridade. Os núcleos não existem há anos, e os setoriais estão desmantelados. Se o PT já não é tão permeável aos influxos societários quanto antigamente, ainda o é mais que qualquer outra agremiação brasileira. Alguns traços de seu modelo originário permanecem – no espaço que resta aos setoriais (ao menos simbólico), na hegemonia junto ao movimento sindical, nas intrincadas relações de dominância com inúmeros atores sociais etc. A profissionalização na política acarretou certo distanciamento da militância petista em relação à sociedade; porém, se o grau de ativismo diminuiu, ele ainda é, em geral, bastante significativo. Não se trata, portanto, da sociedade ou do Estado: trata-se da sociedade e do Estado – mas com predominância cada vez maior dos vínculos estatais. Esse é o novo locus do PT (RIBEIRO, 2008, p. 270).

A chegada à presidência e a cooptação da militância para o trabalho direto nos governos conquistados contribuíram para o enfraquecimento dos núcleos de base e, na mesma medida, para a centralização das decisões locais nos Diretórios Municipais (RIBEIRO, 2013). A Comissão Executiva Nacional tornou-se o órgão decisório máximo, passando a acumular

⁸ Mais informações na seção específica sobre o PSDB.

atribuições políticas e diretivas, contribuindo para uma estrutura hierárquica interna muito forte (MENEGUELLO, 1989; ROMA, 2006).

Mesmo com o enfraquecimento das bases, o partido continuou representando o maior índice de popularidade do sistema brasileiro. Os resultados dos dados obtidos pelo ESEB, no qual foi medida a intensidade de quanto os eleitores gostam de cada um dos partidos, ve-se que, em todos os anos estudados, o PT apresenta uma média de simpatia eleitoral maior que as dos demais partidos. Entretanto, é necessário observar que a média de simpatia pelos demais partidos também encontra algum nível satisfatório. O PSDB, principal opositor, também aparece com percentual mais abrangente de simpatizantes em relação às demais legendas (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011).

Os quatro governos petistas foram marcados por ondas amplas de aprovação popular com o ápice demarcando nos governos Lula de 2002 a 2010, o que gerou a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, e sua reeleição em 2014, já num processo crescente de desaprovação. Os desafios econômicos em âmbito mundial trouxeram grandes diferenças aos governos. Enquanto Lula pôde surfar nas ondas de crescimento na economia mundial, fato que trouxe o ambiente favorável para o crescimento do emprego e de distribuição de renda através de ampliação das políticas sociais, o governo Dilma enfrentou a recessão mundial sem grandes sucessos, aplicando políticas econômicas que aumentaram a sensação dos efeitos da recessão nos domicílios brasileiros. As mudanças de trajetória ocorridas no interior do partido são notórias, depois de quase 40 anos de existência, o PT saiu das ruas e das manifestações sindicais, passando pela atuação mais moderada nas eleições de 2002 e pelo movimento em direção ao centro durante o período que esteve no governo, entre 2002 e 2016. A trajetória do partido no governo foi interrompida, em 2016, após um polêmico processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. A seguir, destaca-se alguns pormenores do desenrolar de cada um dos governos e suas respectivas implicações.

Os governos Lula (2002 a 2010) constituíram uma crescente econômica que possibilitou a inserção das classes populares no mercado de consumo, facilitada pelo incentivo ao acesso ao crédito. Tal fenômeno ficou conhecido como o surgimento de uma nova “classe média” ou nova “classe C”, justamente por ser caracterizado pela ascensão de segmentos familiares que estavam à margem de consumo de determinados bens de consumo (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis populares). Para além do crescimento econômico, o governo Lula também foi marcado pela bem-sucedida implementação dos projetos de políticas públicas sociais prometidos nos programas de governo, principalmente no que se refere ao combate à miséria e

à fome. O programa Bolsa Família concretizou-se como o grande exemplo de projeto de combate à pobreza ao beneficiar 12,7 milhões de famílias, possibilitando que ¼ da população brasileira tivesse acesso ao programa de transferência de renda (MENEGUELLO; ARQUER, 2018). Nesse sentido, é possível dizer que o segundo governo Lula foi de extremo impacto na redução da pobreza extrema, chegando a retirar mais de 30 milhões de pessoas da miséria, fazendo com que a porcentagem de brasileiros em situação abaixo da linha da pobreza diminuísse 43%. Tais números tiveram grande impacto na eleição de 2010, na qual, sem a presença, mas com o apoio de Lula, o Partido dos Trabalhadores emplacou sua sucessora.

La elección de Dilma Rousseff en 2010, que reeligió por tercera vez al Partido de los Trabajadores en la presidencia de la República, consagró uno de los principales fenómenos políticos de la democracia brasileña. El partido se mantuvo en la presidencia durante dos mandatos con el presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) registrando niveles significativos de popularidad y apoyo, y obtuvo la elección para su segundo mandato con una evaluación de Gobierno aún más positiva que en el inicio del primer Gobierno en 2003. Los niveles de confianza presidencial registrados al final del segundo Gobierno petista fueron muy similares a los de su inicio, 80%, lo que se puede interpretar como la aprobación de las políticas gubernamentales, las cuales enfatizaron una amplia gama de programas sociales y de redistribución del ingreso. El tercer Gobierno del PT se inició en 2011 confirmando a la presidenta Dilma índices de confianza de más del 70%, que reflejaron las altas expectativas con la continuidad del proyecto de cambios que marcaron los dos Gobiernos anteriores (MENEGUELLO; ARQUER, 2018, p. 76).

O primeiro governo Dilma foi marcado pela continuidade das políticas de transferência de renda e ampliação do número de famílias beneficiadas. No entanto, os limites da transformação social começaram a surgir diante da ineficácia do governo petista em promover reformas de maior substância e que de fato alterassem as estruturas de poder no contexto brasileiro (reformas no âmbito tributário, federativo e agrário). Os dados comparativos sobre a opinião pública no que se refere à percepção de bem-estar econômico e social apontam um declínio considerável, isto é, se em 2010 concluía-se que 55% da população percebiam uma melhora nas condições econômicas em relação ao ano anterior, em 2013 essa porcentagem já baixava para 24% (MENEGUELLO; ARQUER, 2018). É nesse contexto que emergem, no ano de 2013, as manifestações de repúdio ao contexto político brasileiro, impulsionadas pela revolta contra o aumento das tarifas de transporte urbano. A onda de protestos, conhecida internacionalmente como “junho de 2013”, favoreceu e ampliou o clima de insatisfação popular com a classe política do país que, culturalmente, sempre foi intensamente personalizada na figura do presidente da República.

Es posible identificar las primeras señales de alteración de los índices de confianza y de evaluación positiva del Gobierno ya en 2013, cuando en el mês de junio estallaron manifestaciones en todos los principales centros urbanos del país. Con una agenda extensa, que incluía una amplia gama de demandas, como la disminución de tarifas públicas, políticas públicas más incluyentes de salud, educación y vivienda y de combate a la corrupción, las masivas manifestaciones, amplificadas por las redes sociales, reflejan el escenario de insatisfacción generalizada y de crítica al funcionamiento del sistema político y de las instituciones, expresadas a partir de formas distintas de organización. Há sido sorprendente que, en el medio del evento internacional de la Copa de Fútbol de las Confederaciones, personas salieran a las calles para manifestarse contra los gastos públicos destinados a la Copa Mundial de Fútbol en 2014. Es importante destacar que los partidos políticos, particularmente de la izquierda partidista, fueron objeto de rechazo simbólico por parte de los manifestantes, a pesar de que las críticas a los políticos y al sistema representativo en el país hayan surgido mucho antes que este contexto. (MENEGUELLO; ARQUER, 2018, p.78).

O clima de insatisfação abriu a campanha de 2014 e trouxe para a agenda eleitoral uma grande sensação de tensão e incertezas. A campanha eleitoral foi marcada pelas constantes denúncias de corrupção envolvendo o governo e o partido, entre elas, os escândalos sobre a Petrobrás investigados pela “Operação Lava Jato”. Além disso, o fantasma da inflação e o baixo crescimento econômico baixaram consideravelmente os níveis de popularidade de Dilma, fazendo com que seu governo se tornasse frágil ao ataque da opinião pública e dos partidos de oposição (RIBEIRO; VIZONÁ; CASOTTA, 2016).

Em 2016, o desarranjo entre o governo executivo e legislativo, acirrados pela disputa entre Dilma (PT) e o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), apoiado pelas lideranças do PSDB, resultou na consolidação do processo de impeachment que levou o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), a assumir a presidência a partir do mês de setembro. Acusada de manipular o orçamento sem a aprovação do congresso, a presidente foi julgada e condenada pelo processo conhecido popularmente como “pedaladas fiscais”. Dessa forma, o PT, pela primeira vez depois de 13 anos, foi afastado do governo federal. Para muitos analistas, o episódio do afastamento da presidenta Dilma colocou o fim na era de domínio do PT que luta para desvincular a própria imagem dos escândalos de corrupção. Em 2015, as previsões destacavam que o fracasso do governo Dilma poderia ser considerado também como um fracasso do campo da esquerda progressista no Brasil (RIBEIRO; VIZONÁ; CASSOTTA, 2016). Com o impeachment consolidado, analistas e correntes internas propõem como necessária a reconstrução do partido a partir de uma autocrítica que revele erros e desafios.

O ano de 2018 marcou um processo intenso de luta para que Lula não fosse impedido de concorrer às eleições como candidato oficial à Presidência da República. O ex-presidente vinha sendo considerado réu em processos ligados à operação lava-jato e acabou por ser

condenado no processo de corrupção passiva e lavagem de dinheiro devido a um controverso favorecimento relacionado a um apartamento triplex na cidade de Guarujá, em São Paulo. Diante de inúmeros manifestos de apoio popular, Lula se entregou em 7 de abril de 2018 e foi preso em Curitiba, obedecendo a decisão em primeira instância do juiz Sérgio Moro, responsável pelo processo (ALMEIDA, 2018). Mesmo preso, Lula foi lançado pelo Partido dos Trabalhadores como candidato à presidência devido ao clamor social evidente nas pesquisas de intenção de voto que o colocavam como vitorioso ainda no primeiro turno das eleições. Inúmeras foram as obstruções jurídicas à candidatura, fato que forçou o PT a lançar novo nome, tardiamente, já no decorrer do período de campanha eleitoral para o primeiro turno. O nome escolhido para representar Lula foi o de Fernando Haddad, ex-prefeito da cidade de São Paulo, formando uma coligação com o PCdoB, com Manuela D'ávila como vice. A candidatura chegou ao segundo turno em concorrência com a candidatura de extrema direita de Jair Bolsonaro – PSL, figura que jamais havia disputado o pleito para o executivo nacional, mas que surgiram como uma terceira força capaz de desbancar a hegemonia competitiva PT/PSDB. Eleito, Bolsonaro encerrou o ciclo de governos petistas e, com isso, a dicotomia de oposição em que o PSDB figurava como protagonista.

O recente declínio do PT brevemente exposto acima suscita diversas indagações. Entre elas, seriam o afastamento ideológico de suas bases e as alianças inconsistentes com o PMDB, alguns dos fatores decisivos para que o partido perdesse a força institucional e o apoio eleitoral que garantia seu forte vínculo com o Estado? Essa é uma questão deveras pertinente que estará no cerne das futuras discussões sobre o Partido dos Trabalhadores.

1.1.4.2 PSDB: do governo à oposição

O PSDB surgiu em um movimento interno no Congresso Nacional, formado principalmente por dissidentes do PMDB, mas também de outros cinco partidos – PSB, PFL, PTB, PC do B e PSC (FURTADO, 1996). De acordo com Vieira (2012), embora tenha Social Democracia⁹ no nome, o processo de formação do PSDB é diferente do processo de formação dos partidos social-democratas europeus que se originaram a partir de base popular e com apoio

⁹ O modelo social-democrata caracteriza-se por um sistema de proteção abrangente, de cobertura universal e da garantia dos benefícios sem que houvesse vínculos entre o benefício e a contribuição do beneficiário, um modelo que buscava a igualdade com os melhores padrões de qualidade, em oposição a uma igualdade das necessidades mínimas (ESPING-ANDERSEN, 1990).

dos sindicatos. Ainda assim, de acordo com seus fundadores, o PSDB surgiu declarando-se como uma alternativa social-democrata ao fim da ditadura militar. A bibliografia que debate as características do partido remete a dois consensos: o primeiro diz respeito ao fato de que motivos ideológicos fomentaram a criação do partido devido às divergências de alguns parlamentares em relação à aliança que o PMDB cultivava com a direita – o PFL/DEM – e em relação ao embate sobre a prorrogação do mandato presidencial para cinco anos, fato que beneficiaria o mandato do então presidente José Sarney; o segundo consenso é de que a contraditória aliança que o PSDB selou com o PFL/DEM, a partir da eleição de 1994, foi uma ação essencialmente pragmática, o que teria descaracterizado sua orientação ideológica (ROMA, 2002).

Segundo uma face da literatura sobre o assunto, três fatores teriam motivado a criação do partido: i) distensões internas na bancada parlamentar do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988, principalmente nas questões sobre sistema de governo e duração do mandato de José Sarney motivado pela possibilidade de disputa da eleição presidencial; ii) predomínio do grupo de Orestes Quécia que controlava a organização peemedebista e iii) a inconsistência ideológica das alianças entre políticos conservadores do PFL. No entanto, Roma (2002) salienta que tais fatores são demasiadamente ligados às motivações ideológicas que não refletem os verdadeiros motivos e intenções da criação do partido.

A origem do PSDB pode ser explicada com maior consistência por sua orientação mais pragmático-eleitoral do que ideológica. Tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente a presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no PMDB, mas por meio de outro partido. Nesse contexto, as lideranças peemedebistas apresentaram-se, na sua origem, com um discurso de centro-esquerda, diferenciando-se do governo José Sarney, do qual estavam excluídos, e da sua base de sustentação formada por parlamentares de centro-direita, filiados ao PMDB e PFL (ROMA, 2002, p. 74).

O partido disputou as eleições de 1989 com o candidato Mário Covas e não conseguiu chegar ao segundo turno. Apenas em 1994 veio a conquista da Presidência da República com Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e um dos fundadores do partido. A vitória foi acompanhada de uma estratégia de alianças de centro-direita diferente do que pregava o partido em sua fundação. De acordo com Roma (2002), a aliança com o PFL não obteve resistência da militância do partido justamente por conta de uma estrutura organizacional fraca no que se

refere ao poder de voz e de veto da militância. As vozes que, de fato, deliberavam estavam consonantes com os ideais neoliberais¹⁰ presentes nas lideranças dos dois partidos. Para permanecer no poder, oito anos depois de uma fundação contrária ao período de permanência de Sarney na presidência, o PSDB aprova a reeleição justamente no momento em que poderia ser favorecido por ela. Através de uma manobra de votações no congresso, ficou permitido que Fernando Henrique disputasse a eleição de 1998, pleito do qual sai vitorioso, conservando seu poder até 2001.

Mesmo sendo um partido de quadros, segundo a classificação de Duverger (1951), a luta peessedebista pela redemocratização e contra a permanência do regime militar, de acordo com os autores Tarouco e Madeira (2012), havia dado ao partido status de reformista e o aproximado de sua origem da centro-esquerda por sustentar uma auto declaração de social-democrata, apresentando preocupações com justiça social, distribuição de renda, soberania nacional, garantias de emprego e reforma agrária que o aproximavam dos partidos. Em contraponto, Vieira (2012), que também analisou os documentos de fundação do partido, considera que, na prática, o PSDB já teria nascido defendendo o neoliberalismo. Segundo a autora, quando comparado aos partidos de tradição social-democrata europeus, os tucanos apresentam duas diferenças marcantes: não possuem vínculo com as classes trabalhadoras em sua fundação e seguem uma trajetória até os dias atuais de defesa convicta do livre mercado. Ao analisar o programa de governo apresentado em 1988 pelo partido, Roma (2002) segue tal linha argumentativa:

O programa de governo do PSDB, também elaborado em 1988, orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930. As principais diretrizes definidas para nortear um futuro governo seriam a ênfase na estabilidade monetária como condição antecedente para o crescimento econômico e a alternativa do mercado para suplantar o modelo nacional desenvolvimentista centrado no Estado (ROMA, 2002, p. 75).

¹⁰ No final da década de 1980, o neoliberalismo tornou-se uma poderosa agenda política. O Estado estava desacreditado e, com isso, a ‘fé utópica’ nos mercados continuava sendo um fundamento para a retórica política otimista. Apesar de seus problemas, as prescrições políticas neoliberais mantiveram legitimidade e carisma pela ausência de um sucessor intelectual capaz de constranger a teoria neo-utilitarista. A fim de escapar da ação prejudicial do Estado, essa corrente sustentava que sua esfera de atuação deveria ser reduzida ao mínimo e sempre que possível deveria haver a substituição do controle burocrático dos governos pelos mecanismos do mercado (Evans, 1998).

Tais contradições apontaram um possível dilema de orientação ideológica para as competições eleitorais: por um lado, declarar-se social-democrata, nos moldes da social-democracia europeia e mobilizar filiados e militantes por conta de seu viés “de esquerda” na origem, mas, por outro lado, ter um programa de governo com teses liberais e, assim, atrair o empresariado e ampliar o arco de alianças partidárias nas eleições (BRAGA; COSTA; FERNANDES, 2018). Tais contradições ficam evidentes quando se compara o excerto acima e a agenda neoliberal aplicada nos governos tucanos com a fala de Bresser-Pereira, um dos grandes líderes do partido, que, questionado sobre a verdadeira face de direita do PSDB, argumentava que jamais o partido executaria uma agenda de Estado Mínimo e de baixa regulação da economia.

Desde quando eliminar monopólios estatais, desde quando eliminar privilégios na previdência e recuperar seu equilíbrio financeiro, desde quando reformar o aparelho de Estado e tornar a burocracia mais responsável perante o governo e a nação, desde quando abrir o país de forma pragmática, desde quando lutar dia-a-dia pelo ajuste fiscal e a estabilidade da moeda é estar engajado em reformas neoliberais? (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 68).

Para Roma (2002), O PSDB possui um processo organizacional característico e diferente do PT com processos decisórios menos complexos baseados em líderes personalistas e não em militantes. Para o autor, o partido possui um desenho institucional peculiar, no qual se podem destacar duas principais características: i) ausência de vetos, ou seja, os membros não podem criar obstáculos para as decisões dos líderes nacionais e (ii) autonomia de decisão em nível local, no caso de estratégias partidárias, fazendo com que os DMs atuem diretamente sobre questões locais. Nesse sentido, as estruturas peessedebistas conferem alto grau de autonomia entre as instâncias locais, estaduais e nacionais.

O perfil das lideranças políticas do PSDB de-lineia uma visão ou conservadora ou reformistapró-liberalismo, com considerável adesão de parlamentares com experiências partidárias anteriores, em grande parte, originária de partidos de direita. Este perfil enquadra-se em um tipo de estrutura partidária na qual não houve a preponderância decarreiras políticas vinculadas a grupos trabalhistas. Esse tipo de adesão é possível devido à estrutura organizacional fraca do partido (ROMA, 2002, p. 81).

Sendo assim, para Roma (2006), as atividades dos filiados ao partido estariam concentradas nos períodos eleitorais e os protagonistas seriam os candidatos já com trajetória política. Uma opinião distinta pode ser encontrada em Meneguello, Amaral e Bizzarro Neto

(2014) que, ao realizarem surveys com lideranças petistas e peessedebistas, indicaram que, pelo menos no contexto paulista, há “vida partidária” mesmo fora dos períodos eleitorais. Em 1993, na gestão de Itamar Franco, os peessedebistas chegam ao Poder Executivo de maneira indireta, aumentando o seu grau de apoio ao governo com a adesão dos seus parlamentares às indicações do líder governista, tornando-se integrante dos gabinetes ministeriais e capitalizando eleitoralmente o sucesso econômico do Plano Real¹¹ (ROMA, 2002).

Em 1994, ao assumir o governo federal, as contradições ficam de lado ao passo que a convicção neoliberal torna-se clara nas agendas de governo.

O PSDB surgiu nesse contexto de mudanças na economia Global, as quais restringiram as opções da social-democracia européia e provocaram alterações no padrão de resposta aos desafios econômicos globais. A crise das políticas de welfare state aconteceu no momento em que o ideário neoliberal ganhava força e se tornava um receituário a ser seguido. No contexto das reformas neoliberais na América Latina, o PSDB chegou à Presidência da República e é em um ambiente “neoliberal” e de fortes constrangimentos externos que inicia seu governo (VIEIRA, 2012, p. 27).

A partir de então, de forma coerente com sua ideologia liberal, já declarada no manifesto de criação do partido, o PSDB adotou a estratégia de concretizar alianças com partidos de centro e direita na maioria dos casos. De acordo com Roma (2002), a criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, com uma pequena participação dos filiados e um terreno fértil para a inexistência de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por sua vez, facilitou a aproximação com o bloco de partidos de direita, principalmente com os que possuíam visão ideológica próxima do liberalismo.

As estratégias de organização e competição do PSDB mostraram efetividade, ao passo que, em doze anos de existência, o PSDB aumentou expressivamente o número de votos conquistados nas sucessivas eleições nacionais, estaduais e municipais. Seu desempenho eleitoral confirma uma tendência de nacionalização do partido observada desde o momento de sua fundação.

¹¹ O sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe econômica que tinha à frente o tucano Fernando Henrique Cardoso, o credenciou para se candidatar à Presidência da República e a aceitação por parte da população garantiu sua vitória ainda no primeiro turno. O Plano Real foi dividido em três fases: i) entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994, ajuste fiscal; ii) de março a junho de 1994, neutralização da inflação utilizando um índice, a URV e iii) a reforma monetária no dia 1º de julho.

Os últimos anos do governo do PSDB foram marcados por uma baixa popularidade diante dos inúmeros problemas sociais enfrentados pelo país

No governo Fernando Henrique Cardoso, o desemprego bateu um recorde histórico. O processo de modernização pelo qual passaram as empresas levou-as a mudar seu padrão de produção, o emprego de novas tecnologias extinguiu postos de trabalho. A ausência de um programa de treinamento e qualificação profissional abrangente inviabilizou a reinserção de muitos dos trabalhadores desempregados, o que fez com que os índices de desemprego disparassem. A mão de obra com carteira assinada representava 58,9 % do total de pessoas empregadas em 1989, em 1999 menos de 45 % da população em idade ativa possuía carteira assinada (Vieira, 2012, p. 40).

A forte alternativa oferecida por Lula e seu discurso mais moderado, aliado ao forte desemprego e à crise econômica, fizeram com que o PSDB deixasse a presidência e passasse a amargar uma sequência de derrotas eleitorais para os candidatos petistas. Nos dois primeiros pleitos contra Lula e nos dois últimos contra Dilma, os tucanos chegaram ao segundo turno e saíram derrotados. A eleição mais polêmica e mais acirrada, desde 1989, se deu em 2014. Os candidatos do PT e PSDB totalizaram 75% dos votos em disputa e o segundo turno foi marcado por ondas de agressividade e ataques pessoais. O candidato tucano marcou sua fala com ataques baseados nos rumores e denúncias de corrupção ligados ao PT, além de destacar a responsabilidade do partido pela crise econômica que o país vivia. Dilma, que mantinha um forte vínculo social de acordo com a trajetória petista e suas bases, acabou vencendo a eleição com 51,6% de votos (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2016).

Diante da diferença pequena de votos entre partido eleito e derrotado, o PSDB iniciou uma campanha na tentativa de deslegitimar a vitória do PT. De recontagem de votos a ações judiciais para investigação das contas de campanha, o partido usou diversas artimanhas para anular os resultados das urnas, todas elas sem sucesso. Diante de tal cenário, as lideranças tucanas encamparam uma aliança com o PMDB para mover um processo de impeachment contra a presidente Dilma.

La estrecha victoria del PT contra el PSDB en la segunda vuelta electoral en octubre de 2014 dio aliento y estímulo a la oposición política, adormecida durante gran parte de los Gobiernos del PT. Después de la divulgación del resultado de la elección, el PSDB inició el proceso para el recuento de votos; posteriormente, ya en el inicio del primer año del nuevo Gobierno, los partidos de oposición impulsaron el proceso para la destitución de la presidenta electa. Tales iniciativas ocurrieron bajo un escenario de intensa movilización popular, representando sectores favorables y contrarios al Gobierno, y culminaron en el *impeachment* de la presidenta Dilma en septiembre de 2016, cerrando el ciclo del PT en el Gobierno nacional. (MENEGUELLO; ARQUER, 2018, p. 75).

Após a destituição da presidenta ser consolidada em meados de 2016, o partido permaneceu ao lado de Temer, vice de Dilma que havia assumido o poder, compondo o governo e buscando se fortalecer para o próximo processo eleitoral. No entanto, tais posicionamentos não foram unânimes dentro do partido, fato que ocasionou uma grande divisão interna. A discordância veio, principalmente, quanto aos limites do apoio que o partido deveria oferecer a Temer que também era parte do governo ao qual o PSDB fazia oposição. O racha permaneceu nas disputas que indicaram candidatos ao executivo estadual de São Paulo e ao executivo. De acordo com Braga, Costa e Fernandes (2018), notou-se a existência de fortes conflitos de interesse entre as lideranças tucanas, diretamente ligadas à política estadual e nacional. Não se trata de algo novo na história do partido, na medida em que, desde os momentos iniciais de sua fundação, havia grandes dissidências em seu interior que vinham desde as disputas internas pelo controle do PMDB paulista, em meados dos anos de 1980 (VIEIRA, 2012).

1.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo teve por objetivo apresentar as principais discussões sobre a questão da institucionalização do sistema partidário, abrindo o debate para visões mais otimistas e seus contrapontos mais pessimistas. A estratégia de revisão bibliográfica pretendeu dar conta de reflexões e conceitos importantes para o entendimento da dinâmica partidária atual, seus dilemas e desafios. Enquanto que para alguns autores a existência de partidos altamente competitivos e estáveis é uma grande sinalização de um aumento do grau de institucionalização do sistema brasileiro, outros utilizam diferentes variáveis para demonstrar que não basta ser competitivo, mas, a nível do dever ser, cada partido teria que honrar a finalidade de representação e vínculo com a sociedade para ser considerado de fato um partido institucionalizado.

Diante da constatação de uma aproximação ideológica entre as principais forças competitivas do sistema brasileiro e do movimento cada vez mais ao centro realizado por PT e PSDB, torna-se importante investigar, por outros métodos e através de outras fontes, o quanto os dois partidos se assemelham e quais são as suas estratégias de competição. Nesse sentido,

apresenta-se, a priori, a trajetória dos partidos em foco, assim como seus dilemas atuais para esboçar-se daqui adiante um maior diagnóstico desse possível distanciamento.

CAPÍTULO 2. IDEOLOGIA PARTIDÁRIA: CONCEITOS E DISCUSSÕES

2.1 INTRODUÇÃO

O enfraquecimento da ideologia partidária aparece como justificativa de um suposto mal-estar na relação entre o sistema e os eleitores. De acordo com Mair (1997), as coligações eleitorais sem fundo consistente demonstram certa “promiscuidade” na política e seriam um dos fatores que vem levando o eleitorado a se afastar do debate. Para Sousa (2006) e Carreirão e Nascimento (2010), há pouca relevância da ideologia partidária em âmbitos estaduais no momento de tomar decisões sobre alianças. Ribeiro (2005, 2010) indica o crescimento dessas coligações inconsistentes. Para além, o quadro de dados das coligações realizadas pelos partidos relevantes ao longo do período 1994-2010 mostra uma tendência nessa relação desprendida de compromissos ideológicos entre os partidos.

Nesse sentido, o presente capítulo propõe, primeiramente, definir os conceitos que permeiam esse debate: o que é ideologia partidária? Como definir a escala de classificação ideológica e conceituar direita e esquerda no Brasil? Como PT e PSDB já foram situados nessa escala ideológica? Por que esse debate é importante e como ele contribui para o entendimento do sistema partidário brasileiro? Essas são algumas das questões que se pretende responder nos itens seguintes.

2.1.1 Ideologia partidária: uma referência em debate

Definir esquerda e direita, no mundo contemporâneo, passou a ser uma tarefa difícil. Diversas são as teorias e metodologias utilizadas mundo a fora na tentativa de encaixar partidos em uma escala ideológica. Tal diversidade explica-se pelo fato de não existir um conceito único e fechado que reúna categorias explicativas dos dois posicionamentos. As categorias podem variar de acordo com o contexto histórico do país e da criação dos partidos, assim como devem ser adequadas aos enfoques das diferentes dinâmicas estratégicas desenvolvidas em cada sistema partidário. O “Estudo Eleitoral Brasileiro”, de 2010, mostrou que 30% dos entrevistados não sabiam responder o que era esquerda ou direita e a dificuldade aumentava ao tentar classificar partidos específicos em uma das duas posições ideológicas (TAROUCO; VIEIRA; MADEIRA, 2015).

O debate sobre quais são as clivagens mais adequadas na classificação ideológica dos partidos é acirrado até mesmo na ciência política. Várias foram as dimensões que classificaram esquerda e direita durante a história. No Brasil, a dimensão também foi diferenciada (TAROUCO; MADEIRA, 2011). Enquanto que no século XX liberais eram deslocados para direita, no século XIX, o pensamento político brasileiro identificava liberais como esquerdistas. Durante o império, saquaremas eram considerados conservadores e de direita, enquanto os luzias de ideologia liberal tinham propostas reformistas e descentralizadoras, portanto, considerados de esquerda (CARVALHO, 2001). Partindo desse exemplo, fica nítido que analisar partidos apenas de acordo com as suas posições liberais ou conservadoras, sem realizar considerações sobre o contexto histórico e mundial em que o país está inserido, pode induzir a uma classificação equivocada (KLINGEMANN; VOLKENS, 2006).

No entanto, algumas clivagens aparecem com um certo grau de unanimidade na literatura. Uma das perspectivas mais adotadas é a que usa como critério o nível de intervenção do Estado na economia (DOWNS, 1999). Apesar do uso recorrente do critério econômico, existem muitas críticas ao perigo do seu caráter reducionista, ou seja, seria muito mais eficiente cruzar diversas clivagens do que atribuir a uma só o caráter determinante do posicionamento ideológico de um partido.

Nesse sentido, vale à pena chamar a atenção para as clivagens orientadas pelos valores pós-materialistas que atraem cada vez mais eleitores para o debate de programas na busca pela identificação partidária. Tais clivagens determinam o quanto alguns partidos estão próximos ou distantes de determinados grupos por compartilharem o mesmo conjunto de pensamentos e ideais. Uma vez superados os limites estritos da sobrevivência material e econômica, os indivíduos estariam se preocupando cada vez mais com questões relacionadas a sua auto expressão, gerando uma "intervenção cidadã na política" (RIBEIRO; BORBA, 2010). A maior participação cidadã passou a acontecer em vários campos, desde da organização do trabalho às relações de gênero, do comportamento sexual à religiosidade. Na dimensão política, teria efeito bastante positivo sobre os processos de democratização, pois estaria associada à adoção de valores e atitudes congruentes com essa forma de governo (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Sendo assim, é imprescindível analisar como os partidos estão expondo suas preferências programáticas nessas temáticas, podendo configurar, desse modo, um forte indício de preferência ideológica. Cada uma das temáticas apresenta possíveis categorias classificáveis em posicionamentos de esquerda ou direita, estando à esquerda os valores que defendem maior

liberdade individual e respeito à diversidade e à direita os valores conservadores de uma estrutura mais tradicional e heteronormativa.

2.1.2 Mensuração de preferências ideológicas: métodos e resultados

A literatura contemporânea (DINAS; GEMENIS, 2009) apresenta três tipos de indicadores que servem como instrumentos de análise da ideologia partidária: opiniões de especialistas, dados de pesquisa de opinião e análise de conteúdo de manifestos partidários.

2.1.2.1 Análise de preferência ideológica a partir das votações na constituinte e de auto posicionamento de membros do legislativo

Kinzo (1993) é a primeira autora a analisar as preferências ideológicas dos partidos recém-formalizados na década de 1980. A autora apresenta um trabalho que classificou os partidos no espectro político ideológico através da análise de trinta e três votações importantes que ocorreram durante a Constituinte. O primeiro passo consistiu em classificar os partidos segundo uma escala de governismo, ou seja, segundo seus graus de concordância com o governo Sarney. O segundo passo consistiu em medir o grau de conservadorismo através das variáveis: votações sobre o direito de propriedade, reforma agrária, estabilidade no emprego e direito de greve.

Outra pesquisa com o mesmo objetivo foi realizada em 1989 (Kinzo, 1993), porém, a metodologia foi diferenciada. Dessa vez, a autora utilizou a métrica do auto posicionamento de parlamentares numa escala de 1 (esquerda) a 10 (direita). As questões feitas solicitavam não só a autoclassificação, mas também a opinião sobre em qual nível na escala estavam os principais partidos adversários. Contudo, a autora assume a limitação da pesquisa por conta da ideia de que o auto posicionamento ideológico poderia ser enviesado. Em um momento de rompimento com a ditadura militar, num contexto de extrema desigualdade social, a direita parece não querer se assumir como tal. Os dados comprovam uma tendência de evitar a declaração correspondente à direita radical.

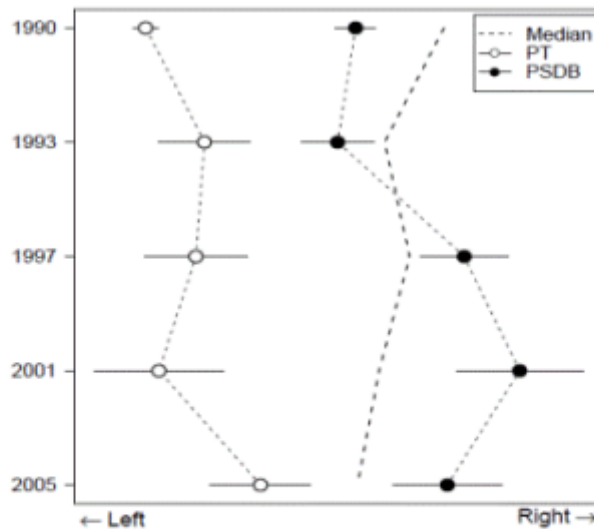
É possível afirmar que a trajetória dos partidos brasileiros foi marcada, desde o início, por um afastamento das ideologias extremas, tanto esquerda quanto direita. Porém, o caso da

direita parece peculiar. O temor em se auto classificar como direita, por parte de diversos deputados e partidos, mas agir como tal, faz parte do que se considera o fenômeno da “direita envergonhada”. Tal constatação fez com que análises a partir desse método de mensuração, entrevistas com os próprios deputados, obtivessem resultados enviesados no contexto da recém-democratização.

Outras pesquisas foram feitas com foco nas opiniões ou atuações da elite partidária. Power (1998) mapeou o apoio no Congresso brasileiro às propostas de reforma vindas do executivo no governo de Fernando Henrique Cardoso – PSDB de 1994 a 1998. Kinzo e Braga (2003) avaliaram os posicionamentos dos deputados estaduais em todo o país, entre 2001 e 2002, na escala esquerda direita. Os dois trabalhos consideraram que as posturas assumidas pelos membros de um partido, pela forma como votam ou pelo conteúdo das propostas legislativas que apresentam podem estimar a posição do partido. Quando não estimam, estariam esses parlamentares agindo de maneira personalista, fato esse que remete à ideia de enfraquecimento do sistema partidário brasileiro, relatado em Mainwaring (1999).

O comportamento legislativo também foi base para outro método de investigação de ideologia. Zucco Junior (2011) apresentou estimativas da posição ideológica dos principais partidos no período pós-Constituinte, baseado no tratamento estatístico de respostas dos membros do legislativo a perguntas categorizadas como posições de direita e esquerda. A partir dos resultados das entrevistas com os parlamentares, o autor afirma que houve uma considerável retração dos partidos mais à esquerda, movimento percebido pelas posições econômicas liberais.

Gráfico 1 – Tendências temporais: posição do legislador mediado dos partidos selecionados



Power e Zucco, 2009: 12. Figura 1.

Nota: A figura mostra o legislador mediano para cada ano em relação as estimativas dos partidos (Pj) para o PT e o PSDB. As linhas horizontais sobre o ponto das estimativas representam um intervalo de confiança de 90 %.

Fonte: Retirado de Power e Zucco (2009).

Pela imagem percebe-se que o PSDB se manteve no centro esquerda antes de assumir a Presidência da República, foi para direita nos anos em que esteve à frente do Executivo Federal e tentou uma inflexão na campanha eleitoral de 2002. Contudo, mesmo após deixar a presidência e apresentar um discurso mais desenvolvimentista, o partido continua à direita do mediano do congresso e do PT que, mesmo estando à esquerda, também sofreu um processo de aproximação da direita após ter assumido a Presidência em 2002.

Samuel e Lucas (2011), através de uma análise da mesma fonte de dados, constataram que a diferença entre o PT e os demais partidos vem diminuindo a cada ano. Tal fato demonstra a fragilidade da estruturação ideológica do sistema partidário brasileiro, dada a importância da coerência ideológica. Para Power e Zucco Júnior (2011), os resultados obtidos com a metodologia da análise do discurso e do comportamento dos atores legislativos apontam para uma caracterização de sistema em que se posiciona o PT contra o resto, mesmo que essa diferença entre os dois blocos esteja diminuindo. Seria então, segundo as palavras dos autores, “o PT contra o incoerente resto” (p. 97).

Tarouco e Madeira (2015) discutiram e compararam diversas formas de mensuração do posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros. A conclusão foi de que a

localização dos partidos brasileiros na dimensão esquerda-direita é suficientemente uniforme entre as diferentes mensurações, o que a torna válida.

Quadro 4 – Classificação dos partidos políticos brasileiros

Autor	Coppedge, 1997 ^a	Power e Zucco 2011 ^b	Mainwaring et al., 2000 ^c
Método Partido	Compilação de avaliações de outros analistas	Entrevistas com parlamentares	Votações no Congr. + <i>survey</i> com parlamentares
Psol	–	1,6	–
PCB/PPS	SL	4,8	–
PC do B	SL	2,6	–
PDC/PSDC	SCR	–	CD
PDS...PP	SR	7,6	D
PDT	SCL	4,0	–
PFL/DEM	SR	7,8	D
PJ/PRN/PTC	P	–	D
PL	SR	–	D
PR	–	6,9	–
PMDB	SC	5,9	–
PMN	U	–	CD
Prona	SR	–	D
PRP	U	–	–
PSB	SL	3,7	–
PSC	XC	–	CD
PSD	SR	–	D
PSDB	SCL	5,8	–
PSL	–	–	CD
PST	SCR	–	CD
PT	SL	3,6	–
PTB	SCR	6,5	CD
PT do B	U	–	–
PTR/PP	SCR	–	CD
PV	O	4,5	–

- XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido;
- Média calculada a partir dos dados disponibilizados. Escala de 1 (esquerda) a 10 (direita);
- C = Centro; D = Direita; CD = Centro-direita.

Fonte: Retirado de Tarouco e Madeira (2015).

Quadro 5 – Classificação dos Partidos Políticos Brasileiros

Autor	Wieschomeier e Benoit, 2007 ^d	Survey ABCP, 2010 ^e	Tarouco e Madeira, 2013 ^f
Método			
Partido	Survey experts	Survey experts	Análise de conteúdo dos manifestos
Psol	2,95	1,4	-
PCB/PPS	10,38	4,0	-
PC do B	4,96	2,3	-
PDC/PSDC	-	-	-
PDS...PP	16,78	6,0	-5,20
PDT	8,38	3,3	-12,00
PFL/DEM	17,33	6,2	6,00
PJ/PRN/PTC	-	-	-
PL	-	-	-
PR	-	-	-
PMDB	11,50	4,2	-1,20
PMN	-	-	-
Prona	-	-	-
PRP	-	-	-
PSB	7,50	3,0	-
PSC	15,62	5,2	-
PSD	-	-	-
PSDB	13,46	4,6	6,50
PSL	-	-	-
PST	-	-	-
PT	6,37	2,9	-13,80
PTB	13,60	5,0	-20,20
PT do B	-	-	-
PTR/PP	-	-	-
PV	7,36	3,5	-

d. Escala de 1 (esquerda) a 20 (direita);

e. Escala de 1 (esquerda) a 7 (direita);

f. Escala de -100 (esquerda) a +100 (direita). Utilizadas as medidas relativas aos programas mais recentes.

Fonte: Retirado de Tarouco e Madeira (2015).

Foi possível concluir, através dessa breve revisão bibliográfica sobre a classificação ideológica dos partidos brasileiros, que o resultado reflete um razoável consenso: PT, PSB e PDT à esquerda, PMDB e PSDB ao centro e PDS/ PPR/PPB/PP, PTB e PFL à direita.

Ao analisar-se a literatura (TAROUCO, 2007; MAIR, 2001; BUDGE; BARA; MCDONALD; KLINGEMAN; VOLKENS; 2013) sobre as vantagens e desvantagens da abordagem que utiliza cada um dos indicadores, pode-se afirmar que os manifestos eleitorais (programas de governo) tornaram-se um dos objetos mais pertinentes para a exploração do assunto, justamente por ser um material produzido diretamente pelos partidos e divulgado como documento oficial. É consenso que o documento traz consigo a mensagem direta que o partido

procura disseminar através de um conjunto de afirmações-chave na comunicação com o eleitorado.

Partindo do pressuposto que a análise dos documentos é um eficaz instrumento para ser operacionalizado na busca de classificar os partidos em uma escala direita/esquerda, um grupo denominado Manifesto Research Group (MGR) (LAVER; BUDGE, 1992), agora renomeado como Comparative Manifesto Project (CMP), produziu uma rica série de dados em que documentos oficiais de diversos países do mundo foram analisados. A análise se pauta na classificação do conteúdo dos manifestos em diversas categorias que, historicamente e de maneira conceitual, definem a porcentagem de posicionamentos explícitos em sentenças ou frases mais à esquerda ou mais à direita.

Aplicada aos manifestos partidários, a técnica fornece uma medida das ênfases programáticas dos partidos. A relevância das ênfases programáticas é sustentada pela Saliency Theory (Robertson, 1976), de acordo com a qual os temas aos quais os partidos conferem maior importância nos seus manifestos são aqueles com os quais eles enfrentam a competição com os demais partidos. A análise de conteúdo permite quantificar o grau de importância de cada tema a partir da extensão de texto dedicada a ele no manifesto. De acordo com esta teoria os partidos competem enfatizando diferentes issues muito mais que tomando posições diferentes sobre as mesmas questões (TAROUCO; VIEIRA; MADEIRA, 2015, p. 138).

Uma das principais críticas (VOLKENS; KLINGEMANN, 2005) realizadas ao MARPOR, quando ainda denominado CMP, dizia respeito à metodologia e consistia no fato de que as categorias utilizadas muitas vezes não davam conta da peculiaridade de cada sistema partidário que dependia do contexto histórico e das instituições em que estava inserido, portanto os estudiosos recomendam a adequação da metodologia do CMP. Logo, variáveis que construam adequadas categorias devem ser operacionalizadas e testadas em diferentes contextos.

O principal objetivo da análise de conteúdo é a redução dos dados de um texto. O procedimento resume-se em transformar o texto em unidades quantitativas para depois classificá-las em diferentes categorias. Dessa forma, o método transforma dados qualitativos (textos subjetivos) em dados quantitativos (unidades de análise categorizadas). Nesse sentido, muitos analistas ainda debatem se a análise deve ser apenas quantitativa ou se deve ser mais abrangente com análise contextual de cada frase (TAROUCO; VIEIRA, MADEIRA, 2015). Na presente tese foi considerada que a análise mais abrangente traria resultados mais complexos e satisfatórios para os objetos estudados.

2.2.1 Ideologia partidária no caso brasileiro

Zucco Jr (2011) defendeu a ideia de que o Brasil possui um sistema mais incoerente ideologicamente quando comparado aos outros países. Tal defesa se deu após à conclusão do exercício de survey com opinião de parlamentares sobre o próprio posicionamento político em uma escala ideológica. Os resultados mostraram que o que era esquerda em 1987 praticamente desapareceu, o centro e a direita ocuparam, então, quase a totalidade da escala ideológica. De acordo com o autor, a clivagem estratégica assume o lugar da clivagem ideológica entre governo e oposição na estrutura das disputas políticas na Câmara dos deputados. Esse fato caracterizaria uma diminuição da distância ideológica entre os principais partidos de oposição no cenário eleitoral brasileiro, PT e PSDB, abrindo brecha para a discussão do sistema em outros termos.

Segundo Katz e Mair (1995), o fator da redução da distância ideológica entre os principais partidos aliado a uma nova tradição política de acomodação e negociação de arranjos institucionais consociativos podem influir na cartelização dos partidos. Nesse modelo, os principais partidos, tanto de governo como de oposição, cooperam com alguma frequência, de maneira velada ou explícita, para assegurar posições dominantes através de vínculos estatais que permitem a sobrevivência dos partidos envolvidos sem depender de vitórias ou derrotas eleitorais.

Nicolau (2010) levantou a hipótese de que o sistema brasileiro estaria sofrendo um processo de cartelização, salientando a reduzida intensidade ideológica dos partidos e a considerável dependência dos recursos do Estado. Em contrapartida a essa hipótese, Ribeiro (2013) demonstra, com embasamento em dados que, através das coalizões, os pequenos partidos conseguem eleger representantes e sobreviver. O Estado, sobretudo, é a fonte de sobrevivência também desses pequenos partidos, pois, desde 2007, 5% do fundo partidário se divide igualmente entre todos os partidos. Não há, inclusive, uma consolidação de barreiras de entrada de novas forças no cenário político, visto os recentes partidos criados (PSD de Kassab e o Partido Solidariedade) e a força política de Marina Silva no projeto de criação da Rede Sustentabilidade.

De acordo com os dados apresentados por Ribeiro (2013), a filiação e a identificação partidária não mostram uma tendência de enfraquecimento do vínculo entre partidos e eleitores, como previstos por Katz e Mair (2009). No entanto, há um fenômeno de desconfiança entre a sociedade civil e os partidos enquanto instituições de representação. No ranking de 2011, no

qual é medido o nível de confiança da sociedade em suas instituições, os partidos aparecem em último lugar. Entre os jovens que compuseram a onda de manifestações populares em junho de 2013, 89% não se viam representados pelos partidos.

Nesses termos, seria possível afirmar que o Brasil possui dois partidos em relação de Cartel? De acordo com Ribeiro (2013), Koole (1996) e Detterbeck (2005), o mais correto seria levantar a hipótese de um sistema partidário de “cartel dinâmico”, no qual cinco líderes e mais alguns membros rotativos (de quatro a sete) movimentar-se-iam entrando e saindo da dinâmica do cartel de acordo com o contexto eleitoral e o desempenho político. Nesse sistema, há algum grau de cooperação entre os atores partidários, porém sem configurar um modelo entre dois partidos concebidos como em relação de cartel. A presente tese pretende contribuir para esse debate ao propor uma nova forma de mensuração de distância ideológica observando PT e PSDB como objetos de análise.

2.3 PT E PSDB: UM ESTUDO DE CASO SOBRE TRAJETÓRIA IDEOLÓGICA

Como visto anteriormente, tanto PT quanto PSDB iniciaram suas trajetórias com posicionamentos marcados à esquerda. Em meio a luta contra a ditadura militar, os dois partidos uniram forças no processo de redemocratização do país, fato que coloca a peculiar fundação dos partidos nas categorias de esquerda (TAROUCO, 2010). No entanto, durante a trajetória, ao passo que os dois partidos se depararam com a necessidade de ampliar alianças para chegarem com mais força aos pleitos eleitorais, acabaram por abandonar alguns princípios ao consolidar alianças incoerentes do ponto de vista ideológico. O PSDB iniciou esses movimentos a partir de 1994, aliando-se ao PFL/DEM - aliança que, inclusive, fora o motivo da discórdia com membros do PMDB gerou o grupo dissidente fundador do partido.

Frequentemente afirma-se que o PSDB, a partir de 1994, deslocou-se ideologicamente de uma posição de centro-esquerda para a de direita no espaço político. Esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário social-democrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Esta guinada para a direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL. Entretanto, ao contrário do que se convencionou acreditar, essa orientação programática liberal já estava claramente estabelecida desde a origem do partido. Em 1988, o PSDB publicou um manifesto no qual anunciava os princípios ideológicos de sua organização partidária. Embora, por este manifesto, o partido tenha procurado ocupar uma posição de centro-esquerda no espaço político nacional, apresentando preocupações (justiça social, distribuição de renda, soberania nacional, emprego e reforma agrária) que o aproximavam dos partidos de esquerda. (ROMA, 2002, p. 74).

Devido à estrutura organizacional do partido, o deslocamento de suas alianças políticas no espectro ideológico não encontrou obstáculos internos. Embora parte dos seus membros tenha manifestado discordância por uma ausência de vínculos com a militância social, o que permaneceu foi a orientação de suas lideranças, cuja visão em torno de um programa de governo estava mais próxima dos partidos à direita. Dessa forma, as lideranças combinaram o objetivo de chegar ao poder através de um desempenho melhor nas eleições, como de colocar em prática um programa de governo mais liberal (ROMA, 2002).

De acordo com Vieira (2012), os fundadores do PSDB não fecharam seu projeto como uma proposta social-democrata, ao contrário, afirmaram que o novo partido teria espaço para um arco ideológico e doutrinário. Frente a diversidade de tendências ideológicas encontradas no partido, é possível destacar basicamente duas correntes: uma que ele chama liberal-fundamentalista, mais voltada às ideias liberais, e a outra liberal-desenvolvimentista, defensora da intervenção estatal e das políticas de bem-estar social. Segundo a autora, após analisar a agenda de governo do PSDB nos dois mandatos presidenciais e a literatura existente sobre o assunto, tende-se a acreditar que o partido de aproxima do que é chamado social-liberalismo.

O social-liberalismo é visto como uma síntese do liberalismo e da social democracia. Apesar de ter origem no liberalismo clássico, o socialliberalismo se aproxima da social democracia ao afirmar a importância da intervenção estatal na economia, na oferta de serviços de bem estar social, tais como saúde, educação, e participação regulatória nas atividades privadas (Bresser-Pereira, 2004). Ele se distingue do liberalismo de duas maneiras: o compromisso com a redistribuição e a crença na democracia. A idéia fundamental é que grandes concentrações de poder são ameaças à liberdade política. O social-liberalismo se opõe à forte desigualdade, à concentração de riqueza e defende a extensão e o fortalecimento da tomada de decisão democrática (VIEIRA, 2012, p. 46).

O PT, após sucessivas derrotas eleitorais, toma a mesma medida, em 2002, ao fazer aliança para ter como vice o político José Alencar (na época, PL), ex-PMDB, considerado personagem da direita brasileira. Em 2010, a chapa do PT fica ainda mais inconsistente ao ter como vice um candidato do PMDB. Além das alianças inconsistentes, os posicionamentos e políticas econômicas dos dois partidos tiveram como norte políticas mais afastadas da esquerda. Como diferencial, é possível dar destaque para o processo de distribuição de renda iniciado pelo PT através do programa “Fome Zero”, política que sinalizava que o partido ainda mantinha algumas bases nas políticas consideradas de esquerda.

Para além das políticas públicas de ordem social, os posicionamentos da maioria dos parlamentares petistas ainda os diferenciam dos demais que estão mais ao centro e à direita,

segundo os argumentos citados por Lucas e Samuels (2011) e por Zucco Jr (2011). Nesse sentido, entre os partidos de representatividade significativa, o PT seria o único a contemplar alguns aspectos programáticos de esquerda.

A literatura que utiliza a metodologia do projeto MARPOR, assim como os resultados obtidos através da análise de PT e PSDB, será abordada à frente de forma mais detalhada e profunda, visto que ela reflete a escolha metodológica dessa tese.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio de entender melhor a relação entre os partidos que podem ou não ser inconsistentes perante suas formações iniciais com vínculos ideológicos, surge a necessidade de melhor definir se a ideologia ainda é um pressuposto de ação e relação dentro do sistema partidário brasileiro. De acordo com Melo e Câmara (2012), a variável ideologia deve ser considerada se se pretende entender a estrutura assumida pela competição no sistema partidário brasileiro. E é neste campo de análise das preferências ideológicas, dos vínculos enlaçados entre grupos sociais e partidos através de um ideal em comum que a presente tese está inserida.

Em uma outra perspectiva de análise, pretende-se esclarecer a posição dos principais partidos brasileiros em uma escala ideológica, ou seja, acredita-se que o esclarecimento do distanciamento ideológico entre as duas principais forças partidárias, PT e PSDB, assim como as variáveis e clivagens que mais os diferenciam podem lançar dados importantíssimos para o debate bibliográfico em relação ao sistema partidário brasileiro atual. Para além dessa análise, o teste sobre como a comunicação entre partidos e eleitores se dá de modo a esclarecer preferências e posições ideológicas na arena eleitoral torna-se um objetivo secundário de verificação de fortalecimento dos partidos e, por conseguinte, do sistema ao qual pertencem.

PARTE II
DISCURSOS E IDEOLOGIA

CAPÍTULO 3. PROGRAMAS DE GOVERNO COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE: O DISCURSO EM CAMPANHA E A IDEOLOGIA

3.1 INTRODUÇÃO

Diante do exercício de investigação sobre o distanciamento ideológico dos partidos, a escolha em relação aos objetos de análise foi considerada como ponto inicial dos trabalhos. A ideia da presente tese consistiu em realizar um exercício comparativo entre os discursos feitos em dois meios diferentes de comunicação entre eleitores e partidos no contexto de campanha: os programas de governo e os debates presidenciais televisivos. O objetivo principal foi o de identificar, utilizando o método do projeto MARPOR, qual foi a ênfase dos discursos de PT e PSDB para assim classificar os dois partidos numa escala direita/centro/esquerda. Os resultados pretendem aferir o tamanho da distância ideológica entre os dois partidos para apontar argumentos, bem como discorrer sobre: a) a coerência entre posicionamentos na comunicação escrita e falada e b) se há ou não distância ideológica significativa entre os principais partidos em oposição. Com os resultados pretende-se contribuir para alguns debates em loco na ciência política atual: a ideologia ainda importa na dinâmica estratégica de disputa eleitoral?

Para atingir tal objetivo, realizaremos neste capítulo uma explanação sobre os objetos escolhidos, através da narrativa das trajetórias e históricos de análise no Brasil e no mundo.

3.2 MANIFESTOS PARTIDÁRIOS COMO OBJETOS DE ANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

Os Manifestos Partidários, conhecidos popularmente no Brasil como “Programas de Governo”, foram tomados como objeto de estudo na Ciência Política logo após a Segunda Guerra e a reconfiguração dos sistemas partidários ao redor do mundo. No entanto, os avanços foram lentos. Por um longo período, as pesquisas detinham-se a entender e comparar seu conteúdo, muitas vezes, sem se debruçar nos pormenores analíticos por trás dos documentos oficiais produzidos pelos partidos. Através de suposições, afirmava-se que os documentos eram produzidos da mesma forma e com os mesmos objetivos, fato que não se confirma se for lançado um olhar mais atento. Nesse sentido, antes de afirmar o objeto como pertinente em

estudos comparativos, se faz necessário responder a algumas questões prioritárias: programas de governo têm o mesmo significado e importância em todos os países e para todos os partidos? (HARMEL, 2018).

A maioria dos estudos versa sobre o conteúdo dos manifestos, no entanto, é de extrema relevância que se entenda os motivos pelos quais eles são escritos e de que maneira são escritos. Harmel (2018) propõe algumas explicações sobre tais questões, fugindo da lógica de todos os programas existiriam apenas com o foco de ser um instrumento de comunicação com o eleitor no intuito exclusivo de conquista de voto. De acordo com o autor, outras motivações levam diferentes partidos a escrever e publicitar programas de governo. São elas:

- o apelo direto aos eleitores: ainda na perspectiva da Escolha Racional de Downs (1957), os partidos produzem os documentos como instrumento de aliança com os eleitores, fazendo deles uma fonte clara de seus compromissos, atendendo ao cálculo de maximização de votos e buscando, para além de fortalecer sua base fiel, atrair novos eleitores, ou seja, o manifesto seria escrito com o potencial eleitorado em mente. A literatura aponta os partidos britânicos como exemplos de uso do programa de governo como uma espécie de “contrato entre partidos e eleitores”, mostrando alto nível de fidelidade aos programas divulgados (BARA, 2005);
- para mobilização indireta dos eleitores através de grupos de interesse, nos EUA, por exemplo, os programas de governo não seriam considerados como um compromisso entre partidos e eleitores. Os programas respondem ao objetivo de sinalizar às lideranças e pessoas influentes como agir na missão de mobilizar e organizar o eleitorado. Inclusive seriam fortes instrumentos para aglutinar partidos que se sintam representados pelo programa e possam compor coligações nas eleições;
- para a mobilização indireta dos eleitores versões alternativas para divulgação na grande imprensa e nas mídias de campanha dos partidos existe um consenso na literatura sobre o baixo índice de leitura dos programas completos, justamente pela densidade temática abordada. Nesse sentido, os partidos divulgariam pequenos recortes com intenção de fornecer material aos meios jornalísticos. De acordo com Bara (2005), os programas britânicos são exemplos dessa forma de divulgação, servindo como material de mídia com maior facilidade de divulgação;
- como meio de definir e guiar a agenda de campanha: os programas podem ser moldados para que cumpram o papel de organizadores das temáticas de campanha, orientando a militância interna. Alguns partidos discutem as próprias questões, outros deixam o

programa ser influenciado por assuntos que estão em alta na opinião pública durante o período de campanha, abordando as questões de maior preocupação para os eleitores no momento;

- como base aos militantes/ativistas dos partidos: segundo Charlot (1989), os partidos sempre precisam se comunicar com públicos diferentes: o interno para os ativistas iniciantes, representantes eleitos e lideranças e o externo, eleitores e opinião pública. Quando direcionado ao ambiente interno, os programas podem ser vistos como declarações de “identidade e filosofia” dos partidos, fato que aproxima militantes para que se engajem na campanha;
- -para resolução de disputas internas/apresentação de imagem de unidade partidária: embora o conteúdo dos programas de governo possam ser objeto de disputa dentro dos partidos, esses documentos também podem ser produzidos justamente para conciliar grupos diversos e construir unidade partidária através de concessões e demandas dos diferentes grupos sociais que formam a base do partido. Kavanagh (1981) observou que os conservadores britânicos utilizam o momento da construção do programa justamente para resolver dilemas internos e conciliar interesses divergentes. Weinberg (1977) chega na mesma conclusão ao analisar o processo de construção dos programas de governo do Partido Democrata, sendo esse o ápice do momento de barganha entre os grupos conflitantes e, principalmente, o momento de conciliar perdedores e ganhadores no processo de prévias;
- como meio de controle dos funcionários do Governo, caso eleito: o programa pode funcionar como um forte instrumento de legitimidade da opinião do governante perante sua equipe de funcionários. Ao argumentar que o programa foi divulgado, conhecido e eleito pelas urnas, todo o corpo administrativo torna-se responsável por fazer se cumprir o que seria a vontade máxima da população (MPESI, 2009);
- como ferramenta de construção de possíveis coalizões de governo: os programas podem ser direcionados aos partidos de uma possível aliança, considerando que transmitem a ideia do pacote de políticas públicas a ser implementado e sinalizando sobre os projetos aos quais os partidos de base terão que demonstrar apoio;

Segundo Kavanagh (1981), para a maioria dos partidos, os manifestos servem, ao mesmo tempo, para várias das funções descritas acima. No entanto, Harmel (2018) afirma que cada partido trabalha com seus programas de governo a partir de uma dessas funções de forma

prioritária. Tal prioridade depende muito do contexto histórico do país e das configurações do sistema político em que os partidos estão posicionados.

Para além da questão sobre os propósitos dos programas de governo, a indagação sobre como os documentos são elaborados ainda foi pouco investigada. Klingeman (2006) aponta uma ampla variação nos processos de decisão sobre os temas a serem contemplados nos programas, assim como a escolha dos responsáveis pela escrita do texto oficial. O Reino Unido é usado como exemplo comparativo a partir da constatação que o Partido Trabalhista possui um método mais inclusivo, com a participação ampla dos membros orgânicos do partido, do que os Conservadores - detentores de um processo mais elitista e concentrado aos membros com mandato parlamentar. Diante da baixa produção sobre o assunto, Harmel (2018) recomenda que os novos pesquisadores tentem, em suas investigações, responder as seguintes questões:

How “complex” is the process? How many discrete “stages” are involved? How “public”/“secretive” are the various steps in the process? How “inclusive” is the process? Are procedures designed to encourage the hearing of multiple of points of view? How “formalized” is the process? To what extent are procedures specified in party rules? And of course, it is also important to know who the important players are in the process. (Harmel, P. 234. 2018)

As variáveis apresentadas são relevantes justamente para que se possa entender o tamanho da importância do processo de elaboração do programa de governo para o partido, assim como o nível de democratização e organização interna dos mesmos diante do processo eleitoral, no que se refere ao compromisso com suas bandeiras e com sua base de apoiadores, sejam eles militantes ou ocupantes de cargos de liderança.

Outra variável considerável no estudo dos programas de governo refere-se ao conteúdo por eles abordados. O MARPOR, método utilizado como referência na presente pesquisa, aborda o conteúdo de maneira a interpretar os significados por trás de cada ideia apresentada, classificando-o em categorias temáticas. No entanto, o projeto pouco aborda outras dimensões analíticas do conteúdo, o modo que os partidos escolheram para que ele fosse apresentado. De acordo com Harmel (2018), as dimensões podem ser:

- comprimento do texto do Manifesto: número de promessas X conteúdo retórico e esvaziado de projetos;

- detalhes das promessas: compromissos vagos (estipula o compromisso com uma ação com definição frágil da questão) X compromissos gerais (comprometimento com um determinado curso de ação, mas sem detalhes precisos de como executá-la);
- promessas (descrevem precisamente qual é a intenção e quais as medidas que devem ser tomadas para executá-las) X promessas detalhadas (versões estendidas das promessas com informações precisas sobre a ação pretendida, incluindo metas e possíveis resultados).

De acordo com Bara (2005), o conteúdo das propostas pode variar de acordo com o grau de qualidade da democracia e institucionalização do sistema partidário e eleitoral em que os manifestos foram elaborados. Nesse sentido, pode-se destacar algumas variáveis que impactam no processo de elaboração do conteúdo. O “objetivo” ou “propósito” do manifesto é uma dessas variáveis, justamente por direcionar o conteúdo a um certo público, determinando assim diferentes formas de linguagem e abordagem dos temas. Para Harmel (2018), pode-se dividir as variáveis entre:

- Exógenas (características da democracia, contexto histórico do país): legislação que regulamenta partidos e processos eleitorais; pressão da opinião pública, organizada ou não; pressão externa de financiadores/doadores de campanha; sistema bipartidário ou multipartidário, sendo que a disposição ou necessidade de formar coalizões podem afetar a elaboração do programa; sistema parlamentar pela necessidade de também refletir a agenda que estará em campo no legislativo ou presidencialista pela necessidade de expor apenas o programa para o governo em âmbito executivo;
- Endógenas (características da organização e do histórico do próprio partido): idade do partido em questão, pois quanto mais velho, maior o grau de institucionalização e experiência no processo de elaboração do programa; origens do partido, uma vez que partidos de massa geralmente são mais inclusivos e ideológicos, enquanto os partidos de quadros restringem a elaboração do texto aos parlamentares que compõem a elite partidária; grau de união dos campos internos do partido; situação dos partidos em relação ao governo, se situação ou oposição; orientação ideológica e organizacional do partido no que se refere ao seu comportamento diante da eleição - se programático ou pragmático.

A presente pesquisa pretendeu realizar uma análise com maior profundidade sobre a última variável endógena citada, estando ela no cerne da hipótese de pesquisa: estariam PT e

PSDB atuando de maneira mais programática ou pragmática nos últimos pleitos eleitorais? Deste modo, pretende-se contribuir para o debate acerca dos manifestos como objetos de análise e rica fonte de dados para o melhor entendimento da consolidação da democracia e grau de institucionalização do sistema no Brasil.

Diante das constatações expostas acima, volta-se olhar para a utilização do método de análise dos documentos oficiais realizada por brasileiros (MADEIRA; TAROUCO, 2011) que, por se aproximar do método MARPOR, terá maior destaque na presente análise. O primeiro exercício realizado dentro deste método teve como enfoque o período e o contexto em que os atuais partidos brasileiros foram formados. No momento em que o mundo se reconfigurava politicamente, na passagem da década de 1980 para a década de 1990, o Brasil também superava um momento político diferenciado em sua história. A redemocratização era iniciada após 21 anos de um Regime de Ditadura Militar e se davam nossos próprios sentidos à classificação direita/esquerda. A base teórica de esquerda não se baseava mais no radicalismo comunista das últimas décadas, mas na redemocratização e na luta pelo fim das desigualdades sociais: era o início da social democracia e da luta dos trabalhadores por um sistema menos desigual. Dessa forma, uma das categorias de classificação na escala ideológica passou a ser a desconstrução do regime militar ditatorial e a reconstrução da liberdade democrática, sendo que a esquerda era quem propunha o fim do regime e a direita era quem pretendia conservar seus ideais tradicionais. Pode-se encontrar tal observação em Madeira e Tarouco (2011):

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário. Os partidos considerados de direita (PP e DEM) foram os principais apoiadores do regime, os partidos de centro (PMDB e PSDB) representam em linhas gerais a oposição (sub-dividida entre moderados e autênticos) permitida pelo regime e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar) (MADEIRA; TAROUCO, 2011, p. 8).

Como foi visto, Madeira e Tarouco (2011) analisaram os documentos oficiais de formação dos partidos através do tratamento metodológico textual do projeto MARPOR. Mas, como tal método funciona? Qual seu fundamento teórico? Esboçaremos essas respostas nos itens seguintes.

3.2.1 A escolha racional e a Saliency Theory: as ênfases programáticas dos partidos

A Ciência Política atual dispõe de três abordagens para a tentativa de classificação de partidos na escala direita/esquerda: a) opiniões de especialistas; b) dados de pesquisas de opinião, incluindo opinião pública, parlamentares, militantes e lideranças partidárias c) análises de conteúdos de manifestos partidários (estatutos de formação e programas de governo). A terceira abordagem vem sendo mais utilizada por ter como objeto os documentos oficiais em que os partidos declaram suas preferências, estando isentos de uma possível declaração enviesada existente nas outras duas abordagens.

Pode-se tomar os documentos partidários como parte pertencente aos mecanismos de competição eleitoral ao passo que transmitem ao eleitorado suas intenções como governo. Ao realizar-se tal consideração, depara-se com duas teorias que avaliam as ênfases desses programas partidários vistos como mecanismos eleitorais (LAVER; BUDGER, 1992; TAROUCO, 2007; DINAS; GEMENIS, 2009).

A primeira teoria, a qual se pode fazer referência, é a da “Escolha racional” (DOWNS, 1999). Para essa teoria, os partidos se movem ao longo de uma escala ideológica, formulando propostas de políticas que podem sofrer alterações em busca do fim pelas quais são criadas: a conquista de votos. Para Downs (1999), os atores se comportam na política como se comportam na lógica econômica do mercado, ou seja, racionalizando o comportamento para obter o maior número de votos. Assim, o programa partidário não estaria preso às clivagens eleitorais, mas sim aos posicionamentos estratégicos de campanha. Quanto mais apelativo o tema, mais ênfase os programas dariam a eles. Dessa forma, o voto seria o fim e as políticas públicas seriam o meio pelos quais alcançá-lo em vez do movimento inverso. Nessa perspectiva, os programas partidários seriam apenas uma abordagem de temáticas que se mostraram relevantes na conquista de votos em um determinado momento, não refletindo as verdadeiras preferências e ideologias partidárias. Logo, para o autor, a posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores”. Pode-se dizer que a análise dos documentos é relevante para comprovar essa hipótese.

Uma outra perspectiva analítica denominada Saliency Theory e desenvolvida por Robertson (1976), traz a ideia de que os partidos competem enfatizando diferentes questões. Através da agregação de demandas em pacotes de políticas, os partidos ofereceriam aos eleitores uma escolha e lhes delegariam a tarefa de decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante. De acordo com esse ponto de vista, os partidos, em seus programas de

governo, lançariam as questões que priorizariam caso chegassem a ser governo, assim o eleitor possuiria um leque de opções de preferências em que cada partido defenderia uma espécie de prioridade de política pública. Desse modo, o nível e a intensidade em que cada assunto aparece nos programas partidários indicaria quais as ênfases do partido que estariam no cerne da política pública caso o partido seja eleito.

Nesse sentido, a formulação do discurso seria perpassada por uma série de condicionantes em que não se pode deixar de considerar fatores de peso, como a influência da disputa em diversas arenas eleitorais e a posição do partido diante do governo anterior, se oposição ou situação, estando a escolha dos assuntos condicionada ao desempenho dos partidos nos governos que antecedem o processo eleitoral (VIEIRA, TAROUÇO; MADEIRA, 2016).

De acordo com a Saliency Theory, as preferências dos partidos são multidimensionais e não podem ser classificadas numa escala direita/esquerda apenas por questões econômicas ou sociais. Na era pós-materialista, os partidos buscariam, para se diferenciar, optar por novas agências, como as rivalidades étnicas, religiosas, identidades nacionais e questões ambientais. Dessa forma, a proposta da Saliency Theory é classificar os partidos através de uma análise multidimensional de suas preferências partidárias para então destacar quais as ênfases temáticas escolhidas.

3.2.1.1 Manifesto Research in Political Representation (MARPOR): metodologia e passo a passo

A análise de conteúdo presente nos discursos para descobrir posições partidárias e presidenciais já foi explorada de diversas maneiras nos campos da Linguística e das Ciências Sociais. No entanto, é a partir da criação do projeto, atualmente conhecido como “Manifesto Research in Political Representation” – MARPOR, que a Ciência Política passa a utilizar de método próprio para analisar os conteúdos dos discursos presentes nos documentos oficiais dos partidos, tanto de fundação como os estatutos e, principalmente, os “manifestos” - documentos para fins de campanha eleitoral. Os manifestos, assim denominados por estudiosos britânicos, são os conhecidos mundialmente como “Programas de Governo” e referem-se aos textos publicados por um partido político ou coligação para concorrer aos votos das eleições nacionais. Os programas contêm as posições autorizadas dos partidos e permitem rastrear mudanças nas preferências partidárias e, portanto, na oferta de programas de políticas públicas de um país, eleições após eleições.

O MARPOR dá continuidade ao trabalho do Manifesto Research Group (MRG), realizado entre 1979 e 1989, e do Comparative Manifesto Project (CMP), realizado entre 1989 e 2009. O projeto nasceu com a intenção de comparar as estratégias dos partidos nos Estados Unidos e no Reino Unido nas eleições no período pós Segunda Guerra Mundial (ROBERTSON, 1976). A frequência de aparição de uma categoria mostra a ênfase que o partido dá a uma temática, possibilitando que se responda a duas questões: 1) Quais mensagens a candidatura está tentando transmitir aos eleitores? 2) Quais temas os partidos políticos consideram mais importantes? E, a partir dessas respostas, classificar os partidos em diferentes grupos programáticos e ideológicos.

Para classificar os documentos, o MARPOR definiu categorias temáticas (LAVIER; BUDGE, 1992; TAROUCO, 2007), a partir de sete domínios: i) relações exteriores; ii) liberdade e democracia; iii) sistema político; iv) economia; v) bem-estar e qualidade de vida; vi) estrutura da sociedade e vii) grupos sociais. O trabalho minucioso consiste em separar cada sentença de acordo com um dos 7 domínios, considerando no texto toda ideia expressa com sentido, início e fim e desconsiderando cabeçalhos, estatísticas e tabelas de conteúdo. A seguir, a metodologia que pretende transformar os discursos subjetivos e qualitativos em dados quantitativos e de simples manipulação:

A análise textual dos manifestos é feita utilizando o método de codificação *quasisentence* (Werner; Lacewell; Volkens, 2014), atribuindo-se a cada uma dessas unidades, uma ou mais das 56 categorias estabelecidas pelo MRG. Uma *quasisentence* é uma oração que contém apenas uma mensagem. Em alguns casos, partidos fazem uma oração por frase, o que resulta em uma *quasi-sentence* ser igual a uma frase. Quando isso não ocorre e: 1) a frase contém duas sentenças não relacionadas; ou 2) duas sentenças relacionadas, mas de aspectos diferentes do mesmo domínio, as frases devem ser cortadas: 1) antes de ponto-e-vírgula; 2) quando for possível a divisão em palavras-chave que representem as categorias; e 3) antes de conectivos, de um modo geral. Por exemplo: “Nós resolveremos nossos estreitos laços com nossos vizinhos (107) | bem como os desafios enfrentados pelos pequenos empresários neste momento de dificuldades econômicas (402)5 ” (ibidem, 2014:6) . Entre essas 56 categorias, O MRG (Budge et alli, 2001) seleciona 26 para compor a escala esquerda-direita (HOLANDA, 2017, p.5).

A escala esquerda-direita, elaborada pelo MARPOR, é denominada como RILE, um índice capaz de mensurar a posição ideológica dos partidos a partir do conteúdo de seus manifestos e da ênfase temática adotada como programa eleitoral. O cálculo deve ser realizado a partir da seguinte fórmula: (cat104 + cat201_1 + cat201_2 + cat203 + cat305_1 + cat305_2 + cat305_3 + cat305_4 + cat305_5 + cat305_6 + cat401 + cat402 + cat407 + cat414 + cat505 + cat601_1 + cat601_2 + cat603 + cat605_1 + cat605_2 + cat606_1 + cat606_2) - (cat103_1 +

cat103_2 + cat105 + cat106 + cat107 + cat202_1 + cat202_3 + cat202_4 + cat403 + cat404 + cat406 + cat412 + cat413 + cat504 + cat506 + cat701)¹². As categorias¹³ presentes na fórmula sinalizam posicionamentos de esquerda e direita. Nos resultados, um posicionamento numericamente positivo é considerado de à direita na escala e um posicionamento numericamente negativo é considerado à esquerda.

Quadro 6 – Composição da escala esquerda-direita

Direita			Esquerda	
104	Forças Armadas: positivo		Menos	103
201	Liberdades e Direitos Humanos	105		Forças Armadas: negativo
203	Constitucionalismo: positivo	106		Paz: positivo
305	Autoridade Política: positivo	107		Internacionalismo: positivo
401	Livre Iniciativa: positivo	202		Democracia
402	Incentivos: positivo	403		Regulação do Mercado: positivo
407	Protecionismo: negativo	404		Planejamento Econômico: positivo
414	Ortodoxia Econômica: positivo	406		Protecionismo: positivo
505	Limitação do Welfare State	412		Economia controlada: positivo
601	Nacionalismo: positivo	413		Nacionalização: positivo
603	Moralidade tradicional: positivo	504		Expansão do Welfare State
605	Lei e Ordem: positivo	506		Expansão da Educação
606	Harmonia Social	701		Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: Retirado de Budge et al. (2001)

A instrumentalização da escala é realizada através do cálculo do número de sentenças atribuídas a cada uma das categorias que formam o índice RILE. A posição de um partido no contínuo esquerda-direita é dada pela diferença entre a proporção de texto programático dedicada às categorias de direita menos a proporção dedicada às categorias de esquerda,

¹² Para mais detalhes, acessar a seguinte referência: Right-left position of party as given in Michael Laver/Ian Budge (eds.): Party Policy and Government Coalitions, Houndmills, Basingstoke, Hampshire: The MacMillan Press 1992.

¹³ As categorias foram ajustadas de acordo com a versão 5 do manual de instrução e codificação presente no site MARPOR.

assumindo, dessa forma, valores negativos os partidos de esquerda e valores positivos os partidos de direita. Num caso extremo, um manifesto inteiramente com categorias de esquerda teria valor -100 e o seu oposto análogo valor + 100 (Budge et al., 2001).

La dimensión que despierta mayor atención entre los usuarios de los datos es la de izquierda-derecha. Para el Manifiesto Project, esta escala ofrece un marco común de referencia permanente para electores y políticos. Los datos de MARPOR demuestran que la dimensión izquierda-derecha es dominante en los países de la OCDE (Volkens, 2007); que persiste en el tiempo una clara diferenciación en este eje entre los principales partidos de cada país (Volkens y Klingemann, 2005), y que, a largo plazo, no se observa una tendencia a la convergencia, sino ciclos de convergencia y divergencia. Las distancias entre partidos y votantes son menores cuando se miden en esta escala que cuando se calculan en relación con políticas concretas. Incluso, «el gran logro del proyecto de investigación Manifiesto es determinar el cambio de políticas defendidas por los partidos en una variedad de países y en un amplio período de tiempo a lo largo de la dimensión izquierda-derecha» (BUDGE et al., 2001, p. 20). (ARES; VOLKENS, 2017, p. 120).

Para estimar o posicionamento político por meio da análise do conteúdo dos documentos partidários, o Manifiesto Research in Political Representation (MARPOR) utiliza a Saliency Theory como base teórica. Essa abordagem torna fácil a identificação de pontos de referência e fontes para medição do posicionamento político que pode variar entre as eleições. O primeiro estudo do MRG incluiu dezenove países, entre eles quinze países europeus, exceto Grécia, Portugal e Espanha, e o período estudado foi de 1945 até o final dos anos 70. Esse estudo dedicou atenção especial a duas importantes questões: em primeiro lugar, na teoria, quais são as principais dimensões de competição partidária? Em segundo lugar, na metodologia, como podemos medir essas dimensões? A primeira e a segunda análise de fatores mostraram a dimensão esquerda/direita como sendo a predominante na concorrência programática entre os partidos, embora a análise de fatores também aponte para aspectos multidimensionais.

Atualmente, os trabalhos dos três grupos (MRG, CMP e MARPOR) estão reunidos em uma vasta base de dados sobre posições políticas. Até 2016, foram analisados 60 países, 713 eleições e cerca de 1085 partidos, num recorte temporal iniciado no pós-guerra. Ao longo dos anos, os estudiosos do método ampliaram a base de dados considerando que era preciso analisar todos os tipos de democracia, na diversidade dos sistemas de governo. Dessa forma, a partir de 2016, foram anexados a base de dados os programas dos partidos das novas democracias existentes nos países latino-americanos. A extensão do MARPOR à América Latina se deu para preencher a lacuna de análise dos sistemas presidencialistas pouco encontrados nas democracias europeias, marcadas pelo parlamentarismo. Uma das hipóteses confirmadas no estudo demonstrou inclusive que os programas presidencialistas contêm mais frases retóricas do que

os programas parlamentaristas, devido ao forte personalismo presente nas campanhas eleitorais na América Latina (campanhas com ênfase nas características pessoais dos candidatos).

Para analisar os partidos latino-americanos, criou-se um subprojeto específico denominado “Recogida de datos in América Latina Extendida (2016-2021)”. O projeto já consta com dados completos de Brasil (1994-2014), Argentina (2003- 2013), Bolívia (2014), Chile (1989- 2013), México (1946-2016) e os estudiosos vêm trabalhando com os dados de Costa Rica, Panamá, Colombia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá, Paraguai e Venezuela (ARES; VOLKENS, 2017). Para dar conta das peculiaridades dos sistemas latino americanos, alguns ajustes metodológicos foram realizados. Assim, a versão de categorias que os analisam conta com subcategorias específicas que se encaixam no contexto histórico em que os sistemas presidencialistas emergiram

Quadro 7 - Novas subcategorias do esquema de classificação padrão do MARPOR (revisado em 2014)

Domínio	Categorias e Subcategorias
1. Relações Exteriores	103 Anti-imperialismo 103.1 Anti-imperialismo centrado no Estado 103.2 Influência financeira exterior
2. Liberdade e Democracia	201 Liberdade e Direitos Humanos 201.1 Liberdade 201.2 Direitos Humanos 202 Democracia 202.1 Geral: positiva 202.2 Geral: negativa 202.3 Democracia Representativa: positiva 202.4 Democracia Representativa: negativa
3. Sistema Político	305 Autoridade Política 305.1 Autoridade Política: competência do partido 305.2 Autoridade Política: competência pessoal 305.3 Autoridade Política: governo forte 305.4 Elites anteriores: positivo 305.5 Elites anteriores: negativo 305.6 Reabilitação e Compensação
4. Economia	416 Economia Anti-crescimento 416.1 Economia Anti-crescimento: positivo 416.2 Sustentabilidade: positivo
6. Princípios da Sociedade	601 Modo de vida nacional: positivo 601.1 Geral 601.2 Imigração: negativo 602 Modo de vida nacional: negativo 602.1 Geral 602.2 Imigração: positivo 605 Lei e Ordem Pública 605.1 Lei e Ordem: positivo 605.1 Lei e Ordem: negativo 606 Espírito Cívico: positivo 606.1 Geral 606.2 Ativismo de baixo para cima

	607 Multiculturalismo: positivo 607.1 Geral 607.2 Imigrantes: diversidade 607.3 Direitos Indígenas: positivo
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a análise comparativa entre os sistemas, para além da questão do presidencialismo personalista, percebeu-se ainda três particularidades que devem ser consideradas quando os partidos da América Latina são os objetos de estudo:

Las tres únicas particularidades del proceso de creación de datos en América Latina son: la codificación de más partidos que en otros contextos porque se prefiere examinar todas las organizaciones con impacto en el tipo de competición electoral; el protocolo seguido para autorizar y jerarquizar equivalentes funcionales, y las instrucciones para la gestión de eventuales duplicidades entre programas de partidos y candidatos presidenciales (ARES; VOLKENS, 2017, p.129).

As peculiaridades estão relacionadas justamente aos modelos de sistema partidários existentes na maioria das democracias latino-americanas: multipartidário, com mais de dois partidos considerados relevantes; falta de registros históricos por consequência dos períodos em que as democracias foram interrompidas por regimes ditatoriais, fato que interferiu na história e organização dos sistemas partidários, além de enfraquecer as instituições¹⁴; pesquisadores que pretendem analisar documentos partidários que ainda não constam na base de dados justamente por não seguirem o padrão de “manifestos” (programas de governo) devem seguir protocolo diferenciado de autorização pela equipe do projeto MARPOR.

Nesse sentido, em uma perspectiva que se amplia cada vez mais, a base de dados criada pelo MARPOR pode ser considerada uma rica fonte de materiais para realizar análises comparativas entre partidos de uma mesma nação e até mesmo sobre os vínculos ideológicos persistentes em diferentes países. No entanto, como praticamente todas as metodologias, o processo de manipulação dos dados ainda possui muitas limitações. Uma delas seria a questão da interferência do jogo político no campo situação/oposição em que os programas de governo não seriam verdadeiros espelhos da ideologia, mas apenas uma declaração de posicionamentos

¹⁴ É notável que a instabilidade do sistema democrático, assim como de todas as instituições que o compõe, influência na existência e obrigatoriedade dos programas de governo, tidos como instrumento de comunicação transparente entre eleitores e partidos. Dessa forma, muitos países latino americanos que sofreram interrupções no regime democrático não contam com históricos desses documentos, fato que dificulta a análise em recorte temporal mais amplo, principalmente no que se refere ao século XX. Vale ressaltar que tal característica também é um ponto positivo, pois recentes democracias também precisam ter suas peculiaridades analíticas em destaque para fins de comparação com outros sistemas.

de manutenção de políticas de governo ou críticas pertinentes a qualquer partido que esteja na oposição.

A eficácia da utilização dos dados e dos métodos propostos pelo MARPOR foi medida de diversas maneiras com testes estatísticos de confiabilidade e validade de dados e resultados (DINAS; GEMENIS, 2009). Segundo os autores citados acima, o pressuposto principal é que uma medida só será considerada como uma construção válida se os resultados observados fossem empiricamente coerentes com as previsões teóricas. Os autores também atribuem aos próximos estudiosos do assunto a missão de desenvolver e adaptar esta metodologia aos seus objetos de estudo, ou seja, atribuem a cada analista a responsabilidade de melhor classificar os partidos políticos que são seus objetos, de acordo com as dimensões e contextos sociais e históricos a que estão submetidos.

Considerações Finais

O presente capítulo buscou discutir como os programas de governo podem ser instrumentalizados como objetos de análise na perspectiva do entendimento dos objetivos e estratégias dos partidos, podendo ser um eficiente instrumento para testar e discutir hipóteses sobre ideologia partidária e transformação dos partidos. Para tal análise, se faz necessário partir de dois pressupostos: 1) nem sempre os programas de governo possuem o mesmo grau de importância para diferentes partidos; 2) os objetivos, estratégias e métodos de construção dos programas podem variar de acordo com o grau de qualidade da democracia. Desta forma, o caso brasileiro deve ser analisado a partir de suas características peculiares, estando inserido, inclusive, no corpus de análise do projeto MARPOR que possui características diferenciadas para países Latino-americanos.

Para além da metodologia de análise de dados, o presente capítulo transcorreu sobre a discussão teórica que embasa a hipótese, buscando comparar duas linhas teóricas: a Escolha Racional (Downs, 1999) e a Saliency Theory (Robertson, 1976). As linhas divergem sobre pontos de vista em relação às estratégias dos partidos ao escolherem e comunicarem duas preferências nos programas de governo e discursos eleitorais. A primeira, alinhada com a teoria econômica de mercado, coloca os partidos como maximizadores de votos transitando por discursos que poderiam agradar o maior número de eleitores médios, sem uma preocupação considerável em relação aos projetos que estariam ideologicamente alinhados. Já a teoria de

Robertson (1876) coloca os manifestos dos partidos como uma vitrine das prioridades do partido, sendo um instrumento de amostra de quais projetos seriam prioridade em um possível governo, oferecendo subsídios para que o eleitor possa fazer a melhor escolha diante da própria concepção de hierarquia de prioridades.

Para testar a hipótese e entender a qual linha teórica a análise dos partidos brasileiros está mais adequada, foi utilizado o esquema de categorização do MARPOR, em que é possível mensurar quais foram as preferências temáticas dos partidos e, através da comparação das trajetórias, compreender quais são os objetivos e estratégias de PT e PSDB na competição eleitoral.

CAPÍTULO 4. OS DEBATES PRESIDENCIAIS TELEVISIVOS: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

4.1 INTRODUÇÃO

O debate a respeito da comunicação política através da mídia é recorrente na Ciência Política. O papel da televisão enquanto uma vitrine de candidatos, exibida para a maioria dos brasileiros, chamou a atenção da literatura no século XX e XXI. Ela surge de maneira singular em função de sua capacidade de massificar as mensagens, tornando-se essencial para as ações de políticos que desejam sucesso em campanhas eleitorais (OLIVEIRA, 2008). Apesar dos avanços dos materiais online e da participação dos eleitores em debates nas esferas em redes sociais virtuais, a televisão continua marcando o início do “tempo da política” durante os períodos eleitorais brasileiros.

Os telejornais, programas de debate e programas exibidos no horário gratuito político eleitoral contribuem para a formação do “ambiente informacional” do qual o eleitor se apropriará para formar suas convicções e preferências. Esse ambiente, muitas vezes, é o responsável pela definição do voto (PANKE; CERVI, 2011). Numa perspectiva de escolha racional, Panke (2010) define que as aparições televisivas, enquanto espaço de divulgação ideológica, procuram levar o público à seguinte linha de raciocínio: prestar atenção no que está sendo dito - pensar a respeito, mudar a percepção do que foi tratado no direcionamento que favoreça as ideias do candidato. Ou seja, tanto para os partidos, quanto para alguns analistas, fica claro que há um grande vínculo entre racionalização da escolha do voto e a imagem transmitida pela mídia.

De acordo Holbrook (1996), os debates presidenciais televisivos são assinalados pela literatura como momentos cruciais nas campanhas pela imensa capacidade persuasiva que apresentam. Essa percepção fez com que os estudos sobre debates entrassem na agenda de pesquisa da América Latina, sobretudo no Brasil e no México, através dos autores, como Neto, Rubin, Veron (2003), Leite (2003), Lourenço (2007, 2015), Ampáram (2008), Mundim (2010) e Domínguez Cortina (2011).

4.1.1 Histórico dos debates televisivos como instrumentos de campanha e diálogo com a sociedade

A tradição dos debates presidenciais está completamente ligada ao processo de desenvolvimento democrático dos Estados Unidos da América. O país, considerado o berço do sistema presidencialista, fez o primeiro debate presencial entre candidatos ainda no século XIX, com a presença de Abraham Lincoln e Stephen Douglas em 7 embates que percorreram diferentes regiões do país. Em 1948, os debates chegaram aos rádios com o encontro entre Thomas Dewey e Harold Stassen com uma audiência média de 60 milhões de ouvintes. Foi em maio de 1952 que se deu o primeiro debate transmitido pela televisão, realizado entre republicanos e democratas. No entanto, foi apenas em 1960 que os debates passaram a marcar as eleições norte americanas. Uma série de 4 embates entre o senador democrata John Kennedy e o vice-presidente republicano Richard Nixon. Depois de um intervalo de 16 anos, os debates foram institucionalizados no país, a partir de 1976, momento em que se tornaram eventos oficiais de campanha (LOURENÇO, 2015).

Nas décadas seguintes, a tradição dos debates se estendeu por todo mundo, inclusive passou a acontecer também em sistemas parlamentaristas, mistos ou puros (como Reino Unido, Espanha e Portugal). O processo de debate trouxe para esses sistemas uma abordagem um pouco mais personalista ao colocar os candidatos em debate no centro da visibilidade.

No Brasil, a primeira tentativa de um debate transmitido pela TV foi feito em 1960 pela TV Tupi, mas o programa acabou não sendo exibido por conta de uma postura inesperada de recusa de Jânio Quadros. De fato, o primeiro debate ocorreu em 1974, no Rio Grande do Sul, entre candidatos do Senado. Conforme o contexto histórico de ditadura militar na época e a proibição da existência dos partidos políticos, os debates também foram proibidos. A repressão, sem dúvidas, foi uma das interrupções mais danosas ao processo de vivência democrática brasileira. Em 1982, iniciado o processo de abertura democrática, os debates passaram por momentos de liberação e proibição. Apenas em 1989, findado o regime militar, é que os debates entraram de fato na corrida eleitoral brasileira (LOURENÇO, 2015).

O primeiro debate realizado para presidente no Brasil se deu em 1989 e foi um dos mais polêmicos. O programa levou ao ar uma discussão entre Lula (PT) e Fernando Collor (PRN), no entanto, a grande repercussão aconteceu por conta de uma edição do debate transmitida ao vivo pela Rede Globo de Televisão no Jornal Nacional (o telejornal de maior audiência e alcance nacional). O jornal mostrou uma edição em que os recortes favoreciam uma percepção

de muitos acertos de Collor e muitos erros de Lula, além de divulgar uma suposta pesquisa em que a maioria esmagadora do eleitorado havia preferido Collor à Lula (LOURENÇO, 2015). A literatura sobre a conjuntura eleitoral da época apontou o debate e suas edições como algumas das principais causas para a derrota de Lula nas urnas.

Em 1994 e 1998, os debates não ocorreram diante da negação da participação de Fernando Henrique Cardoso que, por já estar à frente nas pesquisas, considerava que os debates poderiam gerar uma exposição perigosa. De acordo com Amparán (2008), existe uma tendência geral de que os candidatos bem posicionados nas pesquisas tendem a evitar os debates.

Depois de um intervalo de quase 10 anos, os debates voltam à cena nas eleições de 2002. A novidade aproximou o eleitorado da dinâmica de campanha, fato que colaborou para que eles não saíssem mais da agenda de campanha. Em 2006, 2010 e 2014, os debates aconteceram de forma mais natural, com apenas alguns casos de indefinição na estratégia de presença¹⁵, mas que acabaram por ser realizados.

4.2 DISCUSSÕES E CONTRIBUIÇÕES DAS ANÁLISES DOS DEBATES TELEVISIVOS

Segundo Jamieson e Birdsell (1998), a importância dos debates para o cenário eleitoral e democrático estaria em suas características constitutivas, sendo elas: a) a confrontação entre os candidatos; b) as regras indistintas adotadas pelos participantes; c) igualdade de tempo com recorte suficiente para uma clara argumentação; d) equilíbrio na disputa; e) atividade de persuasão através de argumentos e posicionamentos e f) a vitória concedida a um dos lados pelo público telespectador.

Holdbrook (1996) constatou que os debates têm efeito na transitividade de votos, ou seja, muitos debates são um ponto de inflexão nas preferências eleitorais. É a partir deles que, muitas vezes, o eleitor tem o maior contato tanto com os programas de governo dos candidatos, quanto das preferências ideológicas. Segundo alguns trabalhos empíricos de Wald e Lupfer (1978), os eleitores passam a ter mais informações sobre o programa, tornando o processo

¹⁵ Na ocasião da eleição de 2006 em que o presidente Lula disputava a reeleição, diante das primeiras denúncias de corrupção envolvendo o PT, Lula chegou a não comparecer ao debate do primeiro turno. O declínio não foi nem aceito pelo eleitorado e o presidente decidiu participar do debate de segundo turno (VEIGA; SOUZA; SANTOS, 2007).

eleitoral mais transparente. Diante da nítida importância dos debates televisivos no processo eleitoral, muitas foram as abordagens metodológicas e teóricas aplicadas nas investigações sobre eles. Apresenta-se, a seguir, alguns dos exercícios realizados nesse sentido.

No México, Amparám (2008) analisa os debates para fins de compreensão sobre como os candidatos compõem suas estratégias comunicativas. Para tanto, o autor observa algumas variáveis fundamentais: a) diferenças de comportamento entre candidatos de situação e oposição e b) o posicionamento e desempenho dos candidatos na pesquisa. Já Cortina (2011) fez uma análise sobre como o debate foi recebido pelo eleitor de duas gerações diferentes através de grupos focais sobre o assunto.

No Brasil, de acordo com Lourenço (2015), ainda falta uma sistematização maior em torno de algumas questões fundamentais que cercam as discussões sobre debates presidenciais televisivos. As lacunas começaram a ser preenchidas em exercícios de análise nas últimas duas décadas. Veron (2003), Neto (2003) e Gonçalves (2008) possuem como foco os conteúdos e estruturas imagéticas dos debates nos anos de 2002 e 2008. Veiga, Souza e Santos (2007) buscaram analisar as estratégias comunicativas de Lula e Alckmin em 2006. Depois, em 2009, as autoras propõem um debate mais completo, analisando estratégias discursivas entre 1989 e 2006. Mundim (2010), investigou como os debates e as propagandas interferem na decisão do voto através da proposição de um modelo estatístico de cruzamento das duas variáveis. Lourenço (2012) percorreu o mesmo caminho de investigação ao responder questões sobre como os debates televisivos de 2002 foram interpretados cognitivamente pelos eleitores e como esses eventos puderam ou não influenciar a opinião dos eleitores sobre os candidatos.

4.2.1 Proposta de análise para fins de classificação ideológica a partir dos discursos nos debates presidenciais televisivos

Ao analisarmos os últimos pleitos eleitorais, percebemos um deslocamento em alto grau da campanha eleitoral feita nas ruas para as telas da televisão, ou seja, uma nova forma de mediação entre candidatos e eleitores que podemos chamar de “palanque eletrônico”. No caso das eleições para presidência, principalmente, são os meios de comunicação que dão visibilidade ao candidato que está inserido numa democracia de massa e universalista como a brasileira. Para alguns autores, a mídia teria uma posição na formação política ainda mais importante do que as próprias instituições, como partidos e organizações políticas. Segundo Manin (1995), viveríamos hoje em uma “democracia de público” em que o formar

politicamente depende cada vez mais das relações diretas entre representantes e representados a partir de discursos personalizados que buscam atender demandas segmentadas. A midiaticização produz, nesse sentido, uma espécie de personificação dos partidos.

Um dos maiores exemplos desse embate direto é o debate entre os candidatos promovido e transmitido ao vivo pelas redes televisivas. Há uma intenção de colocá-los frente a frente para que as propostas possam ser questionadas pelos opositores. Pode-se perceber que, muitas vezes, o debate de propostas perde espaço para a espetacularização e para o embate pessoal entre os candidatos. Nesses momentos, são realçados os focos nas trajetórias pessoais e as críticas mais pessoais do que partidárias. Inclusive, encontra-se na literatura um vasto debate sobre a correlação entre midiaticização e personalização dos processos eleitorais. Dialogando com essa discussão, buscou-se contribuir ao demarcar qual é o verdadeiro papel da ideologia nos discursos dos debates televisivos, investigando se os candidatos possuem uma clara posição ideológica e se comunicam suas posições programáticas ao eleitor. Além disso, também se pretendeu delimitar o nível de distinção ideológica nos discursos dos candidatos em oposição. Estariam os discursos caminhando ao centro no espectro político?

Para responder a essas questões e poder compará-las aos resultados da análise dos dados de programas de governo, foi utilizada a mesma metodologia de transformação do discurso em sentenças textuais. Cada fala ininterrupta dos participantes foi considerada um segmento para análise. Por exemplo, uma pergunta de Lula era uma unidade de análise. Da mesma forma, uma resposta do seu opositor era outro segmento de análise, a não ser que na mesma sentença, o interlocutor mudasse o assunto a ser tratado. Se no meio de uma resposta sobre educação, o candidato X passou a falar sobre educação, a sentença foi dividida em duas unidades de análise. Assim, ao analisar um segmento sobre a sua estratégia discursiva, buscou-se identificar qual foi a ênfase temática de cada um dos candidatos, recorrendo aos sete domínios de classificação utilizados pelo MARPOR: i) relações internacionais; ii) democracia e direitos humanos; iii) sistema político; iv) economia; v) políticas sociais; vi) estrutura social/lei e ordem e vii) grupos sociais e minorias.

Dessa forma, ao transformar os discursos televisivos em dados quantitativos, pode-se mensurar a ênfase discursiva e avaliar, até mesmo de forma qualitativa, como as temáticas abordagens mais à esquerda ou à direita, com ênfase especial aos três domínios que compreendem as variáveis escolhidas nessa pesquisa: 1) políticas sociais; 2) economia e 3) valores morais pós materialistas. A partir daí, ter-se-á um diagnóstico sobre a ausência ou presença no discurso ideológico de PT e PSDB.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre as teorias e metodologias que contribuem para a análise dos programas de governo e dos debates televisivos. A hipótese de que a estratégia da escolha racional em um cálculo de buscas de votos teria tomado o lugar do discurso pautado na ideologia e nos aspectos programáticos poderá ser confirmada caso os partidos se apresentem de maneira muito parecida. O exercício de transformar a fala dos candidatos durante os debates em excertos de textos quantificáveis ainda não foi realizado a partir de dados e discursos de debates televisivos.

Tanto os manifestos e programas de governo, quanto os debates televisivos podem ser válidos instrumentos de análise, desde que sejam realizados procedimentos metodológicos confiáveis e reconhecidos na literatura da Ciência Política. Nesse sentido é que o método do MARPOR, baseado na Saliency Theory, pareceu o mais adequado para o exercício de posicionamento de PT e do PSDB na escala direita/centro/esquerda.

A investigação possui inúmeras limitações e se propõe a ser apenas uma contribuição ao conjunto de análises multidimensionais que pretendem dar conta das características e da institucionalidade do sistema partidário brasileiro. Nesse sentido, salienta-se a importância desse primeiro exercício de avaliação cruzada dos dois objetos como um norte para futuras investigações.

PARTE III

PROCESSOS ELEITORAIS E COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA

CAPÍTULO 5. O BRASIL NA BASE DE DADOS DO MARPOR

5.1 INTRODUÇÃO

A análise do conteúdo proposta pelo CMP/MARPOR visa descobrir posições partidárias através da codificação do conteúdo de seus documentos, principalmente em período eleitoral. Nesse sentido, o projeto construiu uma ampla base de dados que, recentemente, foi ampliada para as democracias latino-americanas. O Brasil foi um dos primeiros países do continente a constar na base de dados do projeto, chamando atenção justamente por suas peculiaridades de sistema presidencialista e multipartidário. Como visto anteriormente, mesmo sem constar na base de dados, pesquisadores brasileiros já utilizavam o método MARPOR e produziam manualmente a própria codificação, como exemplo tem-se os trabalhos precursores¹⁶ de Gabriela Tarouco e Rafael Madeira pesquisadores que desde 2007 trouxeram a metodologia para a agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira.

Embora os autores brasileiros em destaque tenham produzido uma base de dados fidedigna ao método, pareceu importante trabalhar com a base de dados recém-formada no MARPOR, justamente para que se pudesse realizar um exercício comparativo com as codificações das diferentes democracias alinhadas na mesma base de dados. O acervo dos documentos oficiais partidários, assim como a codificação dos textos e a classificação dos partidos na escala RILE estão disponíveis na plataforma digital do MARPOR encontrada no endereço de web: <https://manifesto-project.wzb.eu/>. No website também é possível encontrar o manual¹⁷ explicativo da metodologia no que se refere ao seu histórico de versões e as maneiras de realizar as codificações dos textos, assim como a forma correta de interpretação dos dados. Para fins de organização dos dados, o projeto atribui um código numérico para cada país (Brasil = 180) e outro código numérico para cada partido. A base de dados com documentos brasileiros vai de 1994 a 2014 e contempla os três partidos que obtiveram mais votos nas eleições. Apenas a eleição de 2002 conta com dados dos quatro partidos mais votados.

¹⁶ As pesquisas dos referidos autores foram amplamente mencionadas ao longo dessa tese, estando todas as referências disponíveis para consulta na bibliografia.

¹⁷ O manual mais recente é de fevereiro de 2015, sendo a quinta edição. Também estão disponíveis orientações para ajustes de análises que utilizaram os quatro manuais mais antigos.

Quadro 8 - Base de dados do MARPOR de programas brasileiros

Ano	Código do Partido	Coligação ¹⁸	Candidato (a)
1994	180230 – PT	Frente Brasil Popular pela Cidadania (PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PCB, PSTU)	Luiz Inácio Lula da Silva
	180310 – PSDB	União, Trabalho e Progresso (PSDB, PFL, PTB)	Fernando Henrique Cardoso
	180710 - PRONA	—	Enéas Carneiro
1998	180230- PT	União do Povo Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB)	Luiz Inácio Lula da Silva
	180232 – PPS	Brasil Real e Justo (PPS, PL, PAN)	Ciro Gomes
	180310 – PSDB	União, Trabalho e Progresso (PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD)	Fernando Henrique Cardoso
2002	180230 – PT	Lula Presidente (PT, PL, PCdoB, PMN, PCB)	Luiz Inácio Lula da Silva
	180240 - PSB	Brasil Esperança (PSB, PGT, PTC, PSC)	Anthony Garotinho
	180310 – PSDB	Grande Aliança (PSDB, PMDB)	José Serra
	180320 – PPS	Frente Trabalhista (PPS, PTB, PDT)	Ciro Gomes
2006	180230 – PT	A Força do Povo (PT, PRB, PCdoB)	Luiz Inácio Lula da Silva
	180231 – PSOL	Frente de Esquerda (PSOL, PCB, PSTU)	Heloísa Helena
	180310 – PSDB	Por um Brasil Decente (PSDB, PFL, PPS)	Geraldo Alckmin
2010	180110 – PV	—	Marina Silva
	180230 – PT	Para o Brasil seguir mudando (PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN)	Dilma Rousseff
	180310 – PSDB	O Brasil pode mais (PSDB, DEM, PPS, PMN, PTdoB e PTB)	José Serra
2014	180230 – PT	"Com a Força do Povo" (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PCdoB)	Dilma Rousseff
	180240 – PSB	"Unidos pelo Brasil" (PSB, PPS, PSL, PHS, PPL, PRP)	Marina Silva
	180310 – PSDB	"Muda Brasil" (PSDB, SD, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PTdoB, PTB)	Aécio Neves

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados do MARPOR.

O sistema de busca no banco de dados possibilita a aplicação de filtros de categorias dos sete domínios estipulados pelo MARPOR, classificação na escala RILE – esquerda/direita, assim como possibilita a busca através da seleção de indicadores específicos, como países, ano

¹⁸ Coligações registradas nos programas de governo para o primeiro turno.

e classes de partido (liberais, conservadores, trabalhistas, democratas, cristãos, ambientalistas etc. Diante do foco da pesquisa, a presente tese, primeiramente, instrumentalizou a classificação geral de PT e PSDB nas eleições de 2002 a 2014 e, por conseguinte, realizou o recorte das variáveis sugeridas como objeto de análises: políticas sociais, econômicas e políticas voltadas às questões pós-materialistas.

5.2. OS DADOS DA ELEIÇÃO DE 2002

As eleições de 2002 ocorreram no contexto de crise econômica que marcaram a década de 1990 e o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, em consonância com a queda de crescimento da economia mundial. A crise trouxe aumento da dívida pública e do desemprego, colocando a questão da capacidade governamental de gerar renda e equilibrar inflação como os temas centrais na opinião pública do pleito eleitoral. De um lado, o candidato do partido da situação, José Serra, tentava emplacar a continuidade do governo FHC, mas sentia o respingo da insuficiente política econômica promovida pelo partido. Do outro lado, Luiz Inácio Lula da Silva concorria à presidência pela quarta vez consecutiva.

Após três derrotas consecutivas (1989, 1994 e 1998), o Partido dos Trabalhadores decidiu mudar sua estratégia de coligação. Através de uma disputa acirrada, no interior do partido, entre contrários e favoráveis, foi consolidada a aliança com o então senador José Alencar que, sem partido no momento, mas com trajetória no PMDB, filiou-se ao PL para poder ser o vice candidato ao lado de Lula. A coligação denominada “Lula Presidente” foi formada por PT, PL, PCdoB, PMN e PCB. Dentre os partidos, o PL representava uma dissonância ideológica dentro da coligação. De acordo com a classificação de Schmitt (1999), a coligação do PT de 2002 poderia ser classificada como “ideologicamente inconsistente” por conter a aliança entre um partido de esquerda e um partido de direita. Os demais partidos que fizeram parte da chapa estavam mais alinhados aos ideais petistas. O conjunto demonstra que o PL foi a única brecha inconsistente, representando o início dos caminhos em que a ideologia foi, em alguns casos, superada pelo pragmatismo eleitoral.

Do outro lado da disputa, o PSDB formou uma coligação pequena, chamada de “A Grande Aliança”, composta apenas pelo PMDB. Percebe-se que o partido seguia a linha adotada nos últimos anos e que havia sido vitoriosa, já que os tucanos haviam vencido as eleições de 1994 e 1998. A coligação apenas como o PMDB demonstrou uma aliança consistente ideologicamente já que, historicamente, o PSDB nasceu como uma dissidência do PMDB,

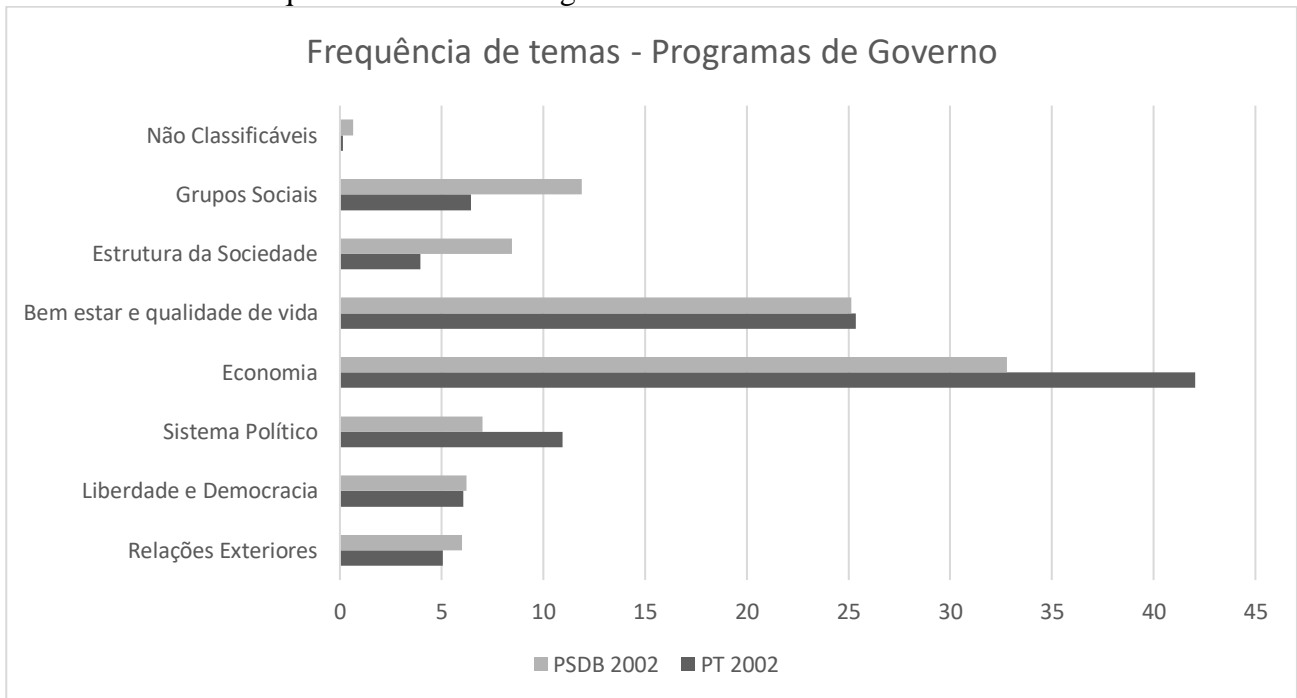
estando os dois partidos flutuando entre posições ideológicas ora voltadas à centro-esquerda, ora à centro direita.

As pesquisas apontavam Lula como favorito, fato que gerou incertezas no mercado financeiro, devido ao temor de um candidato considerado à esquerda assumir a presidência. O fenômeno do aumento do “Risco Brasil”, índice que mede a confiança dos investidores no país, chegou a ser apelidado de “Risco Lula”, em referência às mudanças divergentes do grande capital que poderiam ser colocadas em prática por Lula. Em resposta, Lula usou como estratégia a divulgação de um documento, conhecido como “Carta aos Brasileiros”, que indicava a intenção de diálogo com o mercado financeiro, sem grandes mudanças na política econômica. A carta foi divulgada em junho de 2002 e agregou mais setores à candidatura do petista e, mesmo que tenha desagradado o núcleo mais duro da esquerda, o saldo acabou sendo positivo. Em outubro de 2002, Serra, com 23% dos votos, e Lula, com 46% dos votos, conquistaram a ida ao segundo turno.

A análise dos programas de governo¹⁹ permite confirmar a importância da agenda econômica nos discursos eleitorais de 2002.

¹⁹ O programa do PT foi veiculado pela grande mídia, distribuído durante a campanha e esteve acessível nos sites: www.lula.org.br, www.pt.org.br, www.liderancadopt.org.br, www.fabramo.org.br. A comissão do programa de governo foi composta pelos seguintes membros: Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luíz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rossetto, Nelson Pelegrino, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro. O programa de governo do PSDB para as eleições de 2002 é assinado pela “Coligação Nova Aliança – PSDB/PMDB” e não traz em seu corpo os nomes dos membros da comissão responsável por sua elaboração.

Gráfico 2 – Frequência de temas: Programa de Governo



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do projeto MARPOR

A análise do mapa permitiu considerar uma hierarquização na frequência dos temas, estando PT e PSDB em consonância de estratégia ao adotarem as mesmas linhas temáticas de organização. Notou-se, no entanto que o Partido dos Trabalhadores deu maior relevância ainda ao tema dos dilemas econômicos. Por estar na oposição, a linha argumentativa abordou tanto as possíveis “falhas” da política econômica do PSDB, quanto as possíveis soluções em linha programática. As políticas sociais apareceram em segundo lugar na frequência dos temas. As inferências sobre programas sociais estavam, na maioria das vezes, ligadas aos trechos em que a questão econômica era abordada, mostrando muitas vezes a intenção dos candidatos em combater a desigualdade e a pobreza que teriam como causa a instabilidade econômica no país. Essa foi justamente a intenção discursiva da candidatura Lula que, ao realizar um debate que incluísse a questão social e a distribuição de renda, também sinalizou dedicação a questões econômicas de modo que não amedrontasse o mercado. Como salientado, a preocupação da campanha girava em torno de demonstrar que o partido não seria ameaça ao desenvolvimento econômico numa perspectiva liberal, mesmo que existisse a ênfase na intervenção do Estado na distribuição de renda. Dessa forma, o programa de governo é coerente com a “Carta ao Povo

Brasileiro” ao difundir a ideia de um desenvolvimento com inclusão social e erradicação da miséria.

A implementação de políticas estruturais para erradicar a miséria requer muitos anos para gerar frutos consistentes. Mas a fome não espera e segue matando a cada dia, produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violências crescentes. Para combater a fome, não podemos nos limitar às doações, bolsas e caridade. É possível erradicar a fome por meio de ações integradas que aliviem as condições de miséria. Articuladas com uma política econômica que garanta uma expansão do Produto Interno Bruto de, pelo menos, 4% ao ano, esse objetivo pode ser conseguido em até uma geração. Os instrumentos que colocaremos em ação permitirão promover o desenvolvimento, gerar emprego e distribuir renda. O combate à fome se integra, assim, à concepção de um novo tipo de desenvolvimento econômico (PROGRAMA DE GOVERNO DO PT, 2002, p. 43).

Diferente do PT, o PSDB trouxe para a agenda do crescimento econômico também como a grande solução para as questões sociais. A diferença nos discursos ficou evidente quando se comparou a visão sobre os projetos sociais, ou seja, PT colocando como prioridade de governo e PSDB como um recurso a ser usado de maneira controlada

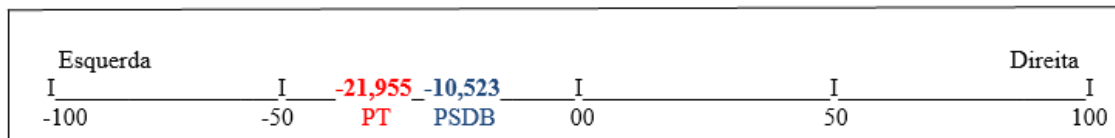
É um equívoco comum enfatizar um suposto dilema entre o mercado externo e interno. Segundo essa visão, seria necessário primeiro resolver o problema da fome no Brasil para depois exportar. No entanto, quando o país exporta, gera renda e emprego e atenua o gargalo das contas externas, tornando possível combater a pobreza e a fome sem o artificialismo de medidas insustentáveis ou paternalistas. A fome e a pobreza se combatem principalmente com o aumento da renda real das pessoas (PROGRAMA DE GOVERNO PSDB, 2002, p. 21).

A crítica ao paternalismo, supostamente pretendido pelo PT, a julgar de suas propostas de programa de cunho social e ampliação dos serviços do Estado, ficou evidente no discurso tuano de busca do equilíbrio econômico e liberdade individual. A partir de uma análise mais completa, pode-se então afirmar que o PSDB apresentou para as eleições de 2002 um programa eleitoral pautado na continuidade das ações dos últimos dois governos com poucas alterações. A promessa de melhorar o que, devido às contingências econômicas mundiais, não foi possível melhorar nos mandatos passados, permeou o programa, inclusive em relação às questões sociais.

Os demais temas apareceram com frequência parecida, mostrando uma distribuição equilibrada entre as questões sobre política externa, eficiência administrativa e de cumprimento da lei e da ordem, assim como as referências aos grupos sociais desprivilegiados, apenas com um ligeiro destaque, dado pelos dois partidos, a questão do desemprego, situada no domínio 7 – “grupos sociais e minorias”.

Para além da frequência em que os temas apareceram, foi possível mensurar como eram as posições ideológicas dos partidos em relação aos mesmos temas, ou seja, foi possível identificar de que maneira o partido tratou o tema da economia ou mesmo da educação, se as referências foram sinalizando para um mercado neoliberal ou para uma política de ampliação do estado de bem estar social. A escala *Rile* mostrou a posição de cada partido de acordo com as sentenças de texto dedicadas às categorias referenciadas à esquerda ou à direita.

Gráfico 3 – Escala Rile - 2002



Fonte: Elaborada pela autora a partir da classificação na escala RILE – MARPOR.

O método de classificação na escala Rile posicionou os programas de governo de 2002, tanto do PT quanto do PSDB, numa perspectiva de centro esquerda, estando o PSDB mais próximo ao centro. As outras duas candidaturas mais votadas na eleição também foram classificadas pelo MARPOR e nenhuma delas esteve mais à esquerda que o PT; o PSB do candidato Anthony Garotinho foi classificado na pontuação -12,53 e o PPS, do candidato Ciro Gomes, classificado como -20,711. Os dois partidos figuraram ideologicamente entre PT e PSDB, na linha referente à esquerda na tabela. O resultado das eleições mostrou que as pautas à esquerda possuíam mais apelo eleitoral, visto que as quatro candidaturas com melhor desempenho estavam nesse campo. No entanto, isso não significava que os partidos de direita estavam ausentes da real disputa, justamente por muitos terem se aliado nas coligações compostas para apoiar as candidaturas de PT e PSDB, como o caso do PL, que compôs a chapa de Lula e foi representado pelo vice candidato à presidência, José Alencar.

Os programas de governo de 2002 mostraram fidelidade aos princípios ideológicos de PT e PSDB, ao passo que colocam os partidos nas mesmas linhas discursivas dos documentos e do contexto em que foram criados. Mesmo com a tentativa de Lula de se mostrar distante da radicalidade, a constante temática à esquerda se fez mais presente no programa do PT do que dos demais concorrentes. A linha centro esquerda, assumida no discurso de PSDB, também demonstrou fidelidade ao seu nascimento enquanto uma alternativa na linha centro-esquerda, com raízes profundas no ideário da social democracia. Foi interessante perceber que a distância

discursiva entre os dois partidos não rompeu o paradigma esquerda/direita e não assumiu um contexto dicotômico com esquerda de um lado e direita de outro.

5.3 OS DADOS DA ELEIÇÃO DE 2006

Após a vitória da coligação “Lula Presidente”, em 2002, a nova estratégia petista de abrir alianças foi confirmada enquanto uma estratégia de sucesso. O PT abriu sua coligação para o PRB, novo partido de José Alencar (escolhido novamente como vice na chapa de reeleição), e manteve a aliança já realizada em 2002 com o PL. Nesse movimento, o PCB, mais à esquerda, deixou a coligação por considerá-la inconsistente ideologicamente. Dessa forma, a coligação denominada “A Força do Povo” foi composta por PT, PRB, PCdoB e PL, uma composição dividida ideologicamente. O PSDB, com a coligação chamada “Por um Brasil Decente”, composta com PFL e PPS, ampliou um pouco sua perspectiva e saiu de uma coligação simples, de dois partidos, para uma coligação com três membros. Substituindo o PMDB pelo PFL (partido classificado à direita no espectro ideológico) na posição de vice, o partido sinalizou um diálogo mais aprofundado com a direita, aderindo ao movimento do PT de coligações mais flexíveis.

A eleição de 2006 foi marcada pela troca de posição entre os partidos na campanha eleitoral: PT passou a ser situação e PSDB passou a ser oposição. Percebe-se que essa variável incide sobre os objetivos do programa de governo e sobre seu conteúdo, pois, ao vencer as eleições de 2002, o PT passa a ter uma experiência de governo a qual fazer referência. Desse modo, a comunicação eleitoral passa a ser a reafirmação de um projeto de governo através da conquista da reeleição. Não obstante, o PSDB também passou a ter argumentos de crítica ao PT, lembrando o eleitor dos erros cometidos e buscando argumentar que pode fazer um governo melhor.

Nesse sentido, os programas de governo²⁰ dos dois partidos passaram a ser um reflexo dos acontecimentos dos quatro anos em que o PT esteve no poder, possuindo como um dos

²⁰ A elaboração do programa de governo do PT foi coordenada por Marco Aurélio Garcia. A comissão de programa de governo conta com os seguintes membros: Dilermando Toni, Glauber Piva, Juarez Guimarães, Miriam Belchior, Renato Rabello e Valter Pomar. O corpo do programa do PSDB de 2006 também não apresenta os nomes dos membros da comissão de elaboração. Apenas consta a assinatura da “Coligação por um Brasil decente – PSDB/PFL”.

eixos crescentes, em relação ao programa de 2002, o tema da corrupção. O tema entra na agenda da opinião pública depois do escândalo envolvendo um suposto caso de corrupção no governo Lula, conhecido popularmente como “mensalão”. O programa do PSDB aborda a questão da seguinte forma

A crise ética e política do PT e do governo atual – evidenciada nos episódios do “mensalão”, dos “sanguessugas”, do “cuecão”, da compra de dossiês fajutos, entre tantos outros – obriga-nos a retomar a questão da reforma política por um novo ângulo e com um redobrado senso de urgência (PROGRAMA DE GOVERNO PSDB, 2006.p. 3).

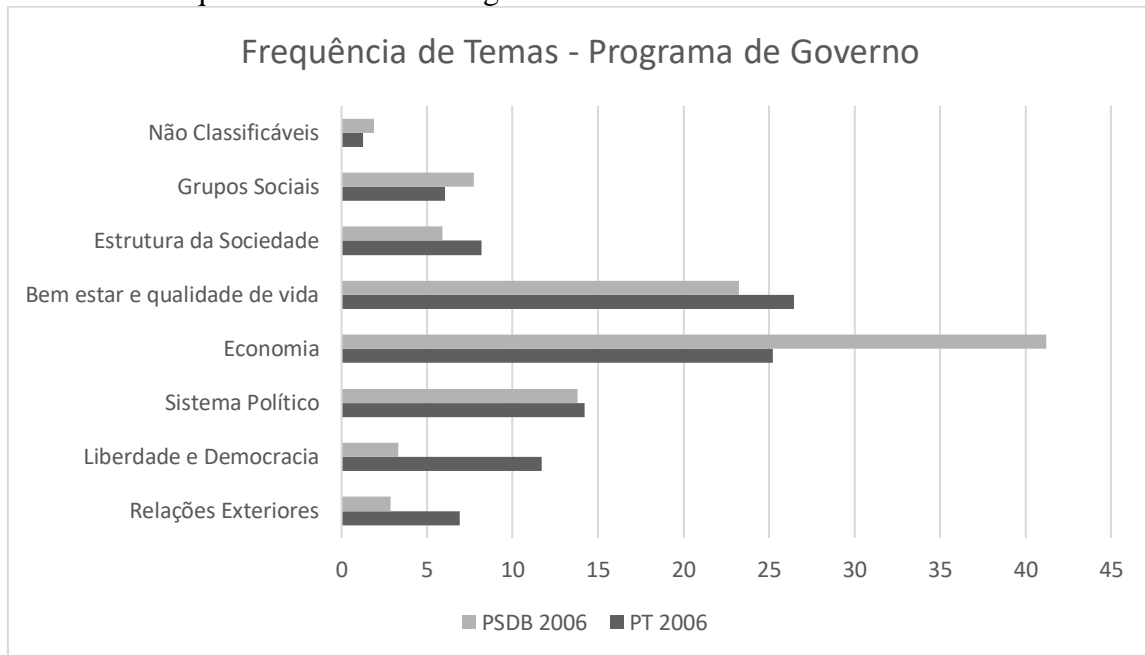
Entre farpas e acusações, os dois partidos pautaram nos programas oficiais a questão da ética, citando um ao outro, fato que evidenciava a previsão de concorrência direta entre os dois em um possível segundo turno

Como sempre ocorreu em nossa história, grupos que há séculos dominam este país – e controlaram até bem pouco tempo o Governo central – desencadearam ofensiva sem precedentes para preservar privilégios e voltar às posições perdidas. Carente de coragem para expor seu verdadeiro programa, a oposição neoliberal tenta construir um programa com ênfase na “ética”, no “crescimento” ou no “choque de gestão”. Falta-lhe, no entanto, autoridade moral e credibilidade política para dar consistência a esse discurso (PROGRAMA DE GOVERNO PT, 2006, p. 7).

Após declarações de defesa, o programa petista passou a elencar alguns casos de corrupção supostamente atribuídos ao PSDB durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, como a “privataria tucana”, movimento de privatizações que teriam ocorrido através de processos marcados por graves denúncias de irregularidades, além de afirmar como erro grave de administração a não existência de processos investigativos para esclarecimento dos casos.

Para além da questão da corrupção, evidenciada no domínio 3, os programas de 2006 seguiram uma certa tendência em relação aos programas de 2002

Gráfico 4- Frequência de Temas: Programas de Governo



Fonte: Elaborado pela a partir do banco de dados do MARPOR.

Ao se analisar as posições do PSDB, ficou nítida a estratégia aplicada quando o programa de governo pertencesse a um partido de oposição ao governo anterior. O partido fez um grande esforço em transmitir em seu extenso programa de governo os problemas gerados pelas ineficiências da gestão Lula, principalmente no que se referia à corrupção. No entanto, os tucanos também deixaram claro que dariam continuidade aos programas sociais bem avaliados pela opinião pública, como o “Bolsa Família” – programa de transferência de renda e combate à fome. Mesmo salientando a continuidade dessas políticas, classificadas no domínio 5 – “políticas sociais”, o partido manteve o foco na política econômica, justamente por conta de sua extensa e reconhecida tradição de combate à inflação e resolução de crises, ressaltando a importância do “Plano Real” na Nova República brasileira.

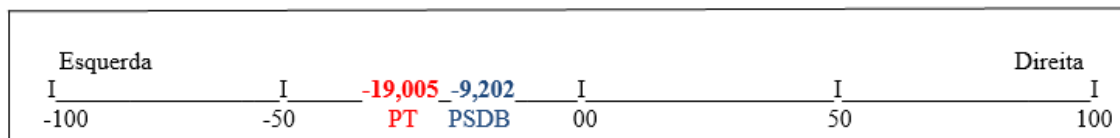
Ampliar e melhorar o Programa Bolsa Família e a Rede de Proteção Social. O desenho das políticas deve ser compatível com a origem dos problemas que se pretende resolver. Na medida em que a pobreza e a desigualdade possuem raízes múltiplas, os programas a serem implementados deverão levar em consideração essa multidimensionalidade. Atingir patamares de bem estar mínimo para qualquer cidadão e caminhar no sentido de uma distribuição de renda menos desigual requer um conjunto de requisitos que vão desde a área macroeconômica (crescimento sustentável e estável por longo período), passam pelo mercado de trabalho (políticas geradoras de emprego e legislação trabalhista indutoras da formalização dos vínculos) e atingem a área educativa, para chegar, logicamente, às políticas específicas da área social (PROGRAMA DE GOVERNO PSDB, 2006, p. 39).

O PT, podendo se apropriar e divulgar os feitos enquanto governo, colocou o foco na agenda em que mais se sobressaiu, no caso, nas políticas sociais de distribuição de renda. O discurso do combate à desigualdade superou o discurso das estratégias econômicas e reforçou a ideia de que o partido seria o único capaz de continuar levando renda e desenvolvimento social para os locais e grupos mais desfavorecidos do país.

O segundo Governo Lula continuará avançando na erradicação da fome, manterá e ampliará as exitosas políticas sociais até agora implementadas no Programa Fome Zero, especialmente na Bolsa Família. Dará maior profundidade ao combate à concentração regional e social de renda e riqueza. Ampliará as oportunidades de emprego, trabalho e renda, especialmente por meio de medidas que impulsionem os investimentos públicos e privados mais intensivos em mão de obra, com ênfase nas micro e pequenas empresas (PROGRAMA DE GOVERNO PT, 2006, p.9).

Mesmo utilizando grande parte do discurso do programa de governo como demarcação da prioridade na redução de desigualdades, o PT apresentou um programa menos à esquerda que em 2002. O mesmo movimento foi realizado pelo PSDB, mas em menor nível. Veja a escala Rile com o posicionamento dos partidos na eleição de 2006.

Gráfico 5 – Escala Rile - 2006



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do MARPOR.

A escala mostra um movimento dos dois partidos em direção ao centro do espectro ideológico. A terceira força da eleição, candidata Heloisa Helena, representante do PSOL, levou o debate para a radicalização de esquerda com um programa de governo que chegou a pontuar acima dos 50 pontos negativos, forte indicador de dissonância com os programas apresentados por PT e PSDB. As diferenças se deram principalmente em relação à temática econômica ao apresentarem um rígido programa de enfrentamento ao neoliberalismo.

Diante da forte aprovação da política social representada por Lula, o PT chegou ao segundo turno novamente como preferido e foi eleito em segundo turno com 60% dos votos válidos. A segunda eleição de Lula consolidou o realinhamento de forças na política brasileira. Ao PSDB, que ocupara o protagonismo nos anos 90, restou assistir à queda da própria força política à medida que o novo governo correspondia ao mercado e aos anseios populares e sociais, passando a ser um legítimo representante da Social Democracia.

5.4 OS DADOS DA ELEIÇÃO DE 2010

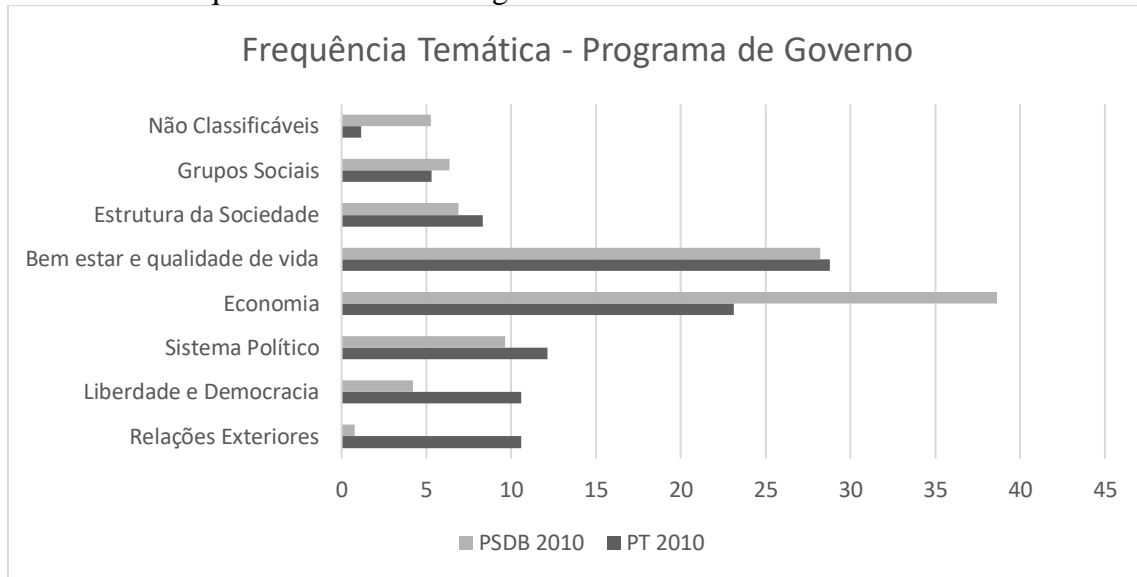
Enquanto a eleição de 2006 colocou à prova a aprovação de Lula como presidente, a eleição de 2010 colocou à prova sua habilidade de líder de partido, assim como sua capacidade em transferir sua aprovação a quem o sucedesse. Nesse contexto, o PT apresentou Dilma Rousseff como candidata representante de Lula, uma figura política do meio técnico e administrativo que jamais havia se candidatado a cargo eletivo. Com estratégia contrária, o PSDB apostou no nome tradicional e experiente de José Serra, que em 2002 já havia enfrentado Lula.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores, para as eleições de 2010, formou uma coligação com 10 partidos com as mais diversas classificações ideológicas. Chamada de “Para o Brasil seguir mudando”, contou com PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PTN, PSC e PTC. A fim de somar forças, o PT realizou como estratégia a coligação com o partido de maior bancada na câmara federal, o PMDB. A aliança agregava um considerável tempo de TV à campanha petista e prometia condições favoráveis de governabilidade na relação executivo/legislativo. O PSDB seguiu o movimento petista de abertura de alianças, porém sem a mesma intensidade, passando de uma coligação de três para uma coligação com seis partidos. Chamada de “O Brasil pode mais”, a coligação contou com DEM, PPS, PMN, PTdoB e PTB. Mantendo o DEM (antigo PFL) como o vice, PSDB agregou mais 4 partidos considerados de centro direita, o que poderia ser classificado como uma coligação semi-consistente, de acordo com o modelo de classificação de Schmitt (1999).

Estrategicamente, os partidos lançaram programas de governo²¹ com frequências temáticas muito semelhantes aos programas de 2006.

²¹ O programa de governo do PT apontou como comissão de redação os partidos que compunham a coligação, sem citar nomes específicos, diferente dos programas anteriores. Outra diferença considerável se deu no tamanho do programa, bem mais resumido do que os últimos, não superando 10 páginas; o PSDB apresentou o programa mais extenso de seu histórico, chegando a quase 300 páginas. Como nos programas anteriores, não existe menção sobre a autoria do texto.

Gráfico 6 – Frequência Temática: Programa de Governo



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com o banco de dados do MARPOR

A maior mudança foi percebida no programa do PT que aumentou consideravelmente a frequência do discurso voltado ao Domínio 1 – “Relações Internacionais”, pouco abordado nos outros programas de governo dos dois partidos, destacando uma seção do documento apenas para o tema

Defender a soberania nacional. Por uma presença ativa e altiva do Brasil no mundo. A política externa do governo Dilma dará ênfase especial aos processos de integração sul-americana e latino-americana, à cooperação Sul-Sul (Bric, Ibas) e à solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento. Nossas parcerias tradicionais serão preservadas e ampliadas. A política externa será instrumento importante para o aumento e diversificação geográfica de nosso comércio exterior e para a expansão de nossos investimentos e iniciativas de complementação produtiva. O Brasil permanecerá fiel aos princípios de não intervenção, de defesa dos Direitos Humanos, de luta pela paz mundial e pelo desarmamento (PROGRAMA DE GOVERNO PT, 2010, p.17).

O excerto mostra a linha de política internacional pretendida pelo partido. Intensificar as relações com o bloco de países da América Latina, assim como projetar o Brasil como defensor dos direitos humanos e agente de fortalecimento dos organismos internacionais que lutavam pelas relações pacíficas. O aumento da frequência de discurso nesse tema demonstrou um maior equilíbrio discursivo do programa como um todo, não obstante a permanência do foco nas políticas sociais e de distribuição de renda que, aliadas à manutenção do crescimento econômico sustentável, permaneceram como protagonistas na estratégia discursiva.

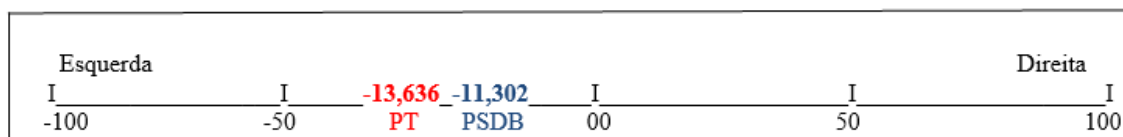
Mais de 36 milhões de homens e mulheres ascenderam à classe média e 28 milhões saíram da pobreza. Esse processo ocorreu sem abalos macroeconômicos. A inflação foi mantida sob controle: os índices gerais de preços, que superavam 25% em 2002, hoje estão em torno de 5%. As taxas reais de juros recuaram de aproximadamente 20%, no governo FHC-Serra, para cerca de 6% no Governo Lula-Dilma. Em relação ao Produto Interno Bruto, a dívida líquida pública diminuiu de 61% para 41% entre 2002 e 2010 (PROGRAMA DE GOVERNO PT, 2010, p.3).

À medida que o PT fortalecia o discurso voltado às políticas sociais, o PSDB voltou a enfatizá-las, sendo essa a única mudança perceptível de modo significativo em relação ao programa de governo de 2006. No entanto, o foco continuava sendo as políticas econômicas e a reafirmação do modelo de gestão aplicado durante o período do governo FHC, com críticas ferrenhas ao modelo de gestão petista

É fundamental preservar os fundamentos da política econômica que permitiram a conquista da estabilidade de preços a partir do Plano Real. Mas é igualmente fundamental acertar a dosagem entre as políticas monetária, cambial e fiscal de forma a assegurar as condições do crescimento sustentado da economia. O governo atual, em vez de reforçar as bases de crescimento do País, preferiu hipotecar o futuro à comodidade do presente. Manteve juros desnecessariamente elevados e o câmbio excepcionalmente apreciado, para alegria dos especuladores e sofrimento da indústria e da agricultura nacionais. Deixou os gastos correntes correrem soltos, engolindo irresponsavelmente o aumento da carga tributária e retirando espaço valioso para os investimentos públicos. Pior, desleixou nos investimentos fundamentais para a infraestrutura produtiva. O elevado patamar de crescimento da economia brasileira, necessário para garantir a geração de empregos e maior qualidade de vida, jamais será conseguido sem bases sólidas na infraestrutura da produção (PROGRAMA DE GOVERNO PSDB, 2010, p.23).

Assim como a frequência temática muito semelhante aos programas de governo anteriores, o posicionamento dos partidos na escala Rile também foi parecido, com discreta alteração do PSDB, deslocando-se um pouco mais para a esquerda e um considerável deslocamento do PT em direção ao centro, conforme pode ser observado a seguir :

Gráfico 7 – Escala Rile - 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do MARPOR.

Os dados mostraram que, quando comparados os posicionamentos de PT e PSDB na escala Rile ao longo dos anos, o momento de maior aproximação ideológica discursiva entre os

partidos se deu nas eleições de 2010. A pouca diferença entre os dois pode ser constatada na maior frequência do conteúdo das categorias 106 (política internacional pacifista), 107 (Cooperação Internacional), 202,1 (menções favoráveis à democracia) e 701 (menções favoráveis aos trabalhadores e legislação trabalhista), no programa de governo do PT. As outras categorias consideradas de esquerda apareceram equilibradas na comparação entre os dois partidos, principalmente no que se refere às políticas sociais. Enquanto PT e PSDB se apresentavam com discursos parecidos, o Partido Verde, com a candidata Marina Silva, apresentou um programa com discurso repleto de categorias à esquerda, chegando a somar 28,302 pontos negativos na escala Rile, o que o colocou como uma terceira via à esquerda das tradicionais candidaturas. A alta frequência do discurso dedicado à proteção do meio ambiente, grande bandeira do PV, foi responsável por seu posicionamento distante dos demais programas de governo.

Através de uma intensa campanha de fortalecimento do nome de Dilma Rousseff e uma positiva taxa de transferência da aprovação pessoal de Lula para a sua candidatura, o PT conquistou a eleição de 2010, alcançando, em segundo turno, 56% dos votos válidos e solidificando seu posicionamento como representante legítimo da social democracia e colocando o PSDB novamente como o grande protagonista da oposição.

5.5 OS DADOS DAS ELEIÇÕES DE 2014

O pleito de 2014 marcou a tentativa de reeleição do PT para o quarto mandato consecutivo, assim como a quarta tentativa do PSDB em retornar à presidência. Os três principais candidatos ao cargo de presidente eram: Dilma Rousseff (Presidenta pelo PT); Aécio Neves (senador pelo PSDB) e Eduardo Campos (presidente do PSB).

Depois da terceira vitória consecutiva da coligação petista, as estratégias eleitorais foram mantidas pelo governo. A coligação “Com a força do povo” formada por PT, PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, PROS e PRB seguia o modelo multipartidário de 2010, com a ideia de vencer o novo desafio, reeleger a presidenta Dilma depois de um governo nem tão popular como o seu antecessor Lula. A parceria com o PMDB permaneceu e o que mudou foi que, dessa vez, o PT possuía a maior representatividade da câmara. A coligação foi novamente inflada e apresenta praticamente o mesmo perfil ideológico, fato que mostrou que o PT realmente definiu como uma espécie de padrão esse tipo de coligação multipartidária e com flexibilidade ideológica. Foi em 2014 que a coligação Tucana também inchou consideravelmente, passando

a representar uma aliança de 8 partidos, dessa vez, um pouco mais à direita que as últimas alianças.

Chamada de “Muda Brasil”, a coligação contou com PSDB, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PTdoB e PTB. Embora muito parecida com a coligação de 2010, o PSDB trouxe uma inovação considerável. Depois de três derrotas consecutivas, o partido investiu em uma chapa sem vice de outros partidos. Com Aécio Neves e Aluísio Nunes, representando, respectivamente os setores tucanos de Minas Gerais e São Paulo, o partido lançou uma chapa “pura” que realizou alianças apenas com outros partidos como apoiadores.

Durante a campanha de primeiro turno, um fato catastrófico mudou os rumos e o tom da campanha. Eduardo Campos (PSB) foi vítima fatal de um acidente de avião, fato que trouxe sua vice, Marina Silva, diretamente para a disputa. Marina contava com um grande capital político advindo das eleições de 2010 em que já sobressaía como terceira via e seu nome gerou uma considerável efervescência na disputa. No entanto, o efeito da morte de Campos e da chegada de Marina não durou o bastante para destruir a hegemonia de disputas entre PT e PSDB que chegaram ao segundo turno novamente e sem grandes sobressaltos.

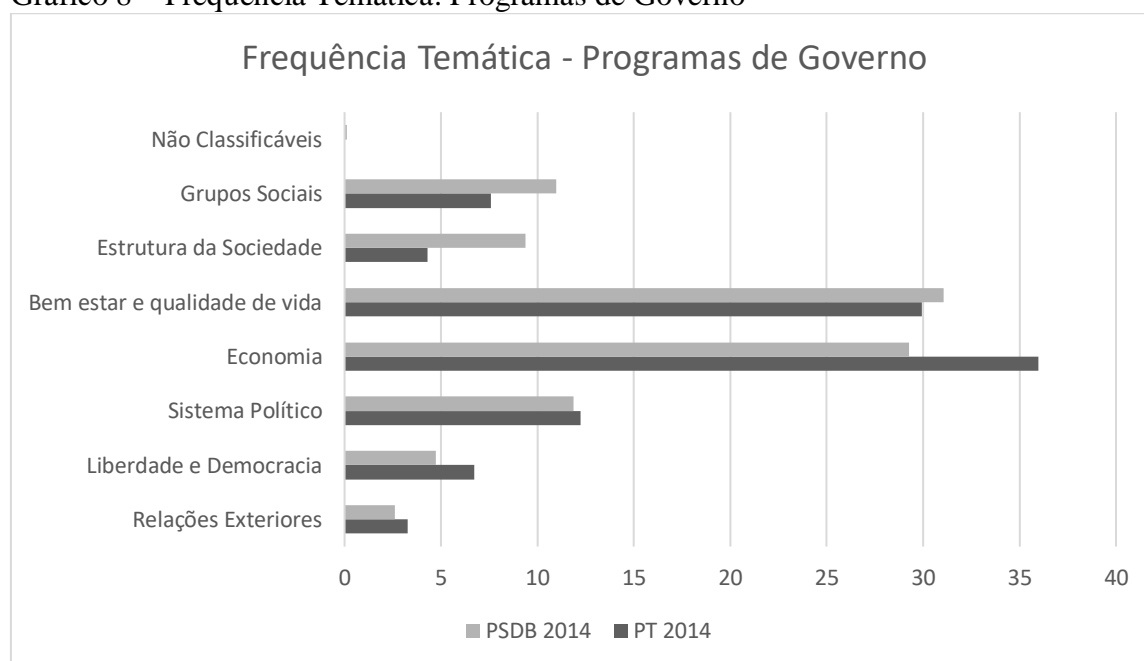
A opinião pública fora alimentada nos últimos anos por um efervescente cenário de crises: políticas, econômicas e éticas. Esse acabou sendo o tom de todo o contexto de campanha em 2014

La campaña electoral fue marcada por problemas que gobierno y el PT tuvieron que enfrentar con las investigaciones en relación con Petrobras, tras la Operación Lava Jato. A finales de julio de 2014 el Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU) condenó a directores y exdirectores de Petrobras a devolver 1,6 mil millones de reales (aproximadamente 720 millones de dólares en valores de aquella época) por perjuicios advenidos en la compra de la Refinería de Pasadena (Estados Unidos). Además de eso, el fantasma de la inflación, el bajo crecimiento económico y el alza del dólar eran una realidad que el gobierno debería superar en plena disputa electoral. Aparte de estos problemas, el primer gobierno de la petista había encontrado otros siete ministros acusados de corrupción, la insatisfacción con la política y con los servicios públicos, que culminaron con las manifestaciones de junio del 2013, y la detención de importantes miembros del PT resultante del juicio del mensalão (RIBEIRO; VIZONÁ; CASSOTA, 2016, p.54).

A campanha de segundo turno foi marcada pela temática da corrupção. O PSDB fez proveito das denúncias e investigações da Polícia Federal que atingiam os membros do PT e fez da temática uma das agendas centrais da campanha. O PT utilizou a técnica da defesa e da exploração dos casos de corrupção que o PSDB estava envolvido, além de exaltar os pontos positivos dos últimos governos.

O programa de governo do PT para as eleições de 2014 foi composto por 42 páginas subdivididas em duas seções: “Mais Mudanças” e “Novo ciclo histórico”. Paralelamente, o programa de governo do PSDB foi composto por 76 páginas, sendo dividido em 9 eixos. O partido adotou a estratégia de abordar de forma prioritária os programas de políticas sociais, deixando as questões econômicas, bandeira tradicional do partido, em segundo plano. Desse modo, percebeu-se uma inversão na trajetória de discurso dos dois partidos.

Gráfico 8 – Frequência Temática: Programas de Governo



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com o banco de dados do MARPOR.

O Gráfico 4 exhibe as frequências temáticas nos discursos e, se comparadas aos outros pleitos eleitorais, torna evidente uma mudança de ênfase programática no PT que passou a abordar mais a questão econômica do que as questões de cunho social e no PSDB que fez o movimento contrário, passando a abordar ligeiramente mais a política social do que debater os assuntos de origem econômica. As demais categorias apareceram com a frequência semelhante aos programas de 2002 e 2006.

Ao focar nas políticas sociais, o PSDB deu destaque às políticas públicas de assistência social, colocando 19 diretrizes apenas para essa área e destacando também as políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Nosso governo, em parceria com a sociedade, irá trabalhar para o verdadeiro fim da pobreza. É preciso dar um passo fundamental na nova Agenda Social do Brasil, reconhecendo que a pobreza vai muito além da ausência de renda. Estamos falando e debatendo um problema que mata todos os dias os sonhos e as esperanças de uma imensa parcela da população no Brasil. Combater a pobreza e as desigualdades sociais deve ser uma urgência do Estado Brasileiro e uma mobilização de todos, que devem defender uma política social que articule proteção social, crescimento individual, desenvolvimento familiar e desenvolvimento comunitário (PROGRAMA DE GOVERNO PSDB, 2014, p. 9).

Enquanto isso, o PT buscou o discurso da superação do problema da política social, que já teria se transformado em política sólida de Estado, e colocou ênfase no que seria um passo seguinte, trazendo para a agenda eleitoral o desenvolvimento econômico sustentável através do crescimento da produção e da riqueza do país

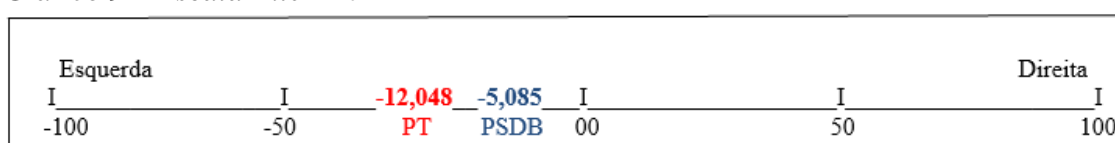
Doze anos de governos comprometidos com o desenvolvimento, com a geração de oportunidades e com a garantia de direitos colocaram o debate sobre o futuro do Brasil em outros termos. a discussão hoje é outra porque a tarefa de combater a extrema pobreza, que remonta à criação do estado Brasileiro, foi superada em pouco mais de uma década de governos integralmente comprometidos com o objetivo de mudar a realidade social do país. Para os cidadãos brasileiros, o necessário para o futuro mudou porque o patamar de exigências passou a ser outro: não querem mais o mínimo necessário para viver, mas o máximo possível para que mantenham o seu poder de consumo e possam acenar para seus filhos com vidas melhores que as deles. Deixamos para trás a estagnação econômica, a falta de esperança e de perspectivas que contaminavam o Brasil e os brasileiros quando o PT e os partidos aliados chegaram ao poder, em 2003. A profissão de fé do PT em um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável mostrou-se o caminho para construir um país melhor e muito menos desigual do que o oferecido ao Brasil antes de 2002. Um modelo sustentável de desenvolvimento, baseado no aumento de investimentos na economia, em inflação baixa, numa radical redução da pobreza, em redistribuição de renda e no fortalecimento do consumo de massa. (PROGRAMA DE GOVERNO PT, 2014, p.8).

O excerto acima pode ser considerado uma síntese das ideias que o partido pretendeu transmitir nas eleições de 2014 e refletiram os anseios trazidos pela opinião pública, diante da onda de crise econômica que afetou o crescimento do país e aumentou o índice do desemprego. O discurso também foi uma resposta à crise de popularidade do governo Dilma que permeou o movimento de manifestações populares em junho de 2013. Os protestos chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas simultaneamente nas ruas de 80 cidades e se transformaram nas maiores manifestações de rua do país em mais de duas décadas. Motivados pela resistência ao aumento do preço da passagem do transporte público na cidade de São Paulo, as manifestações agregaram diversas pautas: da insatisfação com a corrupção à ineficiência dos serviços públicos

e a contrariedade à realização da Copa do Mundo FIFA de futebol em 2014 (ROMÃO, 2014). O contexto político era de alta insatisfação com a administração pública e a classe política, fato que trouxe muita tensão ao debate eleitoral.

Nesse sentido, o PSDB realizou um exercício de tentar distanciar-se do PT e se apresentar como a real oposição a ser escolhida pela população. Em 12 anos, o partido apresentou o discurso com ênfase em questões mais à direita, o que fez com que sua posição na escala Rile fosse a mais próxima ao centro desde 2002.

Gráfico 9 – Escala Rile - 2014



Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados do projeto MARPOR.

Seguindo a tendência dos anos anteriores, o PT apresentou um discurso um pouco mais em direção ao centro, mas aumentou sua distância ideológica em relação ao PSDB. Marina Silva que, na eleição de 2010, pelo Partido Verde, havia ocupado a terceira via com um discurso de alta frequência de declarações à esquerda, em 2014, pelo PSB, ocupou a terceira via com discurso mais moderado e muito próximo ao PSDB, pontuando 5,394 negativo na escala Rile. As polêmicas morais que deram o tom da eleição fizeram com que Marina reeditasse seguidas vezes o programa de governo, na tentativa de evitar discursos mais demarcados, como os que tangiam as questões referentes à comunidade LGBTQIA+.

Depois de uma das campanhas mais acirradas da Nova República, Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos, com uma diferença de pouco mais de 3 milhões de votos sobre a votação de Aécio Neves. A baixa diferença de votos entre os dois candidatos foi o estopim para que o PSDB começasse uma campanha para deslegitimar a vitória de Dilma, inflando a opinião para uma suposta necessidade de recontagem de votos, a fim de investigar possíveis fraudes na eleição. Em 2015, os novos escândalos da lava-jato fizeram com que as críticas ao segundo mandato de Dilma se ampliassem, fato que levou milhares de pessoas às ruas, em manifestações que pediam para que ela se retirasse do governo. No mesmo ano, em uma manobra política e jurídica, o processo de impeachment da presidenta foi acolhido e aprovado na câmara dos deputados e no senado, colocando fim precoce ao segundo mandato de Dilma e ao quarto mandato do Partido dos Trabalhadores.

5.6. LIMITES DO MÉTODO E DISCREPÂNCIAS COM A REALIDADE BRASILEIRA

Embora o projeto MARPOR tenha considerado as peculiaridades do contexto brasileiro ao aplicar sua metodologia na análise dos programas de governo de PT e PSDB, chegando a criar categorias específicas para repúblicas Latino-Americanas e considerando o recente processo de democratização, o regime presidencialista e outras particularidades, notou-se que a adequação pode ter sido insuficiente. Tal afirmação foi feita diante da comparação com os resultados da análise dos mesmos dados realizada por pesquisadores brasileiros que, usando o método de codificação de sentenças, utilizaram uma maneira alternativa de classificação em categorias. Como exemplo, ressaltamos os resultados de Madeira, Vieira e Tarouco (2017), autores que realizaram o exercício de análise dos programas de governo do PT e do PSDB de 2006 a 2014.

Tabela 1 – Programas de Governo na literatura brasileira

Domínio		Documento					
		Lula2 (2006)	Dilma1 (2010)	Dilma2 (2014)	Alkmin (2006)	Serra (2010)	Aécio (2014)
0	Não classificáveis	7,50% (4,6)	16,20% (10,9)	4,20% (0,9)	1,00% (-5,7)	2,90% (-1,7)	3,10% (-0,6)
1	Relações exteriores	4,90% (2,3)	8,30% (4,8)	3,00% (0,0)	4,30% (3,4)	1,60% (-4,9)	2,00% (-1,8)
2	Liberdade e democracia	2,30% (0,7)	6,10% (4,9)	1,90% (0,0)	0,50% (-4,5)	1,10% (-3,3)	4,70% (6,7)
3	Sistema político	18,60% (5,9)	16,70% (3,5)	8,80% (-0,8)	11,40% (2,1)	7,30% (-5,4)	9,40% (-0,6)
4	Economia	23,30% (-4,4)	17,10% (-5,3)	38,90% (2,5)	41,00% (7,1)	34,00% (0,9)	25,10% (-5,6)
5	Bem estar e qualidade de vida	34,60% (-0,7)	25,90% (-3,4)	37,00% (0,3)	28,40% (-7,2)	40,30% (4,9)	42,60% (4,2)
6	Estrutura da sociedade	4,40% (-0,7)	6,10% (0,7)	3,70% (-1,4)	4,20% (-1,8)	5,20% (0,3)	7,00% (2,8)
7	Grupos sociais	4,40% (-2,1)	3,50% (-2,1)	2,50% (-3,8)	9,10% (3,8)	7,60% (1,5)	6,00% (-1,2)
Total	% (N)	100,00% (387)	100,00% (228)	100,00% (432)	100,00% (1432)	100,00% (2216)	100,00% (880)

Fonte: Retirado de Madeira, Vieira e Tarouco (2017).

A julgar pelos programas, cabe salientar o papel central que questões relacionadas à economia e ao estado de bem-estar possuem na agenda eleitoral de ambos os partidos. A atuação e a posição do estado como indutor do desenvolvimento econômico e garantidor de serviços (saúde, educação, etc.) ao cidadão estruturam todos os programas aqui examinados. O que existe de diferente entre os partidos, em 2006 e em 2010, é que, entre esses dois domínios, o PT priorizou o estado de bem-estar, enquanto que o PSDB tendeu a priorizar a economia. Em 2014, essa relação se modifica. É possível que o aumento nas ênfases em bem estar social pelo PSDB, após 2010, esteja relacionado ao sucesso dos programas de transferência de renda e suas condicionalidades (obrigatoriedade de crianças matriculadas, controle médico, cartão de vacina em dia, etc.) (MADEIRA; VIEIRA; TAROUÇO, 2017, p. 270).

Os autores mostraram uma tendência tanto do PT quanto do PSDB em priorizarem determinados temas, revelando assim preferências específicas. No entanto, tais preferências não seriam estáticas, fato que pode ser observado na inversão entre os dois partidos de 2010 para 2014, no que se refere às ênfases materialistas e pós materialistas.

É interessante destacar a diferença de resultados entre a codificação realizada pelos autores brasileiros e pela equipe do MARPOR em todas as categorias. Isso se deve a uma adequação da metodologia realizada pelos pesquisadores brasileiros.

Tal escala também já foi adaptada para refletir melhor os termos específicos da competição política no Brasil. A escala original do MRG/MARPOR é construída com categorias que refletem elementos considerados típicos de esquerda e de direita, no contexto europeu, onde sua aplicação é extensa e aparentemente incontroversa. Para analisar a ideologia dos manifestos partidários no Brasil, entretanto, propusemos uma adaptação da escala para adequá-la às especificidades históricas brasileiras (Tarouco; Madeira, 2013). Nossa medida de ideologia, então, inclui, além de questões econômicas e de redistribuição, o aspecto do papel do Estado na manutenção da ordem através das Forças Armadas (MADEIRA; VIEIRA; TAROUÇO, 2017, p. 264).

A adequação da metodologia fez com que os resultados dos dados categorizados apresentassem consideráveis diferenças. No que se refere ao PT, foi possível perceber que os pesquisadores brasileiros atribuíram mais sentenças ao domínio 5, correspondente ao tema do “Bem-estar e qualidade de vida”. Não obstante, por mais que não existisse equivalência entre os dados, as duas codificações chegaram aos mesmos resultados sobre a ênfase temática do partido, revelando uma constante ao longo das três eleições analisadas.

Tabela 2 – Comparação entre codificadores estrangeiros e brasileiros - PT

	PT - 2006		PT - 2010		PT - 2014	
	MARPOR	Pesquisadores Brasileiros	MARPOR	Pesquisadores Brasileiros	MARPOR	Pesquisadores Brasileiros
Relações Exteriores	6,9	4,9	10,6	8,3	3,2	3
Liberdade e Democracia	11,7	2,3	10,6	6,1	6,7	1,9
Sistema Político	14,21	18,6	12,1	16,7	12,2	8,8
Economia	25,2	23,3	23,1	17,1	35,9	38,9
Bem Estar e Qualidade de Vida	26,5	34,6	28,7	25,9	29,9	37
Estrutura da Sociedade	8,2	4,4	8,3	6,1	4,3	3,7
Grupos Sociais	6	4,4	5,3	3,5	7,5	2,5
Não Classificáveis	1,2	7,5	1,1	16,2	0	4,2

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere à análise dos programas de governo do PSDB, percebeu-se uma distância maior entre a interpretação dos pesquisadores brasileiros e do MARPOR.

Tabela 3 – Comparação entre codificadores estrangeiros e brasileiros - PSDB

	PSDB - 2006		PSDB - 2010		PSDB - 2014	
	MARPOR	Pesquisadores Brasileiros	MARPOR	Pesquisadores Brasileiros	MARPOR	Pesquisadores Brasileiros
Relações Exteriores	2,8	4,3	0,7	1,6	2,5	2,0
Liberdade e Democracia	3,3	0,5	4,1	1,1	4,7	4,7
Sistema Político	13,8	11,4	9,6	7,3	11,8	9,4
Economia	41,2	41	38,6	34	29,2	25,1
Bem Estar e Qualidade de Vida	23,2	28,4	28,2	40,3	31,0	42,6
Estrutura da Sociedade	5,8	4,2	6,9	5,2	9,3	7,0
Grupos Sociais	7,7	9,1	6,3	7,6	10,9	6,0
Não Classificáveis	1,9	1,0	5,2	2,9	0,1	3,1

Fonte: Elaborada pela autora.

Com valores que demonstraram codificações bem diferentes em níveis gerais, alguns deles merecem destaque. Em 2010, existia uma considerável inconsistência de categorização no que se referia aos domínios “Economia” e “Bem-Estar e Qualidade de Vida”. Enquanto o projeto MARPOR considerava que PSDB deu ênfase ao tema da agenda econômica, os pesquisadores brasileiros atribuíram maior ênfase ao tema do “Bem-Estar e da Qualidade de Vida”. As inconsistências de codificação afetaram também a classificação dos partidos na escala Rile que pretende mensurar o posicionamento ideológico dos partidos a partir do discurso nos programas de governo.

Tabela 4 – Posição na esquerda-direita

	MARPOR	PESQUISADORES BRASILEIROS
PT - 2006	-19,005	-8
PSDB - 2006	-9,202	-7,5
PT - 2010	-13,6	-7,5
PSDB - 2010	-11,3	-16,8
PT - 2014	-12	-2,3
PSDB - 2014	-5,085	-13,9

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir de uma escala envolvendo diferentes categorias que justamente refletiam a adequação ao contexto político brasileiro, assim como a subjetividade dos pesquisadores que a elaboraram, o resultado demonstrou total divergência entre as classificações do método europeu e do método brasileiro. Mesmo que o MARPOR tenha realizado o esforço de inserir categorias particulares ao contexto latino-americano, ainda se mostrou incipiente diante da discordância com o que a literatura brasileira colocou como mais adequado. A discordância levou a resultados totalmente díspares, como a classificação do PSDB que, no caso da codificação brasileira, ficou situado mais à esquerda do que o PT.

Considerando os limites da experiência de codificação, Madeira, Vieira e Tarouco (2017) já previam possíveis discricionariedades a depender da subjetividade do pesquisador que realizasse a categorização, fato que afetaria a confiabilidade dos dados.

A confiabilidade de uma medida é a sua capacidade evitar erros de mensuração. A discordância entre dois codificadores é um indicador de que há algum erro de codificação. Resultados obtidos por codificadores diferentes (ou pelo mesmo codificador em momentos diferentes no tempo) não devem variar muito. A codificação feita com base em uma variedade menor de categorias mais genéricas favorece uma concordância entre distintos codificadores maior do que aquela feita com base em categorias mais precisas (Tarouco, Vieira e Madeira, 2015, p. 142).

Para melhorar o índice de confiabilidade e proteger a pesquisa de um possível resultado enviesado, os autores brasileiros propõem que, diferente do que acontece no projeto MARPOR em que geralmente apenas um pesquisador tem feito a análise de um programa, se faça a análise de maneira compartilhada com pelo menos três pesquisadores, para fins de testar a confiabilidade dos dados e perceber se houve classificação discricionária. A literatura costuma se valer do Teste Kappa (Cohen, 1960), conhecido como índice K, para comparar os dados resultantes dos diferentes pesquisadores, verificando quantas vezes eles concordaram com a classificação de uma mesma sentença. Através do teste, os autores brasileiros conseguiram aplicar maior grau de confiabilidade em seus resultados, chegando à codificação menos enviesada.

Tabela 5 – índice K de concordância entre as classificações dos pesquisadores

Par de classificações	Índice K
Pesquisador 3 x Pesquisador 2	0,883653721
Pesquisador 3 x Pesquisador 1	0,684275116
Pesquisador 1x Pesquisador 2	0,664122137

Fonte: Retirada de Madeira, Vieira e Tarouco (2017).

O resultado do teste de índice K mostrou aos pesquisadores que as três classificações estavam adequadas, pois possuíam bom nível de coerência, sendo uma delas classificada com um nível excelente de acordo com os níveis que a literatura indicava.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados obtidos no projeto MARPOR, pode-se traçar um perfil de uso dos programas de governo por PT e PSDB. Apesar de obrigatório, cada partido encarou os programas de uma maneira diferente. Considerou-se que o exercício não foi suficiente para responder as questões propostas por Harmel (2018), sobre como e com quais objetivos os programas são construídos, pois considerou-se que para tanto seria necessária uma análise a partir de entrevistas com os responsáveis pela escrita e organização dos programas nos períodos eleitorais. No entanto, foi possível levantar alguns indicativos sobre os seguintes elementos:

- 1) grau de importância dado ao documento pelo partido: o Partido dos Trabalhadores trabalhou muito mais seu programa quando ainda era oposição, trazendo ao público um documento maior e mais robusto. Ao vencer as eleições de 2002 e permanecer liderando as pesquisas para os pleitos seguintes, o partido foi diminuindo o tamanho dos programas, chegando a ter programas muito resumidos nas eleições de 2010 e 2014, nessa última acabou sendo inclusive acusado de não ter registrado de maneira oficial um programa de governo adequado, fato repetido inúmeras vezes pelo candidato Aécio Neves nos debates televisivos analisados nos capítulos seguintes. O PSDB, em movimento contrário, construiu documentos extensos, com temáticas detalhadamente exploradas. Nesse sentido, pode-se afirmar que os documentos do PSDB possuíam maior quantidade de promessas (quando se descreveu ações e medidas para executá-las), enquanto o PT passou, ao longo dos anos, a abandonar as promessas e documentar apenas compromissos mais gerais (no qual se detalhou um comprometimento com uma determinada ação, mas sem detalhar como se pretende executá-la). De acordo com Bara (2005), o conteúdo das propostas pode variar de acordo com o grau de qualidade na democracia. Esse ponto será melhor debatido nas conclusões dessa tese;
- 2) grau de coerência programática com os documentos de origem do partido: os resultados demonstrados pelo projeto MARPOR mostraram que o Partido dos Trabalhadores manteve um grau significativo de coerência ideológica com seus documentos de origem, ao passo que o partido manteve a ênfase no combate à pobreza e na promoção de uma sociedade mais igualitária a partir do respeito aos direitos dos trabalhadores. Tais temas sempre estiveram muito presentes em todos os programas de governo. Os programas do PSDB revelaram sua preocupação com a agenda econômica no mesmo nível demonstrado por sua trajetória de discurso desde a criação do partido. Baseados na social-democracia, os programas demonstraram preocupações com as políticas de bem-estar social, mas com menor ênfase que o PT, deixando assim a política econômica com um considerável grau de prioridade.

No entanto, também foi preciso destacar a incongruência entre a categorização realizada pelo método europeu, mesmo que tenha sido realizado um esforço de ampliar as categorias para a realidade das democracias latino-americanas, com a categorização realizada pelos pesquisadores brasileiros. Foi notável que a adequação do método gerou resultados diferentes e que muitas vezes foi necessário que pesquisadores dos respectivos países realizassem um

exercício de comparação com os dados disponíveis no MARPOR para que se inferisse se eles eram ou não suficientes para uma análise condizente com a realidade dos países. A metodologia sem adequações mostrou-se frágil justamente quando os países que eram objeto de análise fugiam às características das democracias ocidentais tradicionais.

CAPÍTULO 6. DISCURSOS NOS DEBATES TELEVISIVOS: PROGRAMÁTICO OU PERSONALISTA?

6.1 INTRODUÇÃO

Conforme determina o artigo 46 da lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, todos os candidatos que pertencem a partidos com representação no Congresso Nacional devem ser convidados para participação nos debates, enquanto os candidatos restantes tem seu convite facultativo. No entanto, a lei pouco versa sobre o modelo a ser seguido, deixando as emissoras com liberdade para esquematizar o enfrentamento entre os candidatos. Com histórico no Brasil desde 1989, os debates ganharam forma mais definida apenas em 2002, quando a TV Globo fez uma ruptura com o modelo mais genérico e passou a seguir o modelo americano conhecido como *town-hall meeting*, em que os candidatos circulam pelo cenário e são questionados por eleitores indecisos sobre questões relevantes ao interesse nacional.

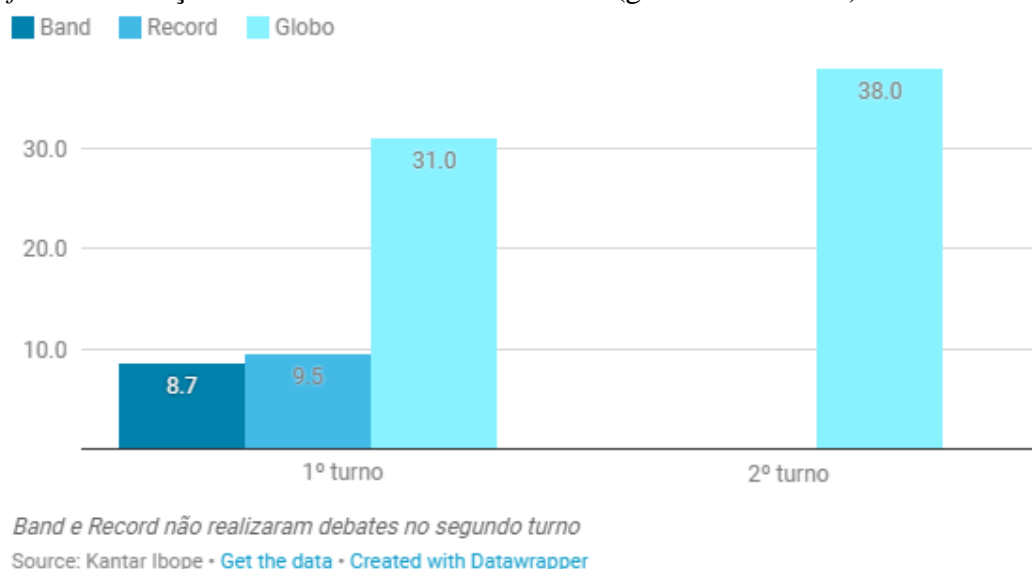
Para um melhor entendimento do conteúdo e estratégia discursiva dos candidatos do PT e do PSDB, optou-se, nessa pesquisa, por trabalhar justamente com o recorte dos debates realizados pela TV Globo no período do segundo turno. Para avaliar o discurso, foi utilizado o método de classificação em categorias temáticas do MARPOR. Através da análise, pretendia-se responder a algumas questões mais gerais: quais os temas mais frequentes no discurso dos candidatos brasileiros no período de maior tensão pré-votação? A frequência dos temas debatidos podem ser indício de posicionamento ideológico partidário? Ou seja, os discursos nos debates televisivos seguem uma linha programática firme ou se adequam ao “espetáculo” midiático promovido pela opinião pública?

Como ressaltado anteriormente, a presente pesquisa selecionou as edições de debates televisivos consideradas mais influentes nos resultados eleitorais, sendo essa influência medida pela pesquisa IBOPE de audiência. Os debates da Rede Globo possuem a maior audiência, assim como a maior proximidade dos momentos mais decisivos do pleito por se darem comumente na véspera eleitoral. A ênfase no discurso de cada candidato foi medida pela recorrência dos temas nos momentos em que o candidato poderia realizar questões de forma autônoma, mas também nas questões direcionadas por eleitores e jornalistas pelo fato de que foi observado uma certa autonomia nas respostas que levavam, na maioria das vezes, o candidato a debater outros temas que achava relevante.

6.2 2002 – LULA E SERRA: O DEBATE PROGRAMÁTICO

As eleições de 2002 aconteceram em um contexto em que a televisão ainda era o meio pelo qual os eleitores possuíam grande parte das informações que os levavam a decidir o voto. Sem o avanço da internet e redes sociais que caracterizaram as últimas eleições, o momento do debate televisivo era esperado pelos eleitores como o grande momento da comunicação “direta” com seu candidato e o qual seria possível avaliar o desempenho perante às câmaras e aos temas polêmicos. Caracterizados como *Media Events*, a TV Globo divulgava os encontros como grandes acontecimentos e acabava sendo consagrada com o maior índice de audiência.

Gráfico 10 – Eleições 2002: audiência dos debates (grande São Paulo)



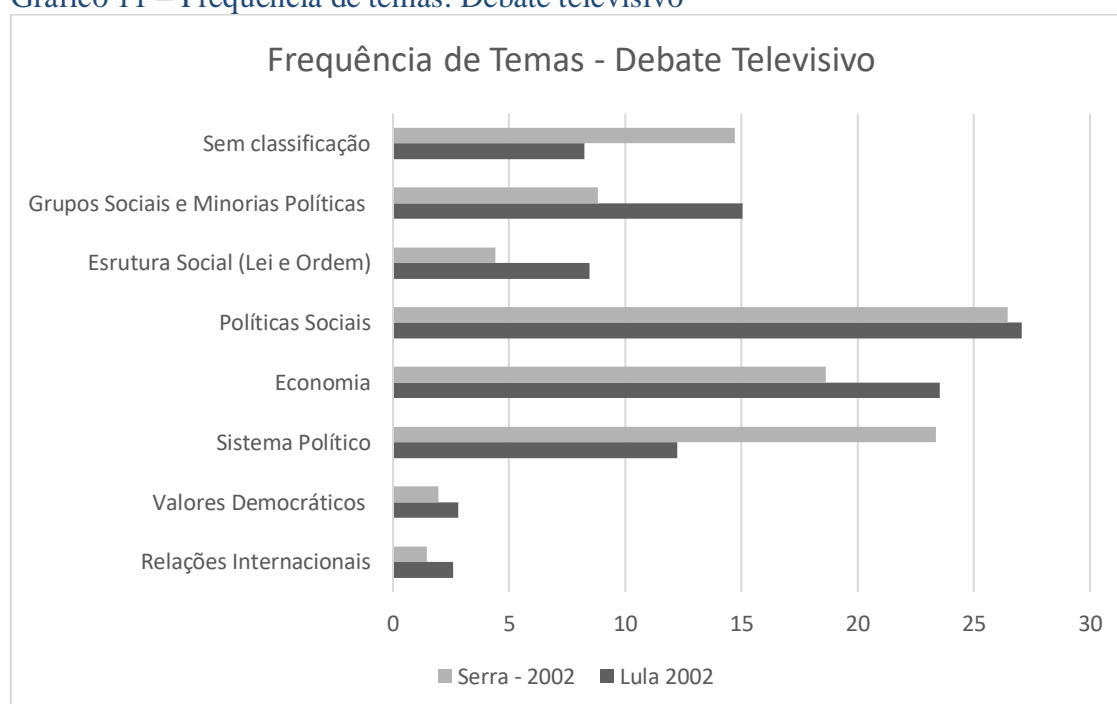
Fonte: Retirado do arquivo IBOPE

O debate, exibido ao vivo, com aproximadamente duas horas de duração, foi dividido em cinco blocos. Nos quatro primeiros, Lula e Serra responderam juntos a um total de 16 perguntas sobre temas de interesse da população (os temas foram abordados na seguinte ordem: habitação, previdência, saúde, planos de saúde privados, programas sociais de distribuição de renda, melhora de condição de vida nas favelas, tráfico, valorização do salário mínimo, criminalidade, carga tributária desvalorização da moeda, meio ambiente, transporte, inflação, desemprego, qualidade na educação em geral e no ensino superior) e, no último bloco, cada participante teve dois minutos para fazer suas considerações finais. Não houve pergunta de

candidato para candidato – as próprias respostas eram usadas para provocar a reação do adversário. William Bonner, o jornalista responsável por realizar a mediação, fez perguntas complementares a alguns temas. Como previsto, os dois candidatos se movimentaram livremente pela arena e seus movimentos eram captados por várias câmeras. Assim, enquanto Serra falava, Lula poderia se aproximar bem dele para encará-lo ou vice-versa, cenas condizentes com o modelo americano de arena de debate.

O exercício de análise do conteúdo transcrito em forma de texto demonstrou que os presidentiáveis utilizaram a maior parte do tempo para debater propostas, respondendo aos eleitores com citações dos projetos que pretendiam implementar. As sentenças discursivas consideradas como não classificáveis diziam respeito aos cumprimentos e às saudações, assim como recortes de frases com figuras de linguagem em que não necessariamente foi transmitida uma ideia com argumento fechado. Em 2002, os temas apareceram nas seguintes frequências.

Gráfico 11 – Frequência de temas: Debate televisivo



Fonte: Elaborado pela autora a partir da metodologia do projeto MARPOR.

O exercício de classificação do discurso nas categorias do método MARPOR mostrou uma tendência de discurso nos temas referentes às políticas sociais (domínio 5) e às políticas econômicas (domínio 4) presente no discurso dos dois candidatos. Lula deu maior ênfase às questões econômicas do que Serra, chegando a citar três vezes mais a questão da importância do crescimento econômico (cat 410), confirmando a preocupação da candidatura petista em se

reafirmar como um projeto que não colocaria em risco a macroeconomia nos moldes do mercado financeiro. A mesma preocupação esteve presente no programa de governo e nas inserções do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

O que nós queremos é, primeiro, retomar o crescimento da economia, estabelecer negociações para que seja retomado o crédito para as nossas exportações, porque o Brasil é tão grande, o Brasil tem um potencial tão extraordinário que nós não poderemos ficar com uma política econômica vulnerável como nós estamos hoje, dependendo, né, de meia dúzia de especuladores quando o povo quer trabalhar, que produzir, quer gerar empregos e quer gerar riqueza. E quando isso acontecer você vai perceber que o dólar vai ficar, mais ou menos, equilibrado (INFORMAÇÃO VERBAL LULA, debate 2002).

Pode-se perceber também que os candidatos encararam o debate televisivo como a oportunidade de reafirmar bandeiras históricas as quais queriam representar. Por exemplo, o candidato Lula abordava, em diversos trechos, a questão da legislação trabalhista e da luta dos sindicatos - grupo político do qual fez parte durante o período de regime militar, chegando a abordar a questão do combate ao desemprego duas vezes mais que o candidato tucano, inserindo o tema até mesmo quando a questão era sobre outro assunto. Usando da mesma estratégia, Serra realizou várias inferências sobre a política social destinada à saúde, colocando-se como experiente nas dinâmicas do SUS, justamente por ter ocupado o Ministério da Saúde durante o governo de FHC. Um exemplo emblemático dessa estratégia está na resposta de Serra quando questionado sobre a temática do combate ao tráfico de drogas e à criminalidade, na qual o candidato inseriu o tema da saúde pública na resposta

E pelo tempo que eu tenho eu vou falar de um aspecto só no caso que é a questão da recuperação, que esta é uma coisa que no Brasil ficou mais de lado, ficou mais pra trás. A gente tem que evidentemente combater o tráfico de drogas, de armas, de tudo mais, isto é quase consensual, isto que o Lula falou tá todo mundo de acordo no Brasil, o problema é fazer. Agora a questão fundamental é do tratamento, da recuperação. No Ministério da Saúde eu criei um programa de clínicas de recuperação e tá começando esse programa agora, já tem 90 no Brasil nós vamos criar 200 nas maiores cidades brasileiras de graça pelo SUS, convênios com a área privada, com áreas, an, com organizações não-governamentais pra poderem atender direito, não é um trabalho diretamente governamental, isso é fundamental pra nossa população (INFORMAÇÃO VERBAL LULA, debate 2002).

Para além das estratégias discursivas, pode-se dividir as temáticas do debate entre prioritárias (que apareceram numa frequência maior que 20%), secundárias (de 10% a 20%), pouco relevantes (3% a 10%) e irrelevantes (0 a 3%). Nesse sentido, destacou-se:

Tabela 6 – Frequência temática no discurso dos presidentiáveis em 2002

Frequência temática no discurso dos presidentiáveis - 2002				
	Lula - PT		Serra - PSDB	
Relações Internacionais	2,588	irrelevante	1,47	irrelevante
Valores Democráticos	2,823	irrelevante	1,96	irrelevante
Sistema Político	12,235	secundária	23,359	prioritária
Economia	23,529	prioritária	18,627	secundária
Políticas Sociais	27,058	prioritária	26,47	prioritária
Estrutura Social (Lei e Ordem)	8,47	pouco relevante	4,411	pouco relevante
Grupos Sociais e Minorias Políticas	15,058	secundária	8,823	pouco relevante

Fonte: Elaborado pela autora a partir do debate televisivo do 2º turno – TV Globo.

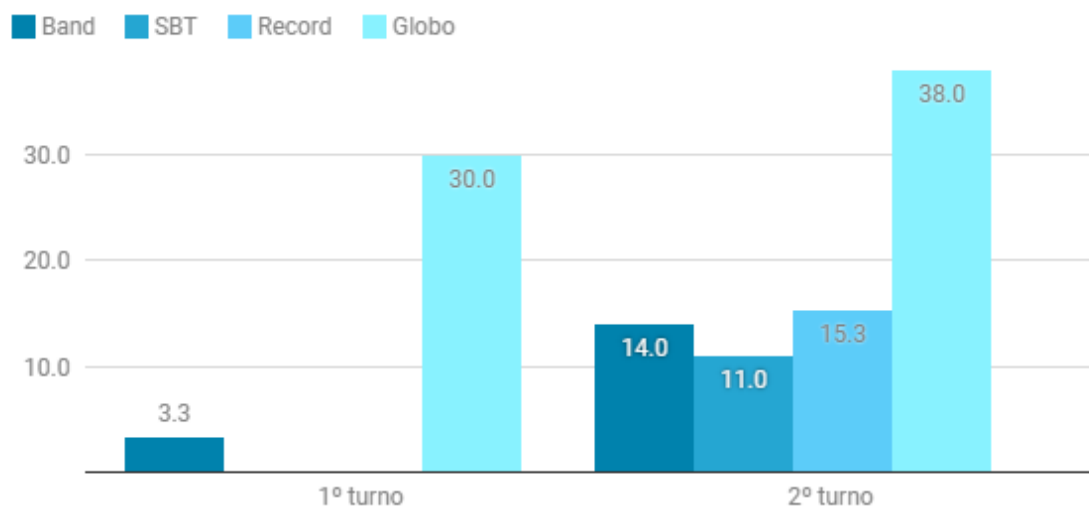
6.3 ELEIÇÕES 2006: A CORRUPÇÃO EM CENA

As eleições de 2006 foram marcadas pela inversão de posições, o PT era situação e buscava a reeleição através de Lula que finalizava seu mandato com 52% de aprovação²² e o PSDB, na condição de oposição, lançava novo candidato, Geraldo Alckmin, substituindo o anterior José Serra. A disputa prometia acirramento diante dos escândalos de corrupção que supostamente envolviam membros do Partido dos Trabalhadores da confiança do então presidente Lula. O fato, que dominou a opinião pública, fez com que Lula decidisse por não participar dos debates no primeiro turno. Em nota²³ divulgada no site oficial da campanha, declarou que tomou a decisão devido ao “grau de virulência e desespero de alguns adversários, que estão deixando em segundo plano o debate de propostas e ideias, para se dedicar, quase exclusivamente, aos ataques gratuitos e agressões pessoais”. A Rede Globo e a TV Bandeirantes optaram por manter a cadeira de Lula vazia nos primeiros debates, enquanto SBT e Record desistiram de realizar o debate do primeiro turno.

²² O índice era bastante elevado se considerada a comparação com a aprovação de 35% de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, ao final do segundo mandato. Fonte: DataFolha.

²³ Nota disponível na íntegra atualmente nos arquivos da Rede Globo, no seguinte endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1290410-6282,00.html>.

Gráfico 12 – Eleições 2006: a audiência dos debates (grande São Paulo)



SBT e Record não realizaram debates no primeiro turno

Source: Kantar Ibope • [Get the data](#) • Created with [Datawrapper](#)

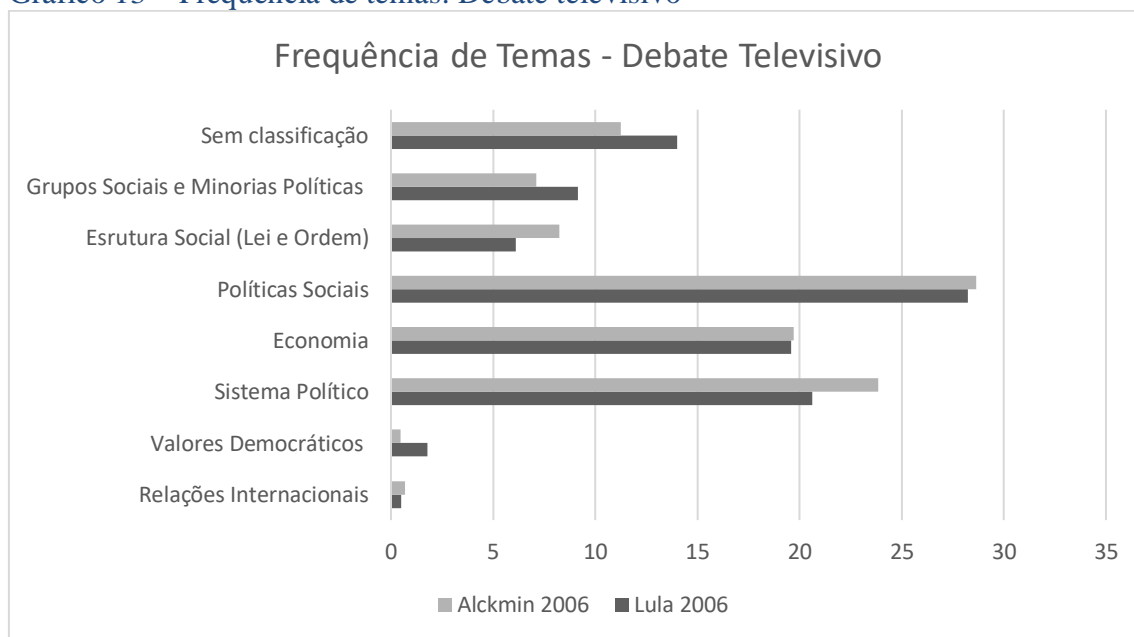
Fonte: Retirado de Portal UOL (2006).

Após o resultado do primeiro turno, as emissoras novamente convidaram Lula e Alckmin para o debate e receberam, dessa vez, uma resposta positiva em relação à participação do presidente Lula que, com o avanço da campanha, considerou o debate como um importante instrumento de comunicação com os eleitores. Os debates foram promovidos pelo SBT, Rede Record, TV Bandeirantes e Rede Globo – essa exibiu o último debate (26/10) e que, às vésperas da eleição, foi o que novamente apresentou a maior pontuação do IBOPE, tendo sido esperado pela população como um instrumento de definição de voto.

O jornalista William Bonner mediou o encontro dividido em quatro blocos com duração total de 1h50. Oitenta eleitores indecisos, selecionados pelo Ibope, em diversos estados, fizeram parte da plateia. Cada eleitor elaborou cinco perguntas, nenhuma delas específica ou dirigida a um dos dois candidatos. Foram selecionadas pela equipe de jornalismo 12 perguntas a serem feitas durante os três primeiros blocos. Geraldo Alckmin deu início ao debate, respondendo a uma eleitora do Pará sobre educação. Seguindo a regra, Lula deu continuidade ao tema, com resposta de Alckmin e, então, réplica e tréplica. Os temas foram: previdência, saúde, saneamento básico, desemprego, meio ambiente, corrupção e legislação trabalhista, entre outros. No último bloco, os candidatos fizeram perguntas um ao outro, rompendo com o modelo do debate em 2002, no qual esse momento de embate direto não existiu. A adequação fez jus a

alguns críticos que apontaram como prejudicial ao contexto brasileiro a adoção total do modelo americano conhecido como *town-hall meeting*, em que os candidatos eram questionados apenas por eleitores indecisos, em formato de arena. Os temas ficaram distribuídos na seguinte frequência:

Gráfico 13 – Frequência de temas: Debate televisivo



Fonte: Elaborado pela autora a partir do método do projeto MARPOR.

A frequência do tema da corrupção, correspondente à categoria 304, fez com que o domínio 3, sobre sistema político, se tornasse um dos temas prioritários. O acontecimento mostrou que os debates televisivos, de fato, refletem os assuntos que estão em alta na opinião pública, deixando de lado, muitas vezes, a abordagem sobre programas e projetos. Se em 2002 o PT se preocupava em passar uma imagem confiante ao mercado, o que fez da política econômica seu ponto principal, em 2006 o partido foi obrigado a dedicar parte de seu discurso às garantias de honestidade e eficiência na administração pública. Ao abordar a questão da corrupção, o candidato Lula reafirmou a importância de um governo que garante a liberdade de investigação e incentiva o trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal. Ao se defender dos possíveis casos de corrupção presentes em seu governo, o presidente enfatizou que, na verdade, os casos apareciam justamente por que se havia liberdade para investigar

Queria aconselhar que o povo brasileiro lesse o livro do nosso Cláudio Fonteles que foi o procurador-geral da República de 2003 a 2005. E lesse na página 394 um trecho em que ele diz textualmente, que a corrupção está aparecendo agora porque era um tumor que estava enrustido e na hora que nós metemos a agulha e começamos a espremer, começou a sair o pus. Isto está na página duzentos e, trezentos e noventa e quatro do livro do Cláudio Fontele, porque nós resolvemos combater a corrupção. Vocês sabem que no nosso governo as coisas não são jogadas de baixo do tapete, não (INFORMAÇÃO VERBAL LULA, debate 2006).

Em resposta, Alckmin seguiu trazendo outras informações de escândalo, fazendo intensa referência ao Partido dos Trabalhadores e reforçando a tentativa de associar casos de corrupção à imagem do partido no imaginário popular:

Não é verdade. Primeiro, os escândalos não param, não aprenderam com a crise. Eles não param, são sem fim. O último agora foi no aeroporto de São Paulo, 100 milhões de superfaturamento na colocação do pro.. do, do promotor público, do Ministério Público Federal. A segunda questão é que não apuraram nada. Uma CPI saiu por decisão do Supremo Tribunal Federal, a outra contra os votos do PT, escondem tudo esse é o fato. Aliás, nem o dinheiro do dossiê, 45 dias depois, ninguém diz. Não é possível o Brasil continuar assim. O líder do PT, governador eleito, coordenador da campanha do Lula dizer: “o petista pode mentir, tem direito de mentir”. Mas que país nós vamos construir com esses exemplos? Exemplo da mentira, esconder as coisas, proteger os companheiros, não. Esse país não é o país que nós queremos construir (INFORMAÇÃO VERBAL ALCKMIN, debate 2006).

Para além da corrupção, o PSDB também trouxe como prioridade o tema da política social. Reconhecido pela conquista da estabilidade econômica na década de 90 com o Plano Real, o partido carregava consigo a acusação de fazer o país crescer, mas não distribuir a renda advinda desse crescimento. Com o sucesso das políticas sociais do PT, a ampliação e intensificação do projeto “Fome Zero” com o programa “Bolsa Família” fez com que Alckmin forjasse o debate da política social enquanto política de Estado. Por ser oposição ao governo petista, foi preciso destacar a importância das políticas públicas sociais em sua diversidade: passando pela saúde, educação, habitação, previdência, entre outras.

Dessa forma, pode-se elencar a prioridade dos temas na seguinte proporção:

Tabela 7 – Frequência temática no discurso dos presidenciáveis em 2006

Frequência Temática no discurso dos Presidenciáveis				
	Lula 2006		Alckmin 2006	
Relações Internacionais	0,508	irrelevante	0,688	irrelevante
Valores Democráticos	1,781	irrelevante	0,458	irrelevante
Sistema Político	20,61	prioritária	23,853	prioritária
Economia	19,592	secundária	19,724	prioritária
Políticas Sociais	28,244	prioritária	28,655	prioritária
Estrutura Social (Lei e Ordem)	6,106	pouco relevante	8,256	pouco relevante
Grupos Sociais e Minorias Políticas	9,16	pouco relevante	7,11	pouco relevante

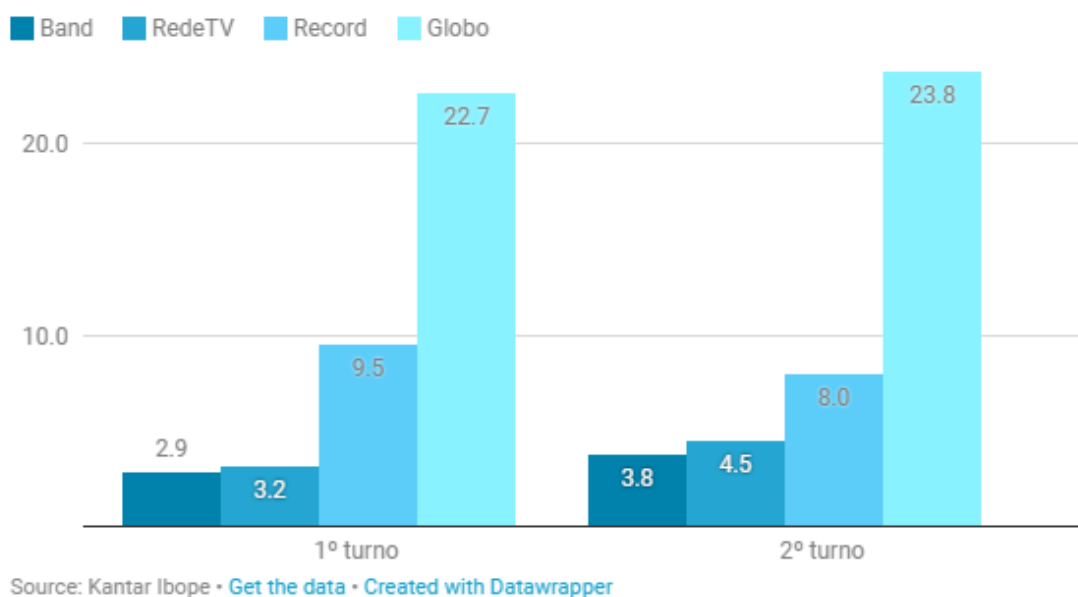
Fonte: Elaborada pela autora a partir do debate televisivo do 2º turno – TV Globo.

6.4 ELEIÇÕES 2010: A PERSONALIZAÇÃO DO DEBATE

Após dois governos petistas, a eleição de 2010 marcou a terceira tentativa de retorno dos tucanos ao governo federal. Para Lula, que encerrou o mandato com cerca de 87% de aprovação, o desafio era lançar uma candidatura forte que pudesse substituí-lo e consolidar o terceiro mandato petista. A opção de Lula foi lançar Dilma Rousseff, ex Ministra-chefe da Casa Civil. O PSDB recorreu a José Serra, o candidato que havia enfrentado Lula em 2002, sem sucesso.

Todas as emissoras que tradicionalmente organizavam debates – Bandeirantes, Rede TV, Record e Globo realizaram os encontros no primeiro e no segundo turno. Embora tenha ocorrido uma queda considerável na audiência, o debate da Rede Globo ainda se manteve como o de maior alcance e poder de interferência na decisão de voto às vésperas da eleição.

Gráfico 14 – Eleições 2010: audiência dos debates (grande São Paulo)



Fonte: Retirado do arquivo online UOL²⁴.

Durante a campanha, especialmente no segundo turno, o embate entre os candidatos mais votados Dilma Rousseff e José Serra tornou-se mais acirrado. Algumas questões foram recorrentes nessa fase na propaganda gratuita na TV, na Internet e outros meios de comunicação, especialmente com comparações entre os governos Lula e FHC e um compilado de questões morais em que a opinião pessoal dos candidatos passou a ser questionada e considerada. Os debates passaram pelas questões de gênero em dois momentos: i) pelo questionamento da opinião de Dilma sobre uma possível descriminalização do aborto no Brasil, fato levantado por conta da exibição de vídeos de anos anteriores ao período eleitoral em que a candidata se colocava à favor da descriminalização e ii) o questionamento da opinião de Dilma sobre a regulamentação do casamento homoafetivo. A propaganda do horário gratuito de Serra usou dos valores morais religiosos para questionar tais posicionamentos de Dilma.

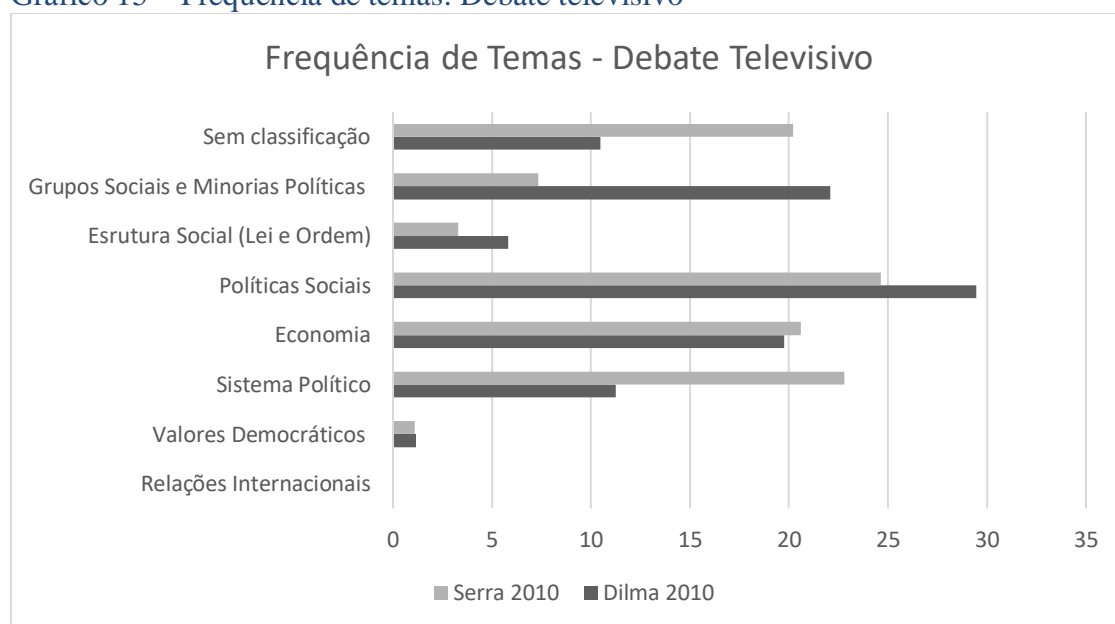
Outra questão do passado debatida exaustivamente na opinião pública foi a atuação pessoal de Serra e Dilma durante a ditadura militar. A manipulação de informações pelos comitês de campanha e pelos apoiadores de um lado e de outro, especialmente na Internet, tornou difícil para os eleitores julgarem o que seriam os fatos verdadeiros e os boatos falsos

²⁴ Disponível em <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2018/10/27/20-anos-de-debates-presidenciais-na-tv-em-numeros-de-audiencia-121260.php>

associados a essas questões polêmicas. No entanto, a análise do debate de segundo turno, realizado pela presente pesquisa, mostrou que, pelo menos nesse momento, esses assuntos mais polêmicos foram deixados de lado, ainda que o foco na vida e nas competências pessoais também tenha ocorrido.

Os candidatos responderam às perguntas formuladas por eleitores indecisos que estavam na plateia. O instituto de pesquisas Ibope foi responsável pela seleção dos participantes, oriundos de diferentes estados do país. A definição das perguntas seguiu a seguinte dinâmica: na véspera do debate, cada eleitor indeciso formulou cinco perguntas, individualmente e por escrito, sobre temas de interesse nacional definidos pela produção. Os temas foram saúde, educação, meio ambiente, políticas sociais, previdência, investimento em infraestrutura, política econômica, agricultura, saneamento, política externa, corrupção, transportes, desemprego, segurança, habitação, funcionalismo público, impostos, legislação trabalhista e energia. De um total de 400 perguntas, foram selecionadas as 12 mais representativas de cada tema. As questões não foram específicas ou dirigidas a um dos dois candidatos. O debate foi dividido em três blocos em que os dois candidatos responderam às perguntas dos indecisos. Um sorteio definiu que Serra responderia a primeira questão. A segunda pergunta foi respondida por Dilma e assim sucessivamente, fazendo com que ambos respondessem o mesmo número de questões.

Gráfico 15 – Frequência de temas: Debate televisivo



Fonte: Elaborado pela autora a partir da metodologia do projeto MARPOR.

O Gráfico 15 mostra que, em relação aos anos anteriores, cresceram de maneira significativa as sentenças de discurso com conteúdo inclassificável. O fenômeno se deve ao movimento de diminuição de propostas mais concretas para o aumento de discursos demagógicos e difusos, fato que fez com que muitas frases não apresentassem de fato uma ideia. As frases em que o/a candidato/a falava sobre a própria competência em gerir projetos ou evidenciavam a falta de competência do/a candidato/a adversário/a a gerir determinado projeto foram classificadas na subcategoria “305,2”, dividindo a sentença para categorizar o tipo de projeto, como um projeto referente ao campo – “703,1” ou a algum programa social de habitação – “504”. Segue exemplo:

Veja que a agricultura familiar, primeiro, ela foi beneficiada pelo Luz para Todos. Tenho certeza que quando você saiu lá da sua terra não tinha luz elétrica ou, se tinha, era das poucas que tinha. Porque no campo, no Brasil, faltava energia elétrica. Hoje tem energia elétrica que permite o uso, né? De, de irrigação, o uso... e a melhoria de vida das pessoas na região. Além disso, o PAA que compra alimento direto do agricultor familiar. Além do PAA, eu queria destacar que 8 dos 10, de 10 tratores vendidos, oito tratores de pequeno e médio porte foram vendidos pra agricultura familiar com o financiamento do governo do presidente Lula. Mas, sobretudo, eu considero que tem de ser dado, e é isso que eu me comprometo, tem que ser dado para o filho do agricultor e para o agricultor as mesmas condições da cidade. Senão, ele sai e vai procurar a cidade porque no campo não tem educação de qualidade, não tem uma habitação adequada. Nós, do Minha Casa, Minha Vida 2 separamos, como também no 1, uma quantidade de habitações só pra zona rural, pra garantir uma qualidade de moradia para as pessoas equivalente à da cidade (INFORMAÇÃO VERBAL DILMA ROUSSEFF, debate 2010).

O candidato Serra mostrou a mesma tendência de 2002 ao aproveitar brechas em questões sobre outros temas para falar sobre sua competência enquanto Ministro da Saúde no governo FHC. Assim foi feito no exemplo que segue, no qual o candidato foi questionado sobre a eficiência dos serviços públicos com foco na qualificação do funcionalismo

Não pode nomear qualquer um. Quer dizer, o funcionário, pra ir pra lá, tem que ter um currículo, tem que ter uma avaliação, tem que ter uma folha de serviços melhor. Com isso, nós diminuimos a ação da política junto ao funcionalismo, que às vezes implica em pôr não os melhores, não os mais qualificados, mas quem não tem qualificação. Quando eu era Ministro da Saúde, eu fiz isso em relação à Fundação Nacional de Saúde, a FUNASA, com seus coordenadores estaduais. Não por coincidência, depois que terminou o governo, eu até fui candidato de um debate aqui em 2002, esse decreto foi revogado. E í, a FUNASA passou a ser inteiramente politizada nos seus coordenadores estaduais, trazendo muitos problemas pra saúde (INFORMAÇÃO VERBAL JOSÉ SERRA, debate 2010).

O debate seguiu sem grandes polêmicas, diferentemente do restante da campanha, em um contexto cordial entre os dois oponentes. A abordagem dos temas, em relação à prioridade, se deu da seguinte forma:

Tabela 8 – Frequência temática no discurso dos presidenciáveis em 2010

Frequência Temática no Discurso dos Presidenciáveis - 2010				
	Dilma - PT		Serra - PSDB	
Relações Internacionais	0	irrelevante	0	irrelevante
Valores Democráticos	1,162	irrelevante	1,102	irrelevante
Sistema Político	11,24	secundária	22,794	prioritária
Economia	19,767	secundária	20,588	prioritária
Políticas Sociais	29,457	prioritária	24,632	prioritária
Estrutura Social (Lei e Ordem)	5,813	pouco relevante	3,308	pouco relevante
Grupos Sociais e Minorias Políticas	22,093	prioritária	7,352	pouco relevante

Fonte: Elaborado pela autora a partir do debate televisivo do 2º turno – TV Globo.

Um ponto interessante foi o de notar que, pela primeira vez, nenhuma categoria referente ao domínio 1 – Relações Internacionais – foi citada por nenhum dos dois candidatos. O fato demonstrou que o tema, na agenda de 2010, não foi considerado como uma questão de formação de interesse na opinião pública.

6.5 ELEIÇÕES DE 2014: O ESVAZIAMENTO DE PROPOSTAS

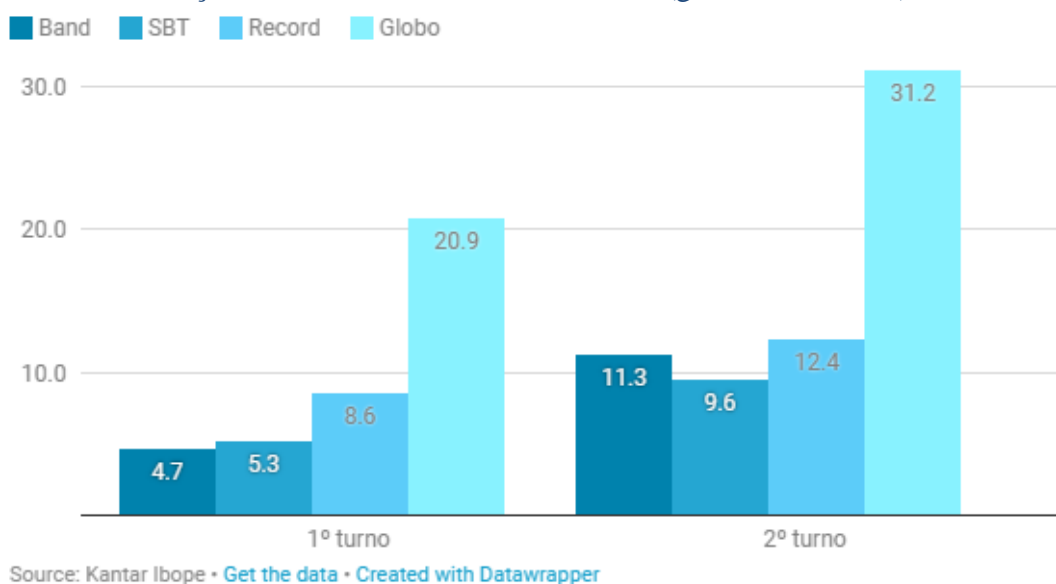
As eleições de 2014 foram marcadas pelo tensionamento de forças no contexto de alta efervescência do debate político que vinha se movimentando desde as manifestações de junho de 2013. A rejeição aos partidos, aos políticos e ao sistema atingiram o governo Dilma que, após as manifestações, chegou a perder 8 pontos de aprovação²⁵. Somadas às manifestações de 2013, os protestos contrários à realização da Copa do Mundo em 2014 e à reação da população diante dos novos casos de corrupção elucidados pela operação Lava-jato, a presidenta terminou seu mandato com apenas 42% de aprovação - índice baixíssimo se comparado aos resultados de Lula em seus dois mandatos. Com o desafio de aproveitar o clima de insatisfação para vencer

²⁵ Segundo pesquisa IBOPE, Dilma chegou a ser a presidente com índice de aprovação mais alto durante o período da Nova República, chegando a conquistar ao fim do seu primeiro ano de mandato com 65% de aprovação.

o PT, o PSDB escolhe o nome de Aécio Neves como candidato, fugindo dos nomes já tradicionais que haviam sido derrotados nas últimas eleições: José Serra e Geraldo Alckmin.

Foi nesse cenário que as emissoras de televisão convocaram os debates em 2014, sendo a TV Globo novamente a preferida na audiência

Gráfico 16 – Eleições de 2014: audiência dos debates (grande São Paulo)



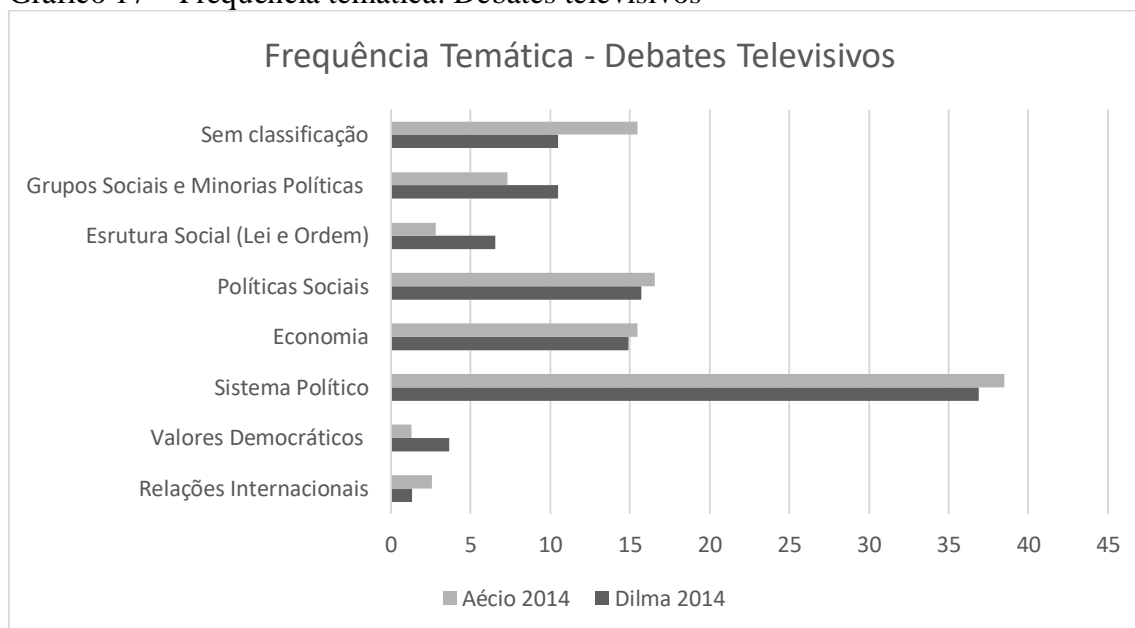
Fonte: Disponível na plataforma UOL.

O Debate da TV Globo foi dividido em quatro blocos, sendo dois deles formado pelo questionamento de um candidato ao outro com direito à réplicas e tréplicas e os outros dois com perguntas de convidados da sociedade civil considerados como eleitores indecisos. O fato afastou o debate do modelo americano que havia sido implementado pela Globo em 2002, em que o espaço para embate direto entre os candidatos era praticamente inexistente. Cada candidato realizou uma bateria de seis questões com temática de sua própria escolha. Dilma Rousseff centrou suas questões nos seguintes temas, consecutivamente: i) economia; ii) habitação; iii) educação; iv) falta de água/infraestrutura; v) investimento em agricultura e vi) educação. Já o candidato Aécio Neves centrou suas questões nos seguintes termos: i) corrupção; ii) Relações Internacionais com Cuba; iii) inflação; iv) assistência com pessoas com deficiência; v) reforma política e vi) corrupção. Ao fim do debate, os dois candidatos tiveram 1m30 para concluir uma mensagem de finalização da campanha aos eleitores. Dilma abordou os temas ligados ao trabalho, às questões das minorias, à inovação na ciência e ao crescimento

econômico. Aécio restringiu sua fala ao tema dos valores e eficiência do Estado, passando por um discurso de méritos pessoais.

Dessa forma, de acordo com o método CMP, as sentenças de posicionamento nos debates televisivos ficaram divididas da seguinte forma:

Gráfico 17 – Frequência temática: Debates televisivos



Fonte: Elaborado pela autora.

Através da análise dos debates, foi possível perceber a estratégia de discurso dos candidatos em questão. Aécio utilizou grande parte das possibilidades de levantar temáticas para tratar do tema da corrupção, aproveitando-se do cenário em que o PT enfrentava as investigações da operação da Polícia Federal em torno de possíveis irregularidades na administração da Petrobrás. Foi interessante notar como tal questão mudou por completo o perfil de abordagem de temas nos debates brasileiros. Pela primeira vez, o tema da corrupção e da capacidade pessoal em governar esteve acima dos temas das políticas sociais e da economia. Outra inovação foi a abordagem enfática em uma questão realizada por Aécio sobre política internacional. Pela primeira vez em um debate, um candidato utilizou de uma pergunta toda sobre o assunto. Aécio abordou de maneira negativa as relações de colaboração entre o governo brasileiro e o governo cubano.

Candidata, nós sabemos da absoluta carência de infraestrutura no Brasil por todas as partes. Falta tudo: ferrovias, hidrovias, faltam portos. O seu governo optou por financiar a construção de um porto em Cuba, gastando R\$ 2 bilhões do dinheiro brasileiro, do dinheiro do trabalhador brasileiro, enquanto nossos portos estão aí aguardando investimentos. Nenhum teve investimentos nesta linha. O que é mais grave: esse financiamento vem com carimbo de secreto, ele não é acessível à população brasileira. O que o seu governo tem a esconder, candidata, em relação ao financiamento do porto de Marial em Cuba? (INFORMAÇÃO VERBAL AÉCIO NEVES, debate 2014).

A candidata Dilma apenas tocou na questão da corrupção para responder as perguntas de Aécio, deixando a temática para momentos defensivos. Nas oportunidades de levantar questões, Dilma priorizou a agenda econômica e das políticas sociais, fazendo de seu discurso um reflexo das prioridades elencadas nos programas de governo. Tal reflexo não foi encontrado na estratégia discursiva de Aécio pelo PSDB.

No primeiro turno, Dilma Rousseff obteve 41,6% dos votos válidos e Aécio Neves, 33,5%. O segundo turno foi marcado por um acirramento político e ideológico sem precedentes desde a histórica disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello em 1989. Diferentemente do que fizeram em 2002, 2006 e 2010, os tucanos, que passaram a contar com o apoio de Marina Silva, adotaram uma estratégia de campanha mais agressiva, defendendo o legado do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e criticando duramente a gestão econômica do governo Dilma e os escândalos de corrupção que envolveram o PT e o governo desde 2005. Do outro lado, a presidente defendeu os avanços sociais obtidos nos 12 anos anteriores e apresentou o candidato da oposição como representante de um retrocesso para o país e como uma ameaça às conquistas dos últimos anos. O clima tenso entre os candidatos e as lideranças partidárias chegou às ruas e foram registrados enfrentamentos entre tucanos e petistas em algumas metrópoles do país às vésperas do segundo turno. A indefinição sobre o resultado seguiu até a apuração dos votos, que confirmou a reeleição da presidente Dilma Rousseff com 51,7% dos votos válidos. Esse foi o resultado mais apertado de uma eleição presidencial no Brasil, e o candidato da oposição conseguiu vencer em três das cinco regiões do país (Centro-Oeste, Sudeste e Sul) (AMARAL; RIBEIRO, 2015, p.110).

Tabela 9 – Relevância dos temas no discurso dos presidencialistas em 2014

Relevância dos temas no discurso dos presidencialistas - 2014				
	Dilma 2014		Aécio 2014	
Relações Internacionais	1,308	irrelevante	2,58	irrelevante
Valores Democráticos	3,664	pouco relevante	1,29	irrelevante
Sistema Político	36,91	prioritária	38,494	prioritária
Economia	14,92	secundária	15,483	secundária
Políticas Sociais	15,7	secundária	16,559	secundária
Estrutura Social (Lei e Ordem)	6,544	pouco relevante	2,795	irrelevante
Grupos Sociais e Minorias Políticas	10,47	secundária	7,311	pouco relevante
Sem classificação	10,47	secundária	15,483	secundária

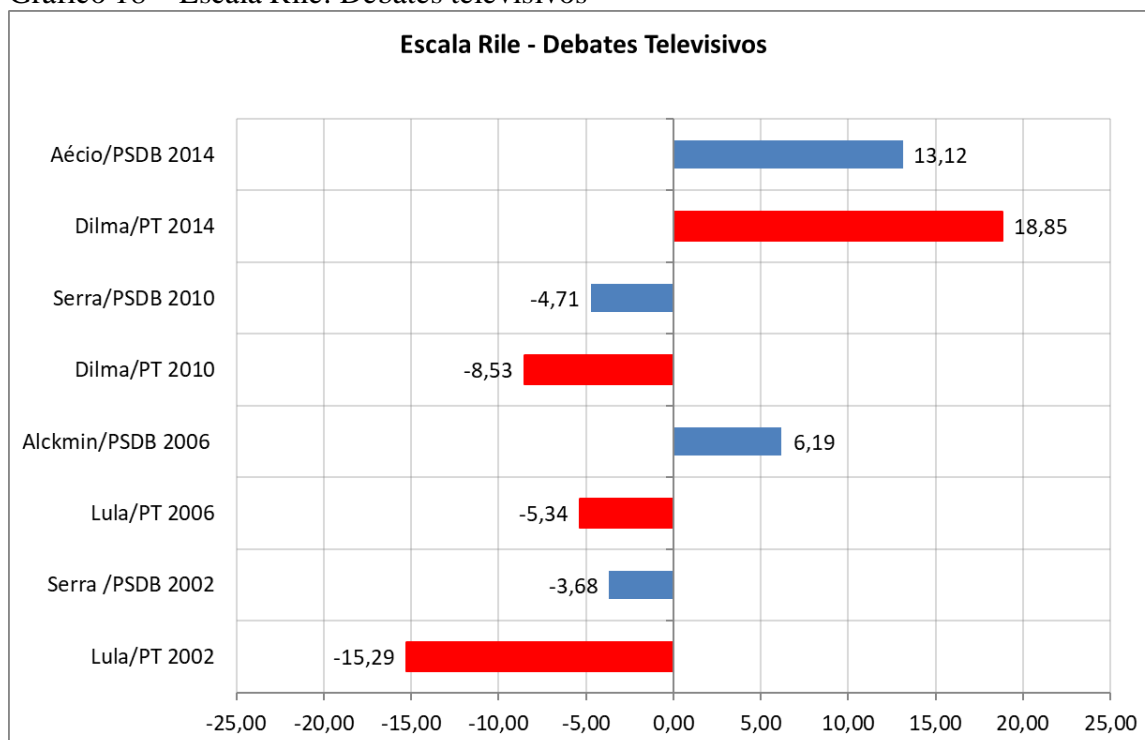
Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 9 mostra que pela primeira vez em um debate, os temas referentes às políticas econômicas e políticas sociais não apareceram como a questão prioritária do discurso de ambos os candidatos. O domínio 3 apareceu como o predominante justamente por conta das categorias referentes ao modelo eficiente de gestão do Estado, agregando a questão da corrupção, mas principalmente por abrigar as categorias com discursos personalistas, de exaltação do candidato e até mesmo de críticas de cunho pessoal ao candidato opositor. Tais detalhes estarão presentes no próximo capítulo.

6.6 O DISCURSO NOS DEBATES TELEVISIVOS POSICIONADOS NA ESCALA RILE

Através da metodologia de posicionamento na Escala Rile, utilizada para classificar programas de governo, buscou-se posicionar os discursos dos candidatos à presidência na mesma escala. Dessa forma, se o resultado numérico atribuído ao candidato fosse positivo, considerou-se que esse estaria situado no campo ideológico da direita e caso o resultado fosse numericamente negativo, considerou-se que o discurso do candidato como à esquerda. Quando mais próximo ao zero, mais ao centro se apresentava o candidato.

Gráfico 18 – Escala Rile: Debates televisivos



Fonte: Elaborado pela autora.

A escala apresentou PT e PSDB à esquerda no primeiro processo eleitoral analisado, estando o PT, representado por Lula, consideravelmente mais à esquerda do que seu oponente, representado por Serra, esse situado muito próximo ao centro do espectro. Em 2006, ainda com Lula, o PT se moveu de maneira centrípeta, “empurrando” seu oponente, agora representado pelo candidato Alckmin, para o outro lado da escala. Em 2010, Dilma retomou um pouco do posicionamento de esquerda para depois abandoná-lo em 2014, quando também cruzou a linha para o posicionamento à direita. O PSDB, representado por Serra em 2010, teve posicionamento muito parecido para com 2002, em que o porta voz das ideias foi o mesmo candidato. Já em 2014, com o candidato Aécio Neves, no mesmo movimento realizado pelo PT, os tucanos atravessaram novamente a linha ideológica com posicionamento situado à direita.

Para melhor entender os motivos de mudanças tão drásticas foi realizado um exercício de investigação de quais categorias de direita ganharam maior ênfase e provocaram o deslocamento de posição na escala. O resultado desse exercício apontou que as questões relativas à ênfase nas qualidades e aos problemas nas competências dos candidatos e partidos passou a ficar cada vez maior e, segundo o esquema de codificação do projeto MARPOR e da escala Rile, esse seria um posicionamento à direita no espectro. Essa conclusão aponta para

uma ineficiência metodológica já que o resultado não condisse com a realidade das duas candidaturas. Acredita-se que duas variáveis, inclusive em relação de causa e consequência, podem ter influenciado no resultado: i) o forte personalismo do contexto brasileiro de sistema presidencialista e a tradição de enfrentamento pessoal que se construiu nos debates televisivos no período da “Nova República” e ii) o alto nível de discursos informais e demagógicos que, por despreparo do candidato ou mesmo falta de tempo de elaboração e resposta, fizeram com que grande parte dos excertos não pudesse ser de fato classificado nas categorias.

Portanto, embora a classificação dos discursos nos debates televisivos através do método do projeto MARPOR seja positiva por abrir um leque de possibilidades de investigação, considerou-se que a classificação e posicionamento na Escala Rile não estivesse tão adequado. Os resultados que investigaram o posicionamento ideológico nos discursos pareceram viesados justamente pelas características culturais que perpassaram os objetivos e métodos dos debates televisivos. Uma outra forma de categorização, capaz de compreender melhor os discursos informais e sucintos, se fará necessária para que seja possível classificar ideologicamente os discursos dos candidatos nos debates.

6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de análise das questões levantadas na introdução desse capítulo não possui precedentes na literatura brasileira. Acredita-se que essa é a grande limitação da pesquisa e salienta-se seu potencial como exercício investigativo metodológico sem a intenção de ser conclusivo de maneira determinante. Os resultados mostraram questões muito interessantes e relevantes para a construção da recente literatura sobre debates televisivos, sobretudo em relação à necessidade de se buscar metodologias de análise discursiva que possibilitem investigações mais adequadas. As categorias do MARPOR compreendem grande parte da agenda política mundial, mas estão alinhadas com discursos mais formais. O debate traz a espontaneidade de discurso e o limite de tempo que obriga o/a candidato/a a pensar rapidamente na resposta que lhe cabe, sem muitas vezes possuir tempo suficiente para abordar tudo que gostaria. Esse é um ponto que traz diferença considerável em relação ao programa de governo, documento que não possui limites de páginas e está aberto para que o partido exponha todas as suas ideias (programas de governo do PSDB, por exemplo, chegaram a ter quase 300 páginas de extensão). O dado interessante é que a dinâmica de tempo limitado faz com que os partidos escolham de fato os temas prioritários a serem abordados, maximizando a teoria da “Escolha

Racional” (DOWNS, 1999). O debate da Rede Globo acontece praticamente às vésperas da eleição definitiva de segundo turno e costuma ser a última oportunidade de diálogo direto entre os candidatos e eleitores, fato que mobiliza o discurso voltado para a maximização da conquista de votos. Tais questões ficaram evidentes durante a análise que foi apresentada, não obstante os recursos metodológicos escassos e em experimentação.

A partir da análise do discurso de maneira qualitativa, pode-se destacar algumas estratégias de PT e PSDB ao participarem do debate televisivo. No entanto, cabe ressaltar que a estratégia foi aplicada de maneira completamente diferente a depender do candidato²⁶. Perfis mais tradicionais, como dos candidatos José Serra, Lula, Dilma e Alckmin, e cabe essa ressalva independente do vínculo partidário, realizaram um discurso mais programático, embora Dilma o fizesse em menor escala. Aécio Neves utilizou da estratégia mais personalista e ofensiva em relação ao oponente, colocando em destaque características e trajetórias pessoais em detrimento de um discurso mais voltado para as ações. Tal movimento pode ter sido influenciado pelo forte tensionamento político do momento e pela crise de representatividade que o governo Dilma enfrentava no período pré-eleitoral.

Nesse sentido, considerou-se que a principal contribuição para a investigação dos discursos nos debates televisivos através do método de categorias do projeto MARPOR foi justamente a possibilidade de mensurar quais eram os temas mais expostos neste momento, a frequência que eles apareceram e, sobretudo, a inexistências de certas agendas que ficaram apenas nos discursos formais dos programas de governo. Ou seja, para além de entender a estratégia de participação de PT e PSDB nos debates de segundo turno - último momento de diálogo com o eleitor durante a campanha, a comparação entre o que foi enfatizado nos programas e o que, como estratégia, foi repetido ou não nos debates televisivos foi a maior contribuição da presente investigação e será abordada no próximo capítulo.

Vale ressaltar que os discursos dos candidatos nos debates televisivos sofrem mais influências das variáveis exógenas do contexto, sendo a opinião pública e a imprensa responsáveis por colocar na agenda do debate as pautas mais polêmicas. Devido à intensidade do momento (considerando os debates estudados nesta tese que acontecem nos últimos dias do segundo turno), os partidos apostam na tentativa de agradar o eleitor médio através de temas

²⁶ Destaca-se a importância de um exercício mais profundo de análise de discurso para que se possa traçar o perfil pessoal de cada candidato, variável essa que pareceu importante para ser trabalhada na literatura dos debates televisivos, mas que não puderam ser aprofundadas nessa tese.

menos radicais e que não gerem desconforto com alguns setores da sociedade. Tal comportamento é o grande exemplo do partido guiado pela Teoria da Escolha Racional.

CAPÍTULO 7. CONGRUÊNCIA NOS DISCURSOS PARTIDÁRIOS E DISTÂNCIA PROGRAMÁTICA ENTRE OPOSITORES: O COMPORTAMENTO ELEITORAL DE PT E PSDB

7.1 INTRODUÇÃO

A maneira como um partido se comunica com o eleitorado, principalmente em período de campanha eleitoral, pode trazer importantes indícios: a) a comunicação é estratégica pragmática ou sustenta o vínculo ideológico do partido com sua base? e b) as principais forças competitivas brasileiras são movidas ideologicamente por forças centrípetas ou centrífugas? A resposta de tais questões levou a refletir não somente sobre estratégia discursiva, padrões e disfunções, mas sobre o nível de influência da ideologia partidária no sistema brasileiro.

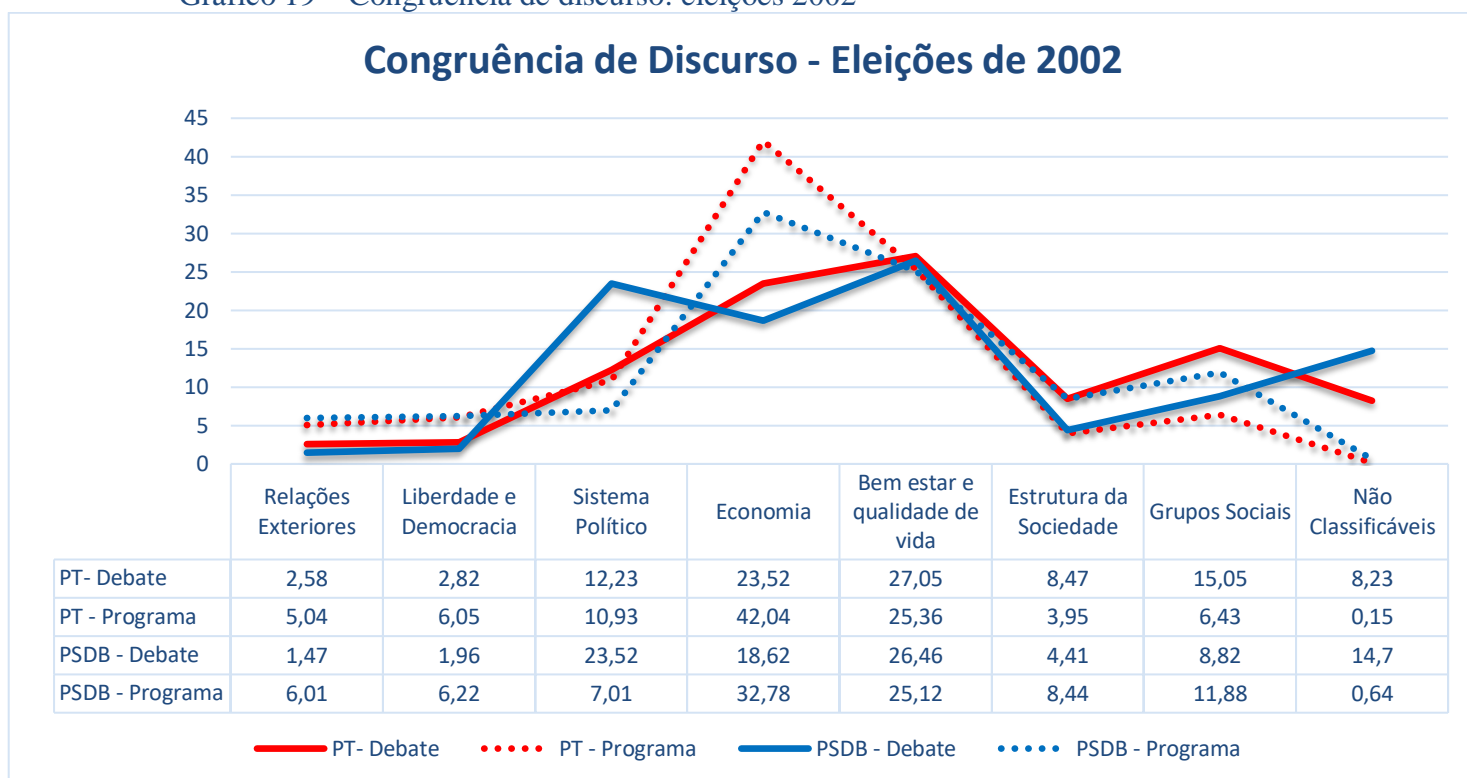
Para tanto, analisou-se a congruência de PT e PSDB entre os discursos formalizados nos programas de governo e os discursos utilizados nos debates televisivos no intuito de entender se os candidatos refletem, em rede nacional, a agenda defendida no documento oficial. Também foi realizada a análise sobre a distância do posicionamento entre os dois partidos a partir da frequência em que determinadas agendas apareceram nas duas formas de discurso aqui presentes. O exercício se mostrou necessário para que fosse possível analisar o cenário de maneira mais ampla e entender como se deram tais movimentos nas eleições em que os respectivos partidos lideraram blocos diretamente em oposição. Notou-se que, em alguns momentos, a hipótese de Nicolau (2010) sobre um sistema cartelizado se confirmou, pois as duas forças opositoras apresentaram programas muito parecidos. Os dados apresentados nas seguintes seções foram os coletados no sistema MARPOR e nos arquivos dos debates televisivos.

7.2 Eleições 2002: o foco na agenda do Welfare State

Quando foram observados os dados como um todo, notou-se que a eleição de 2002 foi realmente o ponto de inflexão entre o foco na agenda econômica e o foco na agenda de distribuição de renda e ampliação do bem-estar social e preocupação com a qualidade de vida. Refletindo as angústias da opinião pública, PT e PSDB trataram do assunto com ênfase muito parecida, divergindo apenas em algum detalhamento de como essa agenda seria colocada em

prática, mas sem tirá-la do foco. Por mais que a agenda econômica tenha se sobressaído no programa de governo, a questão da política de bem-estar social, em média, foi a que mais apareceu nos discursos dos dois partidos.

Gráfico 19 – Congruência de discurso: eleições 2002



Fonte: Elaborado pela autora.

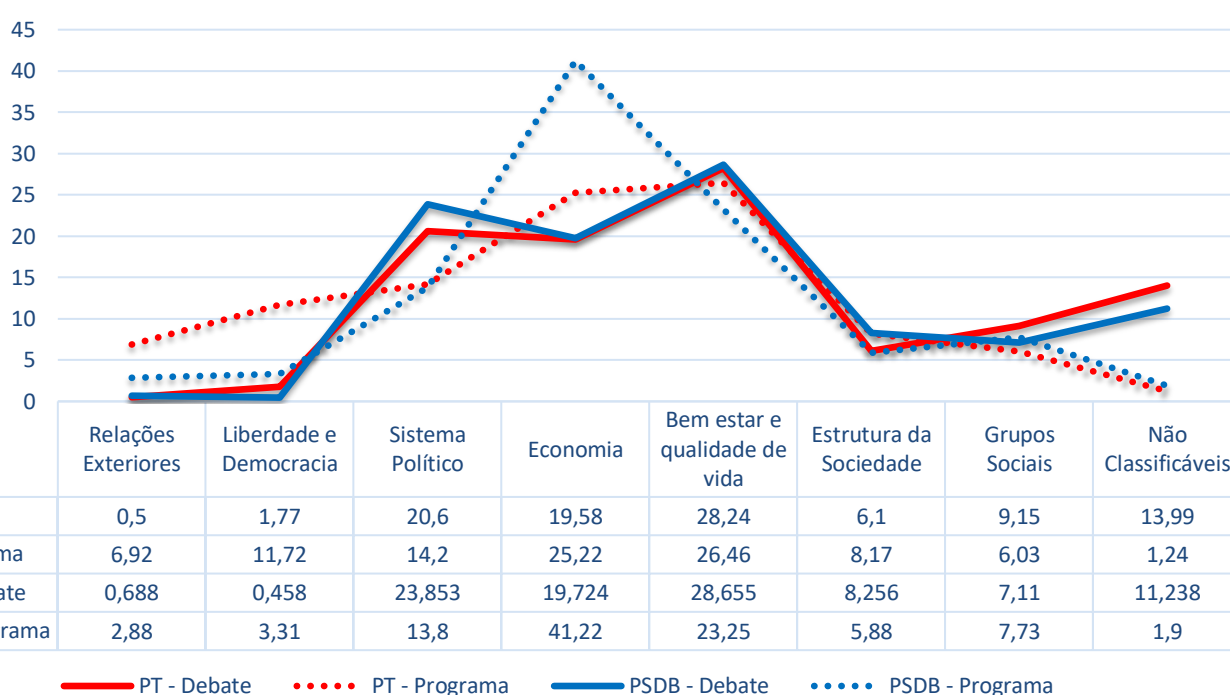
O gráfico acima permite visualizar as linhas discursivas muito semelhantes entre os dois partidos. As frequências temáticas apareceram com diferenças relevantes apenas nos programas de governo em que o PSDB colocou maior ênfase nas questões referentes ao sistema político. Nos debates televisivos, os dois partidos também seguiram a mesma linha discursiva, dando maior destaque à agenda econômica. Em relação à congruência entre os discursos no programa escrito e na televisão, o PT apresentou maior índice, com linha discursiva em paralelo.

7.3 ELEIÇÕES 2006: DISPARIDADES DISCURSIVAS

Nas eleições de 2006, o PT apresentou maior congruência discursiva entre os temas do programa de governo e do debate na televisão, enquanto pode-se perceber no discurso do PSDB uma disparidade na ênfase dada ao tema da agenda econômica. O partido trouxe tal agenda para o debate televisivo de maneira muito mais forte do que no programa de governo.

Gráfico 20 – Congruência de discurso: eleições de 2006

Congruência de Discurso - Eleições de 2006



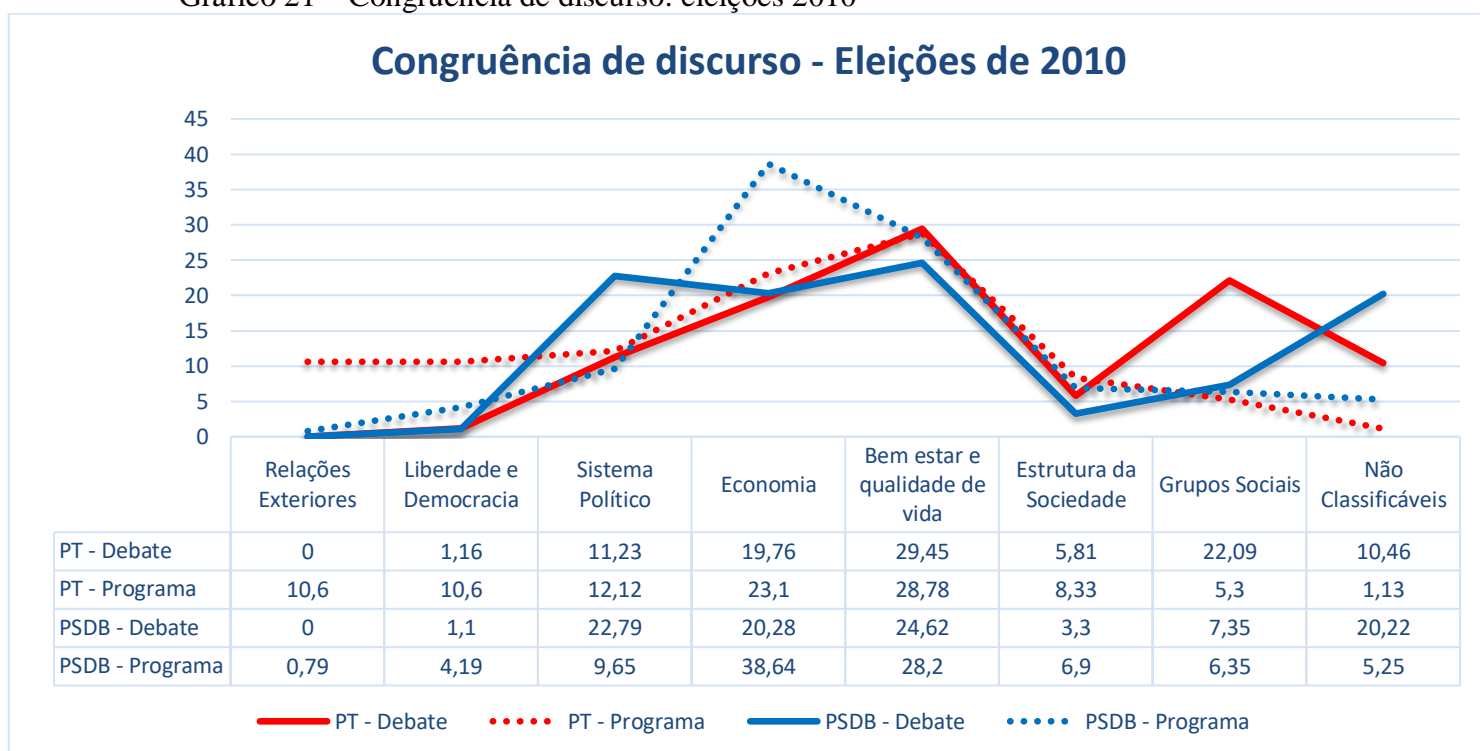
Fonte: Elaborado pela autora.

Mesmo com as visíveis disparidades, ficou nítido que na agenda eleitoral de 2006 que os partidos seguiram praticamente a mesma linha temática, enfatizando, mais uma vez, a agenda econômica e a agenda de bem-estar e qualidade de vida. Pode-se destacar um padrão de comunicação partidária em relação a 2002, independente da troca de candidatos realizadas pelo PSDB de uma eleição para outra.

7.4 ELEIÇÕES 2010: A EVIDÊNCIA DE UM PADRÃO DISCURSIVO

Em 2010, o padrão das ênfases temáticas se repetiu. Também se evidenciou o padrão em relação a 2002 e 2006 da estratégia tucana de priorizar o tema da economia nos debates televisivos, de forma a exaltar os avanços realizados através do Plano Real. Mesmo que não estivesse tão evidente no programa de governo, os candidatos utilizaram dessa agenda para diferenciar suas intenções de foco das intenções do Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 21 – Congruência de discurso: eleições 2010



Fonte: Elaborado pela autora.

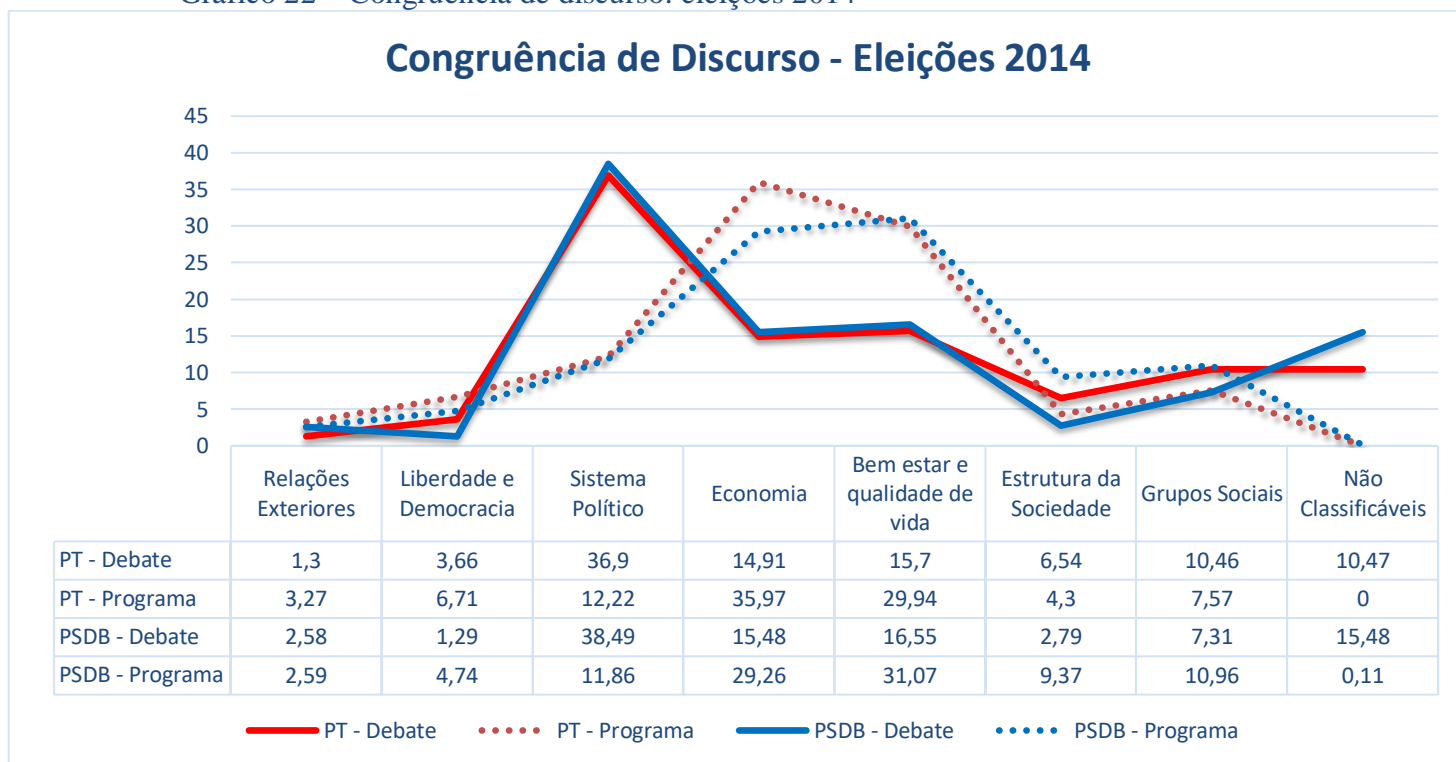
O PT apresentou alto nível de congruência entre os discursos, no entanto, a então candidata Dilma Rousseff colocou maior ênfase na temática dos grupos sociais em seu discurso do que o partido havia colocado no programa de governo. Nessa categoria estiveram as sentenças dedicadas justamente à classe trabalhadora e aos movimentos sociais, bandeiras clássicas do partido dos trabalhadores desde sua fundação.

O comportamento do PT quanto de PSDB, nas questões expostas acima, evidenciou que a estratégia no debate televisivo de recorrer às bandeiras tradicionais foi muito mais forte do que no programa de governo.

7.5 ELEIÇÕES 2014: A EXACERBADA SEMELHANÇA ESTRATÉGICA E O PERSONALISMO NO DEBATE

Os programas de governo de PT e PSDB enfatizaram de forma extremamente semelhantes as agendas temáticas de campanha em 2014. O fato se repetiu durante os debates televisivos. A mesma congruência não foi notada quando os partidos foram comparados a si mesmos, havendo certa distância entre a agenda apresentada nos programas de governo e a agenda apresentada nos discursos do debate televisivo. O gráfico linear chamou a atenção para a quebra de padrão discursivo em relação as outras eleições analisadas ao evidenciar a excessiva ênfase dada ao tema “sistema político”. Nessa categoria, estavam as sentenças referentes à corrupção e às habilidades ou deficiências pessoais dos candidatos. O debate de 2014 foi, sem dúvida, o mais personalista, uma vez que tanto Dilma Rousseff (PT), como Aécio Neves (PSDB) debateram questões pessoais, fazendo acusações diretas, em detrimento do debate programático. Como explicado em outras seções dessa pesquisa, as eleições de 2014 foram as mais acirradas dos últimos anos justamente por conta do clima de instabilidade presente no país e pela crise de representatividade que rondava o cenário político desde as manifestações de junho de 2013.

Gráfico 22 – Congruência de discurso: eleições 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

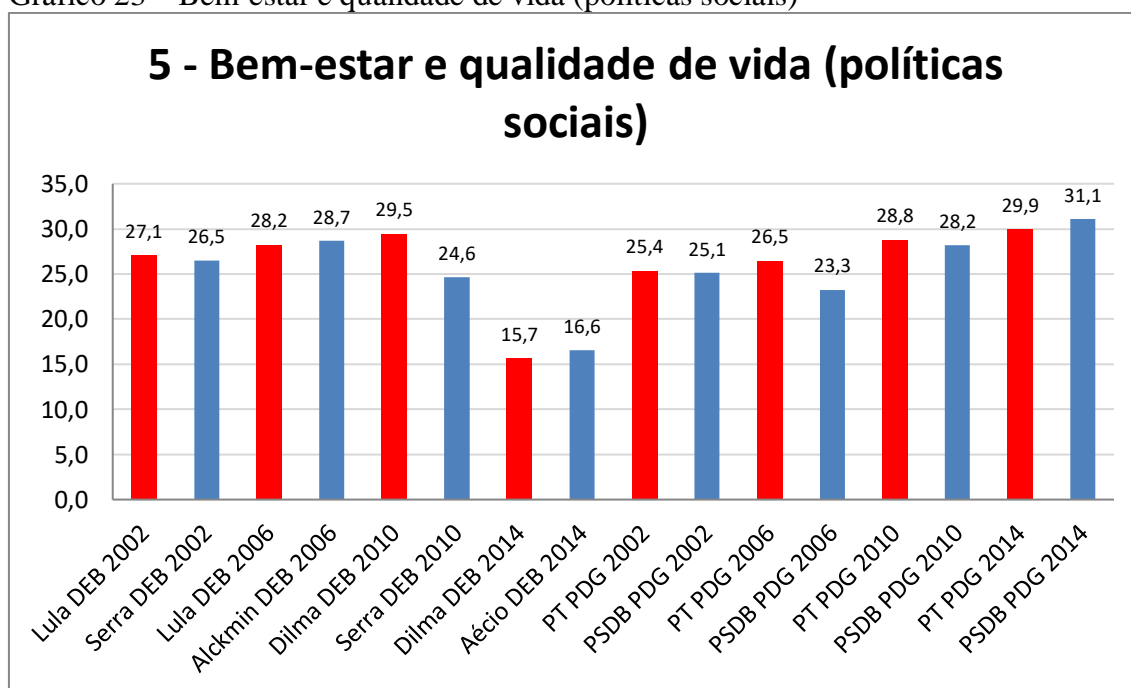
O Gráfico 22 mostra um nítido deslocamento da estratégia de discurso em movimento igual entre os dois partidos quando a comunicação com o eleitor se deu de modo direto através do programa de TV. Às vésperas da eleição, os partidos e candidatos consideraram que não se tratava mais apenas de convencer o eleitor sobre o programa de governo a ser executado, mas sim da competência do indivíduo à frente da campanha em colocá-lo em prática. A agenda econômica e a agenda de políticas sociais acabaram por figurar como coadjuvantes nos discursos que, tomados pela necessidade de autodefesa em temas polêmicos como a corrupção, foram os menos programáticos dentre as quatro eleições estudadas nessa pesquisa.

7.6 AGENDA ECONÔMICA E AGENDA DE POLÍTICAS SOCIAIS COMO PRIORIDADES TEMÁTICAS

A partir da análise dos discursos propostas nessa tese, foi possível delimitar as ênfases temáticas que PT e PSDB consolidaram e colocaram na agenda eleitoral nos anos em que figuraram como competidores hegemônicos nas eleições. Pode-se concluir, sem hesitação, que

a prioridade no discurso foi a questão do fortalecimento das políticas sociais e, em segundo lugar, a agenda econômica que, inclusive, seriam estratégias de sustentação para uma política pública que de fato trouxesse redução da desigualdade.

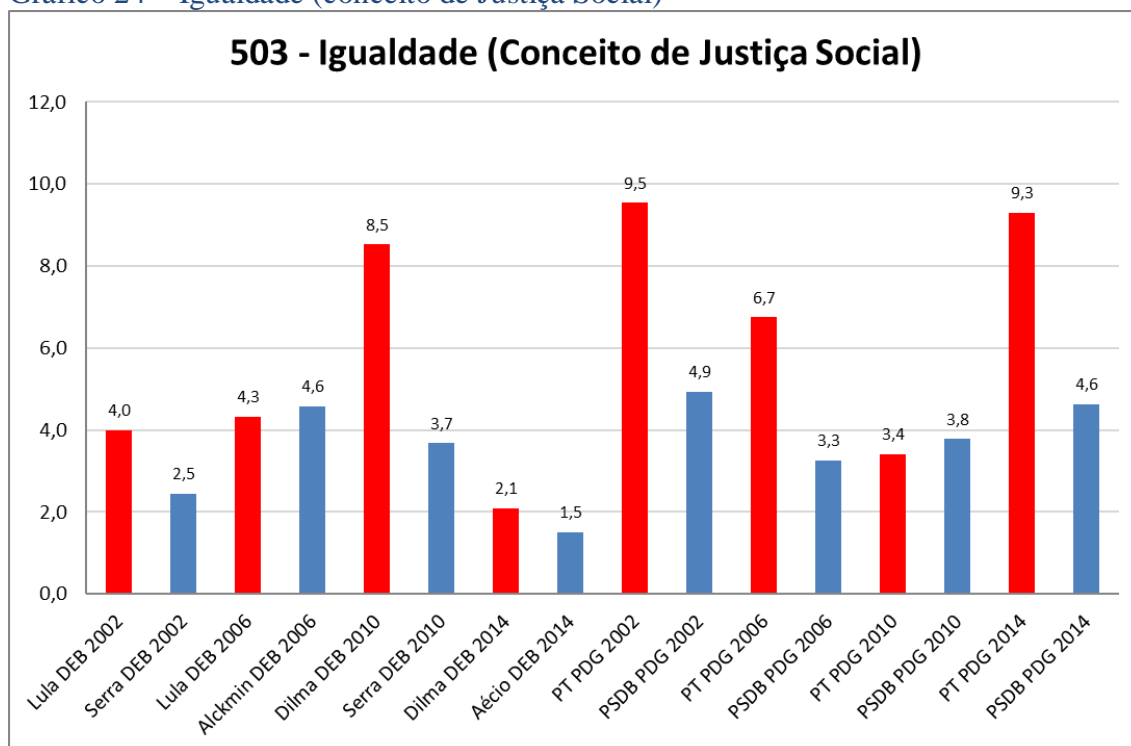
Gráfico 23 – Bem-estar e qualidade de vida (políticas sociais)



Fonte: Elaborado pela autora.

Um ponto importante notado foi a linearidade da frequência do aparecimento do tema ao longo das eleições no período hegemônico PT/PSDB. Os dois partidos, tanto nos programas de governo quanto nos debates televisivos, dedicaram $\frac{1}{4}$ de seus discursos para exporem a prioridade que dariam aos temas de ampliação do Estado de Bem-Estar Social. O tema era central nos debates da opinião pública no período analisado, justamente pelos índices alarmantes de desigualdade social que assolavam o Brasil e haviam se intensificado durante o Regime de Ditadura Militar. Se tratar-se os temas de forma mais aprofundada, ver-se-á diferenças na abordagem entre PT e PSDB. O primeiro colocou com maior força a questão do combate à desigualdade social através de políticas públicas de transferência de renda.

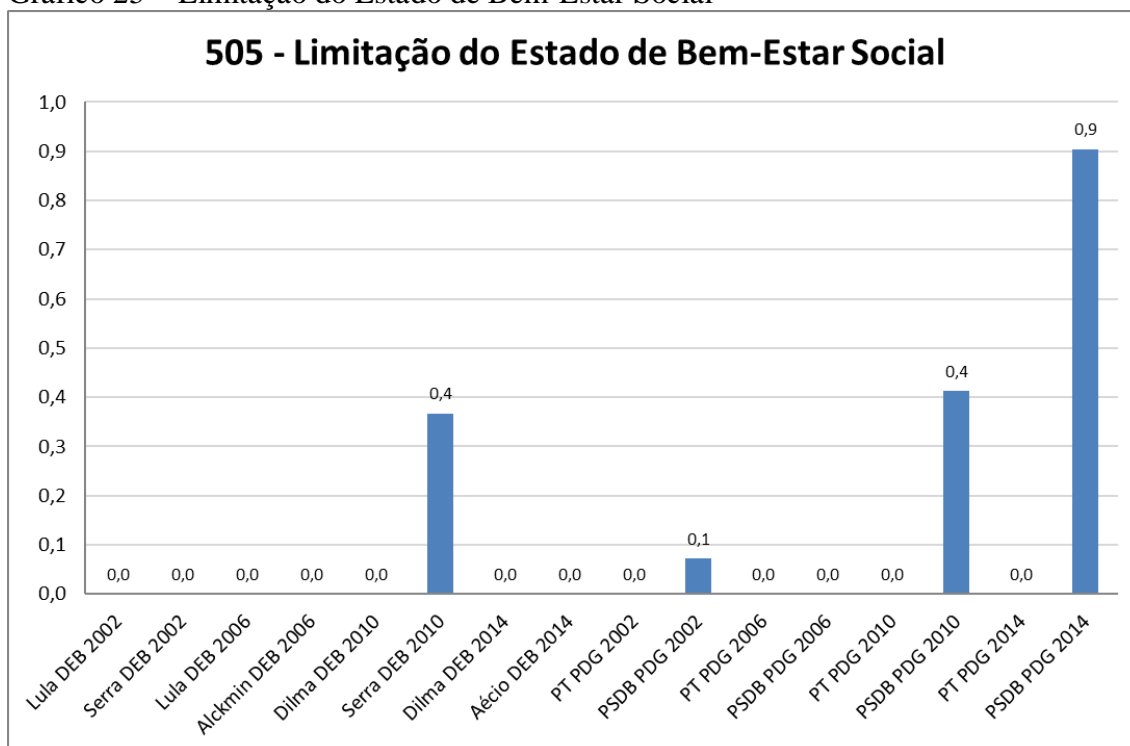
Gráfico 24 – Igualdade (conceito de Justiça Social)



Fonte: Elaborado pela autora.

Enquanto o PT enfatizou a questão da distribuição de renda, o PSDB focou a maior parte do seu discurso classificado no domínio da expansão do bem-estar social em temas mais gerais, principalmente nos projetos relacionados à saúde. A análise por meio das categorias do projeto MARPOR permitiu, inclusive, denotar se o tema em questão foi tratado não só de forma negativa, mas também positiva. Isso quer dizer que nem sempre o aparecimento do tema pode ser uma defesa dele. Tal detalhe pode ser visto quando a categoria “505 – Limitação do Bem-Estar Social” foi analisada e notou-se algumas sentenças de discurso do PSDB que apontavam os problemas desse modelo e buscavam apresentar uma política em termos neoliberais. Esse posicionamento era coerente com a prática do partido que, para boa parte da literatura, concretizou projetos neoliberais quando esteve no governo federal durante a década de 1990 ou mesmo nos governos estaduais em que atuou nas últimas décadas.

Gráfico 25 – Limitação do Estado de Bem-Estar Social

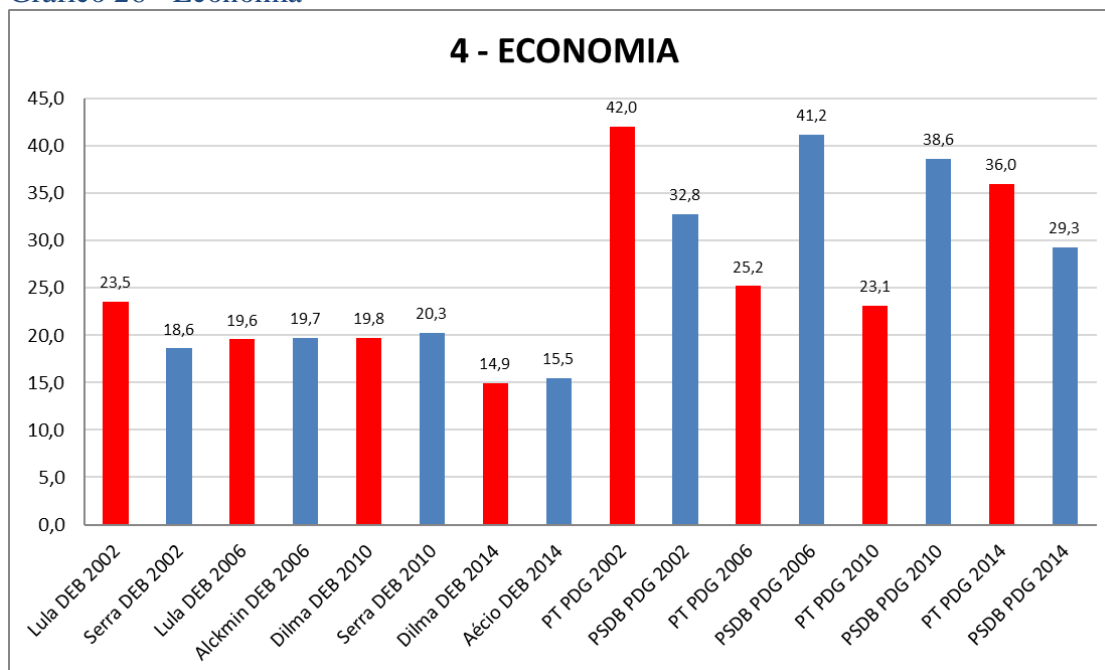


Fonte: Elaborado pela autora.

Em comparação aos demais temas, pode-se considerar que foi pequena a aparição da temática da limitação do Estado de bem-estar social, no entanto, considerou-se relevante demonstrar sua aparição por ser essa uma das consideráveis diferenças discursivas entre PT e PSDB que, embora tenham trabalhado de forma parecida a questão, se dessemelharam no tocante ao incentivo de políticas neoliberais.

Com menos relevância que as políticas sociais, mas também em um grau elevado de prioridade, apareceram as questões relacionadas à agenda econômica. Muitas vezes em um debate exclusivamente de escolhas sobre iniciativas e políticas de macro e microeconomia e outras vezes como um debate interligado às questões sociais em que o crescimento econômico apareceu como condição intrínseca para que se estabelecessem programas de geração e distribuição de renda.

Gráfico 26 - Economia



Fonte: Elaborado pela autora.

A questão da agenda econômica se mostrou linear durante o discurso nos debates televisivos, aparecendo com praticamente a mesma frequência na fala dos candidatos dos dois partidos. O tema apareceu com maior relevância nos programas de governo. A maior ênfase foi dada em 2002, no programa do PT, em uma resposta aos anseios da opinião pública sobre uma possível radicalidade econômica à esquerda das intenções do candidato Lula. Tal fato demonstrou que o programa de governo foi pensado para atender primeiramente o objetivo de acalmar os ânimos do mercado financeiro e do famoso “Risco Lula”, agradando ao eleitor de classe média alta ao empresariado, buscando uma conciliação de classes sociais para que fosse possível agregar o voto de diversas camadas das sociedades. Pode-se dizer que, nesse ponto, o diálogo através do discurso nos programas de governo foi pragmático e buscou a maximização dos votos para o objetivo maior de vencer as eleições.

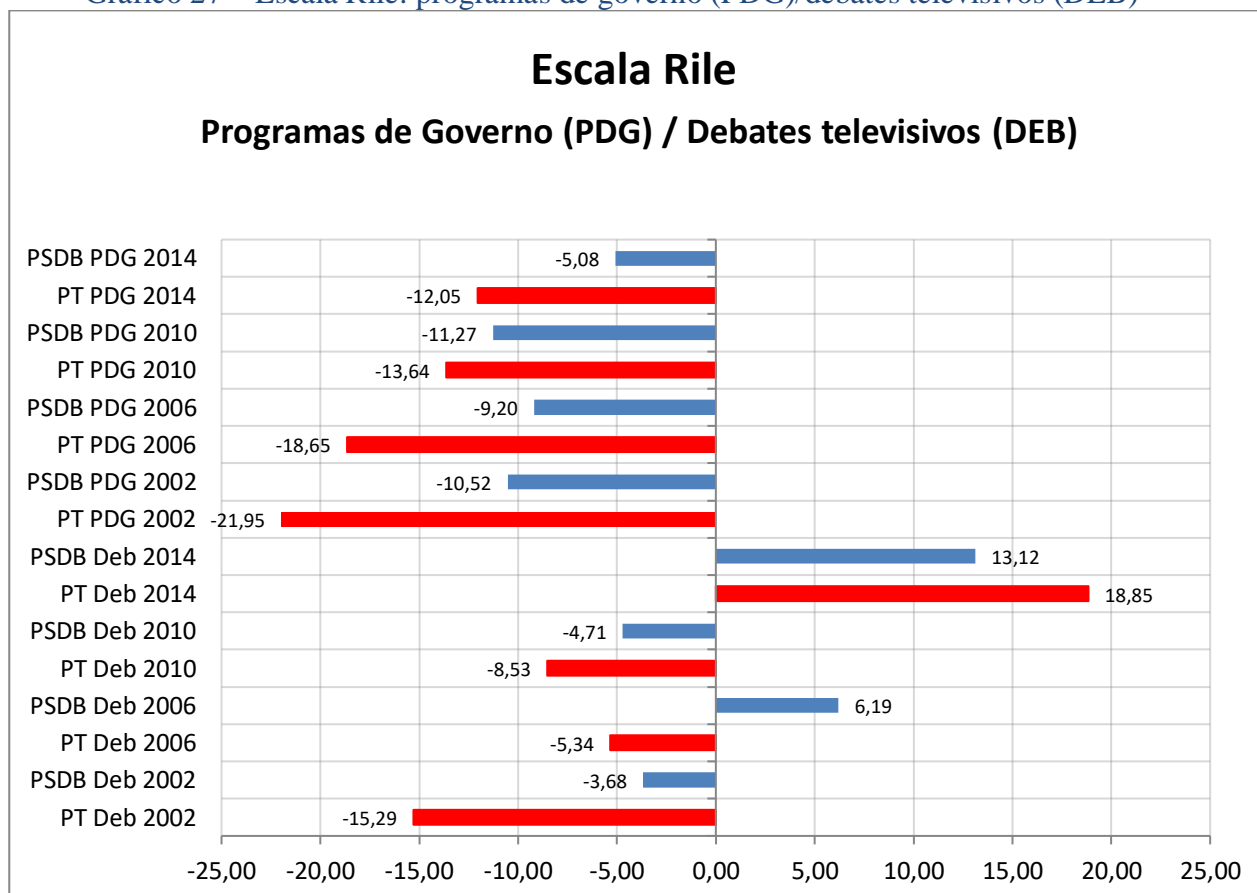
A análise do discurso que foi apresentada aqui de forma limitada abre um leque para diversas hipóteses e especulações, ao passo que cada fração de dados pode fornecer inúmeras provocações. Para melhor entender cada uma dessas hipóteses, salienta-se que seria necessário um estudo muito mais aprofundado em que fosse possível analisar o posicionamento dos partidos em cada categoria e subcategoria utilizadas na classificação do método do projeto MARPOR. Trata-se de um exercício demasiado extenso para a presente tese, mas que traria

grandes contribuições para a literatura do comportamento estratégico dos partidos, seus vínculos com a sociedade, com os próprios objetivos e ideologias.

7.7 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA: POSICIONAMENTO NA ESCALA RILE

Através de um exercício de experimentação metodológica, a presente tese analisou os discursos nos debates televisivos classificando-os de acordo com as categorias do MARPOR (categorias da versão especial para democracias latino-americanas). Mesmo com as limitações encontradas nessa primeira etapa da análise, a presente pesquisa também avançou para etapa de instrumentalização dos dados para fins de posicionar os partidos em uma escala ideológica. Utilizando também as categorias da “Escala Rile”, instrumentalizadas e com resultados publicados pelo projeto MARPOR, chegou-se aos seguintes resultados:

Gráfico 27 – Escala Rile: programas de governo (PDG)/debates televisivos (DEB)



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 27 evidenciou um resultado coerente com as demais classificações ideológicas de PT e PSDB na literatura, mostrando que os dois partidos estariam no campo da esquerda movimentando-se em direção ao centro. Em comparativo com a classificação dos programas de governo realizada pelo MARPOR, percebeu-se que a linha ideológica discursiva dos debates seguiu a mesma tendência. Apenas o ano de 2014 apresentou uma tendência diferenciada. Os partidos teriam se posicionado nos debates televisivos utilizando discursos que os situaram no campo da direita. Tal fenômeno ocorreu justamente por conta do alto personalismo presente no debate dessa eleição. Uma das categorias do método MARPOR, atribuídas ao espectro da direita na escala Rile, foi a 305, subdividida entre 305.1 (atribuições e competências do partido para comandar o governo) e 305.2 (atribuições e competência do/a candidato/a exercer o cargo). O excesso de discurso classificado nessas categorias fizeram com que o posicionamento de Aécio Neves e Dilma Rousseff estivessem alinhados e situados à direita. Esse resultado nos fez chegar às mesmas conclusões de Madeira, Vieira e Tarouco (2017) em relação à necessária adequação do método MARPOR para o entendimento do caso brasileiro. Para além, quando se tratava de um outro objeto de análise, como o conteúdo dos discursos realizados nos debates televisivos, o método tornou-se ainda mais inadequado. Outras categorias deveriam ser aplicadas para que, de fato, o discurso fosse posicionado ideologicamente de maneira efetiva.

- Distância Ideológica: a trajetória da relação entre PT e PSDB.

A partir dos posicionamentos na Escala Rile, mensurou-se a distância entre os partidos para entender como eles se movimentaram na escala ideológica em relação um ao outro. Os dados referentes aos debates televisivos e aos programas de governo nos mostram uma tendência parecida entre os dois objetos de análise: aproximação dos partidos em 2010 e distanciamento em 2014. Em 2002 e 2006, encontramos as maiores distâncias, quase sem alteração. O ponto de inflexão se dá em 2010, onde a distância reduz consideravelmente. Em 2014 a distância volta a aumentar, no entanto, em uma proporção que não volta ao índice de distância encontrado em 2002.

Tabela 10 – Distância Ideológica do posicionamento nos debates televisivos

	PT	PSDB	Distância
2002	-15,29	-3,68	11,61
2006	-5,34	6,19	11,53
2010	-8,53	-4,71	3,82
2014	18,85	13,12	5,73

Fonte: Elaboração própria

Os programas de governo apresentam a mesma tendência, sendo 2010 o pleito em que os programas estiveram mais próximo diante da classificação da Escala Rile e ampliação da distância em 2014.

Tabela 11 – Distância Ideológica do posicionamento nos programas de governo.

	PT	PSDB	Distância
2002	-21,95	-10,52	11,43
2006	-18,65	-9,20	9,45
2010	-13,64	-11,27	2,37
2014	-12,05	-5,08	6,97

Fonte: Elaboração própria

7.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

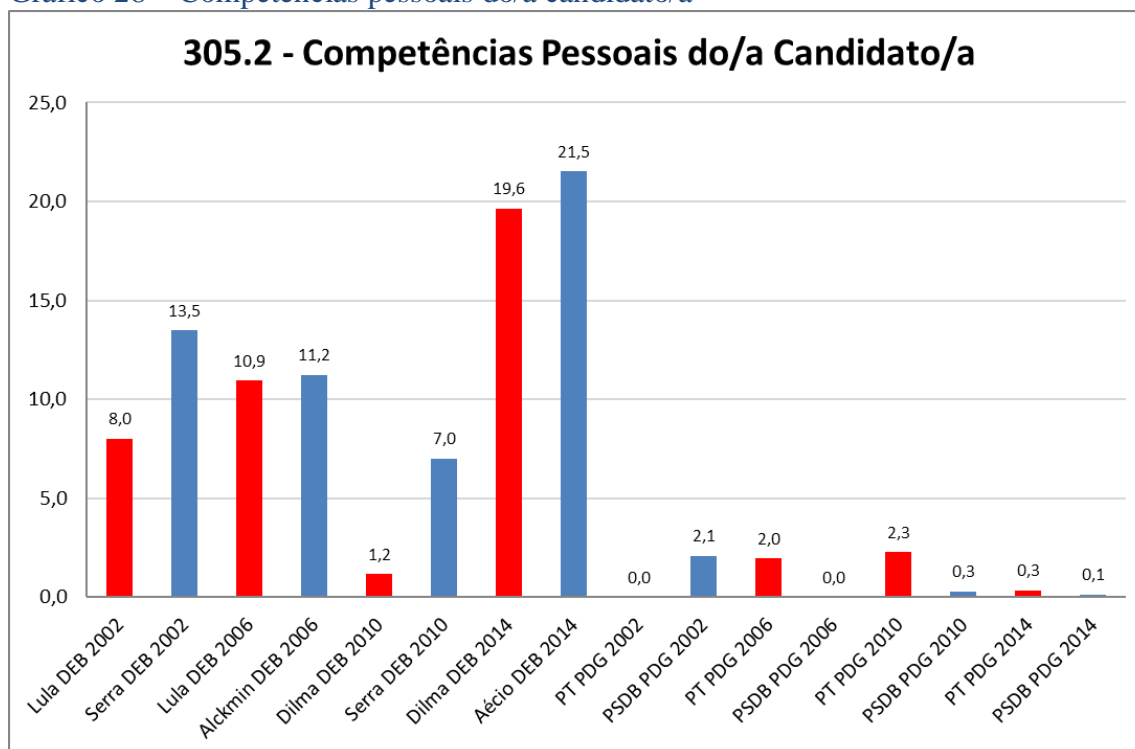
O exercício acima mostrou que os discursos de PT e PSDB durante a campanha eleitoral se assemelharam e se aproximaram em alguns aspectos. Existe uma concentração temática dos discursos dos programas de governo nas áreas de economia e políticas sociais, corroborando com a hipótese de que os dois partidos, embora opositores, seguiam a mesma linha de temática nos programas de governo e nos programas de governo. No entanto, em 2014, verificou-se que os dois partidos se afastaram dos respectivos programas de governo, destacando a questão da corrupção como central nos discursos. Para além, os dois candidatos utilizaram do momento de debate para exaltar as próprias características pessoais, mostrando uma campanha com alto nível de personalismo (uma das características atribuídas ao sistema presidencialista do Brasil).

Dessa forma, tanto PT quanto PSDB passaram a realizar um movimento de deixar em segundo plano a exibição dos projetos divulgados nos programas de governo entregues ao TSE.

Embora as conclusões acima sejam bem-vindas ao debate, é preciso salientar que a metodologia do projeto MARPOR utilizada não foi suficiente para analisar os discursos nos debates televisivos. O exercício teve diversas limitações justamente por conta da diferente linguagem utilizada nos documentos partidários, principais fontes de dados do projeto e nos debates televisivos em que candidatos dão o tom personalista ao discurso. Diante da informalidade de um discurso falado e realizado ao vivo, muitos excertos eram apenas retóricos, o que faz com que muitas sentenças não possam ser classificadas nas categorias. Mesmo utilizando a versão de codificação especial para as democracias da América Latina, recomenda-se que sejam feitas adequações quando o método for utilizado para diferentes linguagens.

Assumidas as limitações, pode-se destacar como ponto positivo do uso do método a possibilidade de apontar ênfases temáticas e comparar a estratégica de candidatos para lidar com tais temas, investigando a congruência entre discursos nas diversas formas de comunicação com o eleitor em períodos de campanha. Nesse sentido, notou-se uma forte tendência personalista nos discursos nos debates de TV, distanciando muitas vezes o discurso do candidato do programa de governo desenvolvido para a eleição em questão.

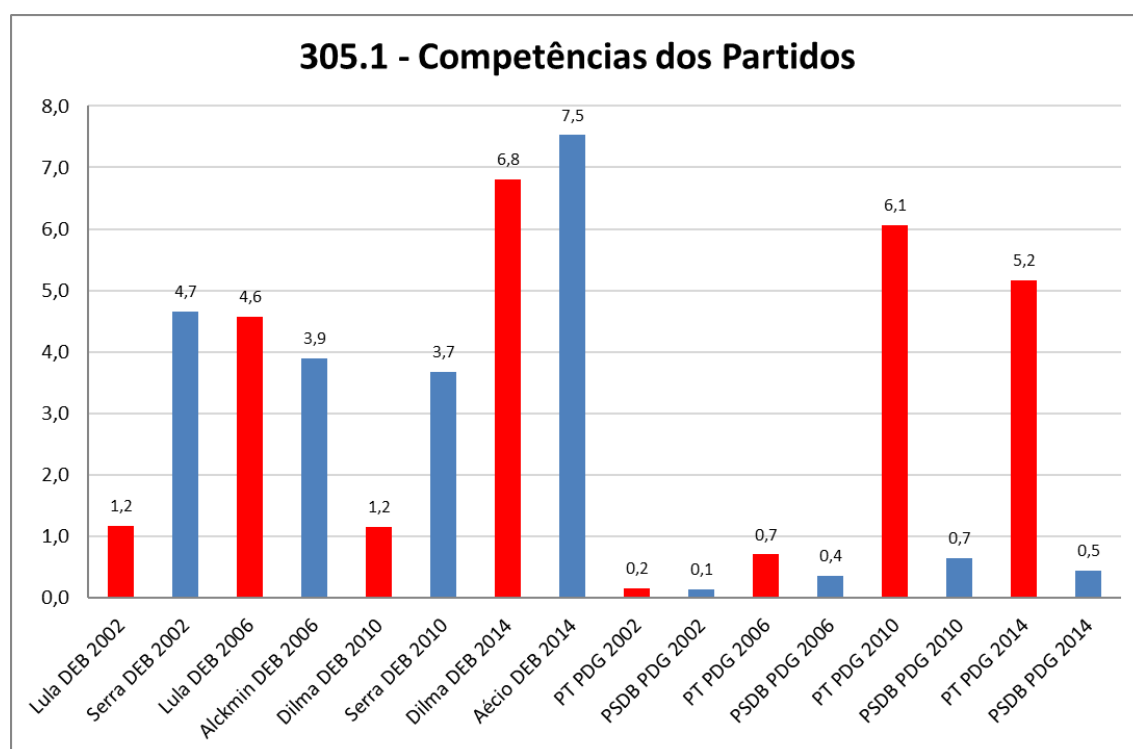
Gráfico 28 – Competências pessoais do/a candidato/a



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 28 mostra que as estratégias discursivas dos partidos nos debates televisivos foram muito mais pragmáticas do que programáticas, justamente por demonstrarem foco nas competências e incompetências dos dois candidatos. Os excertos dessa categoria foram divididos entre defesa de trajetória pessoal e ataques às trajetórias do oponente. As referências aos feitos e desfeitos dos partidos políticos também entraram nessa conta, principalmente a partir de 2006 quando PT e PSDB já haviam ocupado as duas posições, de governo e de oposição.

Gráfico 29 – Competência dos Partidos



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se trata das referências sobre os partidos o comportamento de PT e PSDB foi parecido. Novamente, foi possível apontar um destaque para as eleições de 2014 com alto índice de referência no discurso do debate televisivo sobre as trajetórias dos dois partidos durante os anos em que foram governo, sendo Aécio Neves o candidato que mais fez esse tipo de referência. Notou-se também que os programas de governo do PT de 2010 e 2014 faziam muitas

referências à defesa do partido enquanto executor das políticas públicas de distribuição de renda.

Diante dos resultados expostos acima foi possível perceber como PT e PSDB, embora liderassem coalizões amplas em lados opostos, conduziram de maneira muito parecida as estratégias de campanha e delimitações dos temas a serem abordados. Fugindo do radicalismo, os dois partidos se movimentaram para o centro do espectro em busca do voto do eleitor médio. Para além, percebeu-se que os dois partidos usaram os programas de governo como vitrine dos projetos e ideologias, talvez pelo alcance dos programas apenas para o eleitor mais envolvido com as questões políticas, deixando para os debates televisivos o momento de debater questões mais pragmáticas.

8. CONCLUSÃO

A presente tese foi desenvolvida a partir da hipótese de que PT e PSDB, as duas forças que figuraram como hegemônicas na competição eleitoral brasileira durante mais de duas décadas, teriam se movimentado de maneira centrípeta e diminuído a distância programática e ideológica que os diferenciavam. Para avaliar tal hipótese, trabalhamos a partir das teorias analíticas dos partidos políticos e suas estratégias e preferências ideológicas: a “Escolha Racional”, que atribui aos partidos objetivos mais pragmáticos, em busca da maximização de votos e da vitória nas eleições, e a “Salience Theory”, que coloca os documentos partidários e os discursos como vitrines das preferências ideológicas dos partidos para que os eleitores possam criar vínculos e realizar escolhas. A metodologia escolhida para investigar a hipótese passou pela classificação dos discursos em tempos de campanha eleitoral e os objetos selecionados foram os programas de governo e os debates televisivos.

Consideramos que a seleção dos objetos permanece válida, mesmo encontrando algumas dificuldades ao longo do caminho. Os programas de governo são fontes de pesquisa interessantes ao passo que são itens obrigatórios por lei no período eleitoral e, mesmo não sendo tão populares entre os eleitores, ganham cada vez mais atenção da opinião pública, da imprensa e dos atores envolvidos no processo eleitoral. O Brasil possui suas peculiaridades na maneira em que os partidos lidam com tal obrigatoriedade, e cada partido, ao longo dos anos, fez uso diferenciado dos programas como instrumento de comunicação com a população. PT e PSDB foram os únicos partidos a apresentar programas em todas as eleições do período de recorte temporal desta tese: entre 2002 e 2014, justamente por serem os líderes dos dois blocos que disputaram as eleições presidenciais com reais chances de vitória. Concluímos que os partidos se comportaram de maneira diferente em relação aos programas de governo. Em 2002, os dois atribuíam o mesmo grau de importância ao documento. Mas ao longo dos anos, e após estar no governo, o Partido dos Trabalhadores passou a construir programas cada vez com um menor número de páginas, chegando a atrasar a entrega dos documentos à Justiça Eleitoral, como em 2014, ano em que o partido foi acusado pelo oponente Aécio Neves de sequer entregá-lo. O PSDB seguiu pelos 12 anos com programas extensos e densos em relação a propostas, colocando discussões mais aprofundadas ao longo dos documentos.

Mesmo com a disparidade do nível de importância dado por cada partido aos documentos, foi possível comparar os conteúdos através dos dados disponibilizados pelo

Projeto MARPOR, que depois de décadas de investigação dos países europeus, criou uma metodologia específica para que fosse possível entender as democracias presidencialistas da América Latina e incluiu o Brasil em sua base de dados.

A escolha do debate televisivo como objeto também nos pareceu importante diante da lacuna de análises sobre o tema na literatura da Ciência Política brasileira. Os debates passaram a ter status de espetáculo no Brasil a partir da década de 1990, sofrendo com um pequeno período de interrupção e voltando com força em 2002, início do recorte de análise desta tese. As emissoras de televisão com maior alcance no país criaram suas próprias metodologias, mas também obedeceram a lei de 1997 que regulamentava os debates. Com maior audiência, a Rede Globo fez do debate do segundo turno das eleições um momento de ápice das campanhas eleitorais, confirmando a teoria de Holdbrook (1996) de que os debates seriam momentos cruciais e decisivos nas campanhas. Como foco na análise das estratégias e funcionamento dos debates, poucas são as análises sobre os conteúdos discursivos emitidos pelos candidatos. Foi justamente por isso que a presente tese recorreu à metodologia utilizada para a análise do discurso dos programas de governo, classificando os discursos orais (transformados em textuais) nas categorias criadas pelo projeto MARPOR. O histórico dos debates nos permitiu, inclusive, avaliar a influência da troca de candidatos no discurso realizado nos debates. Através dos dados percebemos um perfil pessoal de cada candidato, independente do partido, mostrando que este objeto esteve mais permeado pelo personalismo cultural das eleições brasileiras do que os programas de governo.

A questão da congruência discursiva nos partidos foi fundamental para avaliarmos a pergunta que fundamenta esta tese: as principais forças em oposição no Brasil estariam mais pragmáticas ou programáticas? Foi perceptível o quanto PT e PSDB dialogam através da mesma agenda, calculando e direcionando as falas para o que o eleitor pretende ouvir, principalmente no debate televisivo, onde as falas foram altamente influenciadas pela opinião pública e distantes dos programas de governo.

- Dados e Resultados

Para contemplar os objetivos propostos foram utilizadas duas bases de dados. A primeira, disponibilizada pelo Projeto MARPOR, consiste na codificação dos programas de

governo de PT e PSDB do ano de 2002, 2006, 2010 e 2014, feitas recentemente por pesquisadores estrangeiros ligados ao projeto. A segunda base de dados é uma compilação dos arquivos de vídeo dos debates televisivos produzidos pela Rede Globo de Televisão durante o segundo turno das eleições mencionadas. Para instrumentalizar os discursos dos debates foi utilizado o recurso da transcrição e, assim, transformados os discursos de áudio em discursos textuais, para que fosse possível realizar a codificação e a comparação entre os dois objetos. Segundo a metodologia exposta acima, os resultados gerais foram os seguintes:

Tabela 10. Codificações Gerais

Domínio Temático	PT - Partido dos Trabalhadores							
	Debates Televisivos				Programas de Governo			
	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
Relações Exteriores	2,6	0,5	0,0	1,3	5,0	6,9	10,6	3,3
Liberdade e Democracia	2,8	1,8	1,2	3,7	6,1	11,7	10,6	6,7
Sistema Político	12,2	20,6	11,2	36,9	10,9	14,2	12,1	12,2
Economia	23,5	19,6	19,8	14,9	42,0	25,2	23,1	36,0
Bem estar e qualidade de vida	27,1	28,2	29,5	15,7	25,4	26,5	28,8	29,9
Estrutura da Sociedade	8,5	6,1	5,8	6,5	4,0	8,2	8,3	4,3
Grupos Sociais	15,1	9,2	22,1	10,5	6,4	6,0	5,3	7,6
Não Classificáveis	8,2	14,0	10,5	10,5	0,2	1,2	1,1	0,0
Domínio Temático	PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira							
	Debates Televisivos				Programas de Governo			
	2002	2006	2010	2014	2002	2006	2010	2014
Relações Exteriores	1,5	0,7	0,0	2,6	6,0	2,9	0,8	2,6
Liberdade e Democracia	2,0	0,5	1,1	1,3	6,2	3,3	4,2	4,7
Sistema Político	23,5	23,9	22,8	38,5	7,0	13,8	9,7	11,9
Economia	18,6	19,7	20,3	15,5	32,8	41,2	38,6	29,3
Bem estar e qualidade de vida	26,5	28,7	24,6	16,6	25,1	23,3	28,2	31,1
Estrutura da Sociedade	4,4	8,3	3,3	2,8	8,4	5,9	6,9	9,4
Grupos Sociais	8,8	7,1	7,4	7,3	11,9	7,7	6,4	11,0
Não Classificáveis	14,7	11,2	20,2	15,5	0,6	1,9	5,3	0,1

Fonte: Elaboração própria

Os dados nos mostram uma proximidade de conteúdo entre PT e PSDB, e tal proximidade é um dos indícios que apontam para a validação da hipótese levantada nesta pesquisa, principalmente no que se refere ao período de 2002 a 2010. É possível perceber o quanto os dois partidos estão sujeitos ao que pensa a opinião pública e o eleitor médio, transitando entre os mesmos temas e dando ênfase discursiva às mesmas questões.

- Os programas de governo, os dados do MARPOR e a análise do caso brasileiro: resultados e dificuldades da pesquisa

Os programas de governo foram escolhidos como objeto para que as seguintes análises pudessem ser realizadas:

- 1) Qual o posicionamento discursivo de PT e PSDB durante as eleições de 2002 a 2006;
- 2) Através da Escala Rile, posicionar ideologicamente PT e PSDB;

Diferentemente dos outros pesquisadores brasileiros que já trabalharam com a metodologia de codificação de discursos, realizamos a escolha de trabalhar com os textos já codificados pelos pesquisadores vinculados ao projeto MARPOR, justamente para que fosse possível realizar um comparativo com o mesmo banco de dados utilizado pela literatura internacional. Ao longo da pesquisa e comparando os dados obtidos pela codificação do projeto com os dados obtidos pela codificação realizada e publicada por pesquisadores brasileiros, chegamos à conclusão que essa não é a melhor alternativa para que se chegue a dados mais fidedignos ao contexto brasileiro. Nossos objetivos foram investigados e trouxemos ao longo dos capítulos respostas de acordo com a codificação internacional. No entanto, ao longo do processo, percebemos muitas inconsistências no modelo das categorias, sendo elas:

- Diferença no número de sentenças de um mesmo documento: a primeira etapa de construção do corpus de análise passa pela codificação dos textos, processo que consiste em separar os discursos por “unidades de sentença”, trechos de texto que possuem significados, podem ser frases completas ou palavras soltas, desde que tais trechos transmitam uma ideia fechada. O número de sentenças acaba sendo o “N” da pesquisa, fato que interfere na comparação entre os resultados de ênfases temáticas e, sobretudo, nos resultados de

codificação. Por exemplo, enquanto pesquisadores brasileiros dividiram um programa de governo em 1200 sentenças, o pesquisador do MARPOR dividiu o mesmo programa em 900 sentenças. O fenômeno acontece justamente por conta da subjetividade dos pesquisadores e da interpretação que eles podem ter da realidade e do contexto que envolve o partido e o documento a ser estudado. A diferença do número de sentenças inviabilizou, inclusive, que fosse possível aplicar o “teste k” nos dados do projeto MARPOR e nos dados dos pesquisadores brasileiros para que fosse possível medir o nível de confiabilidade das codificações.

- Incoerência entre as codificações de uma mesma sentença: a partir da observação das diferentes codificações, percebemos uma grande incoerência entre as classificações, sendo uma mesma sentença classificada em categorias diferentes. Por exemplo, uma sentença classificada no domínio 5, referente ao tema do incentivo ao Estado de Bem-Estar Social, foi classificada pelo pesquisador brasileiro como Domínio 4, referente ao tema da agenda econômica. Tais inconsistências acontecem justamente por conta, novamente, da subjetividade do codificador. A essa subjetividade é possível atribuir a questão da nacionalidade e de um maior conhecimento do pesquisador sobre o verdadeiro significado de alguns discursos.

Mesmo com o esforço do projeto MARPOR em adequar sua metodologia e categorias ao contexto latino-americano, em um esforço de evitar os problemas descritos acima, acreditamos que tal adequação não tenha sido eficiente diante da dissonância de resultados entre a literatura brasileira e estrangeira.

Considerados os aspectos limitantes, podemos destacar algumas discussões que não foram prejudicadas por eles. Para além da análise de conteúdo mais específica, é possível realizar uma análise sobre as estratégias e métodos dos partidos em relação aos programas de governo. Segundo Bara (2005), a literatura sobre estes documentos precisa avançar e tentar responder os objetivos e procedimentos que os envolvem. Neste sentido, trazemos as seguintes inferências em relação ao caso brasileiro, de acordo com as variáveis estabelecidas por Harmel (2018):

- A) Objetivos dos programas de governo: PT e PSDB parecem ter objetivos muito parecidos em relação aos programas divulgados. Embora a entrega deles seja obrigatória por lei, a forte influência da agenda temática da opinião pública nos documentos, nos faz acreditar que os dois partidos produzem os programas com uma mistura de objetivos:
- 1) O apelo direto aos eleitores: ainda na perspectiva da Escolha Racional de Downs

(1957), os partidos produzem os documentos como instrumento de aliança com os eleitores, fazendo deles uma fonte clara de seus compromissos, atendendo ao cálculo de maximização de votos e buscando, para além de fortalecer sua base fiel, atrair novos eleitores, ou seja, o manifesto seria escrito com o potencial eleitorado em mente; 2) como meio de definir e guiar a agenda de campanha: os programas podem ser moldados para que cumpram o papel de organizadores das temáticas de campanha, orientando a militância interna. Alguns partidos abordam as próprias questões, outros deixam o programa ser influenciado por assuntos que estão em alta na opinião pública durante o período de campanha, abordando as questões de maior preocupação para os eleitores no momento;

Segundo Kavanagh (1981), para a maioria dos partidos, os manifestos servem, ao mesmo tempo, para diversas funções. No entanto, Harmel (2018) afirma que cada partido trabalha com seus programas de governo a partir de uma destas funções de forma prioritária. Tal prioridade depende muito do contexto histórico do país e das configurações do sistema político em que os partidos estão posicionados. No Brasil, percebemos uma forte influência da agenda da opinião pública na agenda de discursos eleitorais e programas de governo, como por exemplo, a incorporação da corrupção como prioridade temática por conta da espetacularização que o tema foi alvo no pleito de 2006 e 2014.

B) Processo de elaboração dos programas de governo: ao examinar os documentos podemos perceber que não há um padrão de informações sobre como os documentos são elaborados. Apenas em algumas edições consta a descrição de um corpo editorial elencando os nomes das pessoas que colaboraram no processo de autoria. Poucas são as que avançam nesse tipo de informação, um exemplo é o programa de governo do PSDB em 2010 (candidatura de José Serra) em que há uma descrição sobre como o texto foi escrito através da colaboração de filiados e simpatizantes do partido que enviaram sugestões pela internet. É a primeira vez, inclusive, que a questão da participação dos diretórios e instâncias partidárias aparecem vinculadas ao sistema informatizado. No entanto, tal prática não se repetiu em 2014. Salientamos que a investigação desta variável necessita extrapolar as informações contidas nos manifestos. É importante que o pesquisador procure outras fontes e sugerimos para pesquisas posteriores que sejam realizadas entrevistas com os responsáveis pelos programas apontados nos documentos,

além de todos os envolvidos no processo de estratégia de campanha pelos quais as decisões de formulação do conteúdo passaram. Infelizmente, a investigação sugerida seria demasiada extensa para que fosse contemplada nesta tese, mas está no horizonte de investigação para melhor contribuição à literatura que abrange a temática dos programas de governo.

Além dos bastidores dos programas de governo que envolvem práticas e estratégias em torno das elaborações, Harmel (2018) propõe que se avance nos conteúdos por eles abordados. O MARPOR, método utilizado como referência na presente pesquisa, aborda o conteúdo de maneira a interpretar os significados por trás de cada ideia apresentada, classificando-o em categorias temáticas. No entanto, o projeto pouco aborda outras dimensões analíticas do conteúdo como, por exemplo, o modo que os partidos escolheram para que ele fosse apresentado. Segundo as dimensões propostas por Harmel (2018), podemos inferir as seguintes classificações:

- Comprimento do texto do Manifesto: número de promessas X conteúdo retórico e esvaziado de projetos: Neste sentido, podemos apontar uma fragilidade nos programas de governo do PT, principalmente nas eleições de 2006, 2010 e 2014. Os programas foram muito curtos se comparados aos padrões. Em 2010 a disparidade entre a complexidade dos programas em disputa foi gritante, o PT apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral um programa de 23 páginas, enquanto PSDB apresentou um programa de 280 páginas. O número de páginas não interfere nos resultados da pesquisa que utiliza o método MARPOR, pois ele parte do princípio da comparação através da porcentagem de frequências temáticas. No entanto, segundo as dimensões de Harmel (2018), o tamanho do texto, assim como a profundidade dos compromissos vinculados são indícios de uma frágil utilização do recurso dos programas.

- Detalhes das promessas: compromissos vagos (estipula o compromisso com uma ação, com definição frágil da questão) X compromissos gerais (comprometimento com um determinado curso de ação, mas sem detalhes precisos de como executá-la): esta variável independe do tamanho do programa, e está mais ligada à densidade de cada compromisso assumido. Neste sentido, percebemos que os dois partidos variam entre compromissos vagos e compromissos gerais com extenso uso de retórica sobre os assuntos sem grande detalhamento sobre como aquele compromisso seria atingido.

- Promessas (descrevem precisamente qual é a intenção e quais as medidas que devem ser tomadas para executá-las) X promessas detalhadas (versões estendidas das promessas com informações precisas sobre a ação pretendida, incluindo metas e possíveis resultados): as promessas detalhadas são muito vagas nos programas dos dois partidos, pouco se fala em metas e possíveis indicadores. Os números aparecem mais como referência de metas alcançadas em governos anteriores que representam as candidaturas do que como referências a metas futuras.

O estudo mais detalhado dessas dimensões de conteúdo se faz necessário ao passo que elas podem ser um indício da solidez dos partidos e até mesmo da democracia. Segundo Bara (2005), o conteúdo das propostas pode variar de acordo com o grau de qualidade da democracia e institucionalização do sistema partidário e eleitoral em que os manifestos foram elaborados. Sabemos que o modelo de polarização entre PT e PSDB se esgotou em 2015, quando o PT saiu do governo através do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. Nas eleições de 2018, a polarização já não aparece com a mesma força ao passo que apenas o PT foi ao segundo turno das eleições, e o PSDB acabou por ser substituído nas urnas pelo PSL de Jair Bolsonaro. O processo de despolarização caminhou junto com grandes entraves nas instituições e, principalmente, na confiança do eleitor sobre o processo democrático e os sistemas de governança, eleitorais e partidários. Não podemos determinar as falhas na construção dos programas de governo como as culpadas por este processo, mas negar a influência desta frágil comunicação com o eleitor nos baixos índices de credibilidade da democracia institucional também seria irresponsável.

- Os debates televisivos: discursos e estratégias.

Os estudos sobre os debates televisivos ainda são embrionários no Brasil e no mundo. Os debates são tradicionais nas democracias em regime presidencialista e, apenas recentemente estão aparecendo nas democracias parlamentaristas europeias, como no caso recente dos primeiros debates entre candidatos à primeiro-ministro no Reino Unido. Esta característica faz com que a temática esteja mais presente na agenda de pesquisa dos americanos e, recentemente, da Ciência Política Latino-Americana e Europeia. Por sua alta carga personalista, os debates inclusive deram um tom de sistema misto nas democracias parlamentares em que estão sendo instituídos.

No Brasil, os debates só tiveram forte impacto a partir do processo de redemocratização na década de 1980, sendo a edição da Rede Globo para eleição presidencial em 1989, na disputa entre Collor e Lula, um grande marco. Interrompido em alguns processos eleitorais, o debate passa a ganhar força novamente a partir de 2002, se consolidando como um dos momentos mais esperados pelos eleitores para a tomada de decisão do voto. Esta recente trajetória faz com que o tema ainda não seja contemplado por estratégias e métodos específicos de investigação, embora tenha relevância científica para contribuição em diversos campos.

Neste sentido, a presente tese buscou olhar para os debates como um instrumento de comunicação dos partidos com seus eleitores e, a partir deste pressuposto, considerar que os discursos realizados podem ser indícios de fidelidade aos programas e à ideologia partidária ou até mesmo de alto pragmatismo e demagogia eleitoral. Pela deficiência nos métodos investigativos que se debruçam sobre o discurso como objeto, selecionamos outros métodos de análise de discurso e fizemos o com a metodologia de codificação do projeto MARPOR. Como toda investigação, alguns objetivos não foram alcançados de maneira satisfatória, no entanto, ao longo do processo, outras evidências chamaram atenção.

Em relação aos resultados obtidos através da codificação, foram encontrados os mesmos desafios que na análise da codificação dos programas de governo: a dificuldade de adaptação das categorias temáticas ao contexto brasileiro. E, para além, a dificuldade de adaptar um discurso informal e de certa forma espontâneo, às categorias pensadas para discursos formais e planejados como os dos programas de governo. No entanto, algumas descobertas se mostraram importantes:

- O alto nível de discurso retórico e esvaziado de propostas: percebemos que a informalidade do discurso falado, o pouco tempo para emissão da mensagem, a espontaneidade do ato de perguntar e responder em uma transmissão ao vivo, fizeram com que os temas fossem abordados de maneira mais superficial do que nos programas de governo, sendo pequeno o espaço para formulação de propostas mais detalhadas. Desta forma, a maior parte do discurso acabou sendo classificada como compromissos gerais, sem grande detalhamento;

- Maior influência da opinião pública na agenda a ser discutida: diante do modelo do debate, com participação direta dos eleitores realizando perguntas, e com a agitação dos últimos dias de campanha, um longo tempo do discurso acaba sendo usado para responder aos dilemas

apresentados pelos eleitores e aos anseios da opinião pública, assim como às polêmicas levantadas pelas candidaturas em disputa que tiveram forte repercussão na imprensa;

- Fortíssimo personalismo: a codificação segundo o modelo MARPOR e a classificação nas categorias colocadas pelo projeto permitiram perceber a presença muito forte de discursos que podem ser classificados nas categorias sobre competências e incompetências dos candidatos em nível pessoal. O forte personalismo foi uma tendência crescente nos debates, atingindo o ápice nas eleições de 2014, em que Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) ocuparam mais tempo do discurso falando sobre as próprias competências ou criticando as dos oponentes do que discutindo temas clássicos de propostas;

Os pontos levantados acima nos permitem concluir que o planejamento dos discursos nos debates televisivos pode ser classificado como um forte indício da Escolha Racional, teoria de Downs (1999), ao passo que os candidatos racionalizam sobre os pontos que mais podem chamar a atenção do cidadão médio, muito guiado pela opinião pública, em busca de convencer o maior número de eleitores, mesmo que para isso seja preciso não abordar pontos extremos e polêmicos que possa desagradar camadas amplas da população. O debate passa a ser, então, o palco para a disputa eleitoral mais acirrada, estando o discurso voltado para maximização de conquista de votos.

O exercício de análise aplicado nesta tese possibilitou o entendimento que a personalidade do candidato que representa o partido é uma variável de influência na maneira que os conteúdos são abordados nos debates. Ou seja, a estratégia discursiva assume características diferentes a partir do perfil do candidato. Perfis mais tradicionais como dos candidatos José Serra, Lula, Dilma e Alckmin realizaram um discurso mais programático, embora Dilma o fizesse em menor escala. Aécio Neves utilizou da estratégia mais personalista e ofensiva em relação a oponente, colocando em destaque características e trajetórias pessoais, em detrimento de um discurso mais voltado para as propostas.

Para além dos comportamentos dos candidatos nos debates, o exercício de aprofundar a reflexão sobre o conteúdo dos discursos através do método de categorias do projeto MARPOR nos trouxe a possibilidade de mensurar quais foram os temas mais expostos e, sobretudo, quais deixaram de aparecer mesmo estando presentes nos discursos dos programas de governo. A ênfase temática acompanhou os programas de governo priorizando a agenda de políticas sociais e a agenda econômica. No entanto, principalmente nos debates de 2010 e 2014, os temas da

eficiência governamental (principalmente o fator corrupção e as características pessoais dos candidatos) apareceram com o mesmo nível de prioridade. Em referência aos conteúdos que não apareceram, podemos levantar questões como a política internacional, a defesa da democracia e a defesa dos direitos humanos como os principais exemplos. Tais demandas não estariam tão em voga na opinião pública para que tomassem tempo no debate, mas mereciam atenção nos programas de governo.

- Linhas estratégicas na campanha eleitoral: Escolha racional e Saliency Theory.

Um dos objetivos da presente tese era analisar e classificar o comportamento de PT e PSDB diante dos discursos realizados em contextos eleitorais. Se guiados por um movimento de maximização de votos que pode ser explicado pela teoria da Escolha Racional (Downs, 1999), e se a escolha de salientar alguns temas abarcou uma diversidade de alinhamentos ideológicos com a trajetória do partido, como prevê a Saliency Theory (Robertson, 1976). Para tanto, buscamos avaliar algumas variáveis: a distância entre os programas dos dois partidos; a fidelidade do discurso com a ideologia do partido; e, partindo do pressuposto que os dois partidos configuravam posições dicotômicas, se programaticamente e ideologicamente eles ainda estavam de fato em lados opostos.

A principal conclusão a partir do exercício realizado é justamente a conclusão que confirma parcialmente a hipótese de embasamento desta pesquisa: PT e PSDB se aproximaram ideologicamente movidos por uma força centrípeta que os fizeram produzir documentos e discursos alinhados à posição de centro da escala ideológica no período de 2002 a 2010. Os dados corroboram nossa hipótese a partir da instrumentalização da Escala Rile e ao passo que mostram os dois partidos no mesmo lado – à esquerda – mas se movimentando em direção ao centro do espectro ao longo das quatro eleições estudadas. No entanto, em 2014 notamos um movimento discreto de novo afastamento entre os partidos, possivelmente pela característica de maior acirramento de polarização da referida eleição.

Para além, quando cruzamos os dois objetos – programas e debates – foi possível perceber um elevado nível de pragmatismo ao passo que os dois partidos passaram a realizar um movimento de deixar em segundo plano a exibição detalhada de alguns projetos divulgados nos programas de governo entregues ao TSE. Os gráficos expostos na seção que avalia a

congruência entre os debates nos mostram que a estratégia discursiva dos partidos nos debates televisivos é muito mais pragmática do que programática, além de mais centradas nas competências e incompetências dos dois candidatos do que no detalhamento de propostas. Neste sentido, os excertos desta categoria apareceram divididos entre defesa de trajetória pessoal e ataques às trajetórias do oponente. Referências aos feitos e desfeitos dos partidos políticos também entram nesta conta, principalmente a partir de 2006 quando PT e PSDB já haviam ocupado as duas posições: de governo e de oposição. É preciso salientar que a posição do partido em relação aos governos anteriores, se oposição ou situação, exerce um grande peso na construção da agenda do discurso ao passo que uma boa parte fica condicionada aos relatos sobre o desempenho dos partidos enquanto estiveram no comando da política pública.

Partindo do pressuposto que indica a influência da busca de votos na definição da agenda dos discursos, a análise nos leva a concluir que os discursos dos debates televisivos são mais influenciados por variáveis exógenas do que os discursos nos programas de governo. Acreditamos que o período em que o programa de governo é escrito, bem anterior ao processo eleitoral, faz com que seu conteúdo seja menos influenciado pelo contexto do momento, fato que permite um maior apelo às bandeiras dos partidos.

Os movimentos dos dois partidos para longe da própria ideologia com o objetivo de atrair o eleitor médio pode ser explicado no âmbito da Teoria da Escolha Racional justamente pelo entendimento de que estes partidos estariam atuando com o objetivo prioritário de atrair votos e ganhar eleições. Desta forma, tanto PT, quanto PSDB teriam se comportado como na lógica de mercado, guiados pela maximização dos interesses pelo voto e não pela aplicação de um conjunto de projetos. Delimitamos, diante dos dados, como verdadeira a máxima em que Downs (1999) argumenta: “a posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores”.

- O pragmatismo substituindo o programático: transformações no sistema

Diante da confirmação da hipótese desta tese sobre a aproximação ideológica das principais forças partidárias opositoras nas duas últimas décadas, é possível destacar como tal aproximação sinaliza uma transformação das instituições sistêmicas brasileiras. Seguindo a

linha de Carreirão (2014), que discute como a ideologia conta cada vez menos como estruturadora do sistema partidário brasileiro, é possível afirmar que os discursos de PT e PSDB nos programas de governo e debates televisivos são tão parecidos que corroboram com a hipótese de aproximação dos projetos dos dois partidos por um longo período (2002 a 2010).

Quanto mais se aproximaram nos discursos, mais os dois partidos se afastaram de suas bases, movimento que se confirma pelo crescente descontentamento da sociedade com as instituições partidárias e representativas. O problema gerado revela falhas no *accountability*, com efeitos negativos perante a base de militância dos partidos e, portanto, na legitimidade que a base garantia. (Carreirão, 2014).

Neste sentido, por mais que se afirme que o Brasil passou por duas décadas de estabilidade institucional, justamente pelo peso organizacional que representava a hegemonia dicotômica entre PT e PSDB, existem indícios de que a competição havia deixado o aspecto fiel aos programas para encampar o pragmatismo que garantiria novamente o vínculo com o Estado. Os estudos de Zucco (2011) mostraram este movimento no congresso nacional, provando que, embora os deputados declarassem uma autoclassificação ideológica consistente, os posicionamentos reais que encampavam nas votações da câmara muitas vezes não correspondiam à própria ideologia. No jogo político, a maioria dos partidos estariam deixando de lado a ideologia como fator estruturante das disputas no interior do Congresso e optando por se comportar de acordo com a coalizão que ocupam, sendo de governo ou de oposição.

O fato é que o pragmatismo eleitoral, ao longo dos anos, foi tomando conta dos partidos políticos no cenário da “Nova República” brasileira. Mesmo o PT, com longa trajetória baseada nos vínculos com os movimentos populares, sendo classificado inclusive como partido de massas na categorização clássica de Duverger, sofreu um processo de abandono dos vínculos com a sociedade e com o eleitor após ter entrado na gestão da máquina pública e ter se vinculado ao aparato do Estado. A pouca importância que o partido deu à construção dos programas de governo nas últimas eleições - um instrumento legalmente considerado como o grande facilitador de diálogo com a sociedade - demonstra um pouco deste descolamento com a militância de esquerda tradicional do partido. No mesmo ritmo, o PSDB também parece ter se perdido pelo caminho. Sem construir novos quadros que representassem o ideal da social democracia, o partido se movimento em direção ao centro e, em determinados assuntos, ultrapassou a barreira da escala ideológica posicionando-se à direita no espectro. Diante de suas

raízes democráticas e sociais, o partido tentou, sem sucesso, abarcar as agendas sociais com as agendas econômicas neoliberais.

As forças centrípetas identificadas na movimentação dos dois partidos, assim como a semelhança encontrada na estratégia desses movimentos, fizeram com que a competição ficasse aberta a uma terceira força que representasse uma mudança em relação ao status quo de competição sustentado nos últimos 20 anos. Engolidos pelos altos índices de rejeição ao sistema político, PT e PSDB passaram a representar o imaginário da velha política sistêmica tão rejeitada por tantas camadas sociais. Neste contexto, a polarização que os colocava como líderes hegemônicos dos dois blocos de partidos mais competitivos das últimas décadas cedeu e abriu brecha para uma força de extrema direita: o PSL de Jair Bolsonaro, vitorioso nas eleições de 2018.

- Limites, desafios sobre o tema e considerações finais

A análise do discurso político no Brasil, considerando como objetos os programas de governo e os debates televisivos, ainda necessita de uma ampla investigação através de exercícios metodológicos. Por mais que o diálogo com as metodologias internacionais seja importante para que se possa contribuir com a literatura, sempre se faz necessário adequar metodologias ao contexto brasileiro tão cheio de peculiaridades, principalmente no que se refere ao debate televisivo visto como objeto. Por ser um exercício investigativo, a presente pesquisa contribuiu para o processo de construção destes objetos como parte da agenda da ciência política brasileira. Muitos são os avanços necessários para que a investigação se torne mais completa, principalmente no desenvolvimento de categorias discursivas que contemplem a complexidade do processo eleitoral brasileiro.

O país passou por graves crises institucionais na recente democracia pós regime militar. Uma sucessão de fatos mexeu com as estruturas dos sistemas causando momentos de instabilidade: jornadas de junho²⁷ / processo de impeachment da então Presidenta Dilma / prisão do ex-presidente Lula / processo eleitoral decidido com forte influência de fakenews – termo popular utilizado para definir notícias e propagandas políticas com conteúdo falso. Diante deste

²⁷ As manifestações de junho de 2013 marcaram a história recente diante da mobilização de milhares de protestos pelo país em que a classe política

contexto de instabilidade, torna-se cada vez mais importante compreender os meandros políticos que se desenrolaram ao longo do período conhecido como “Nova República”. A presente tese problematizou alguns indícios que podem ter levado ao esfacelamento da hegemonia formada por tucanos e petistas, no entanto, sabemos que são muitas as perspectivas que dialogam com o fato, estando o debate aberto para novas investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro*. Rio de Janeiro, Dados, Revista de Ciências Sociais, 1988.

ALMEIDA, A. L. V. A prisão de Lula e a crença na “justiça verdadeira”: reflexões sobre o lugar do direito na reprodução da sociedade de classes. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 3, p. 1598-1620, 2018.

AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P.F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 107-123, 2015.

AMPARAN, A. C. (2008), *El framing de los debates presidenciales en México (1994- 2006)*, México, uam/Porrúa, 163 pp.

ARES, C. Y.; VOLKENS, A. ¿Por qué y cómo se está extendiendo el Manifiesto Project a América Latina? *Revista Española de Ciencia Política*, n. 43, p. 115-135, 2017

BARA, J. A question of trust: implementing party manifestos. *Parliamentary Affairs*, v. 58, p. 585–599, 2005.

BARTOLINI, S.; MAIR, P. (1990). *Identity, competition and electoral availability: the stabilization of European electorates (1885-1985)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BRAGA, M. S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72, 2010.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL Jr, J . Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)*, v. 17, p. 271-303, 2011.

BRAGA, M. S. S. ; RIBEIRO, P. F. ; AMARAL, O. E. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014). In: Flavia Freidenberg. (Org.). *Los Sistemas de Partidos en América Latina (1978-2015)*. 1ed.Cidade do México: INE; UNAM, v. 2, p. 69-134, 2016.

BRAGA, M. S.S.; COSTA, V. M.; FERNANDES, J. L. M. (2018) Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

BRESSER PEREIRA, L. C. Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n 39, p. 53-72, 1997

BORGES, A. S. *A construção do Partido dos Trabalhadores no maranhão*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BUDGE, I.; KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A.& BARA, J. Mapping Policy Preferences: Estimates for parties, electors, and governments 1945-1998. New York: Oxford University, 2001.

BUDGE, I.; BARA, J.; MCDONALD, M.; KLINGEMANN, H.; VOLKENS, A. Mapping Policy Preferences from Texts: Statistical Solutions for Manifesto Analysts. Oxford: Oxford University Press, 2013

CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.14,p. 255-295, 2014.

CARREIRÃO, Y. S.; NASCIMENTO, F. P. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 75-104, 2010.

CARVALHO, J. M.. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1. P.236, 2001.

CHARLOT, J. Political parties: towards a new theoretical synthesis. *Political Studies*, v.3, p.352–361, 1989.

COHEN, J. A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, v.XX, n.1, p. 37-46, 1960.

CORTINA, R. D, “Los debates político-electoral televisados en Mexico en la voz de dos generaciones y votantes: un estudio de recepción en el ámbito de la comunicación política”, *Global Media Journal*, vol. 8, num. 15, pp. 98-122, 2011.

DETTERBECK, Klaus. “Cartel Parties in Western Europe?”. *Party Politics* 11 (2): 173-191, 2005.

DINAS, E; GEMENIS, K. Measuring Parties’ Ideological Positions with Manifesto Data: A Critical Evaluation of the Competing Methods. School of Politics, International Relations and Philosophy (SPIRE), Keele University Staffs ST5 5BG, UK, 2009.

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. Os partidos políticos. São Paulo, Zahar, (1970 [1951]).

ESPING-ANDERSEN, G. The Three Worlds of Welfare Capitalism, Cambridge, Polity Press, 1990.

EVANS, P.B. Análise do Estado No Mundo Neoliberal: Uma Abordagem Institucional Comparativa. *Revista de Economia Contemporânea* Nº 4. jul. – dez. 1998.

FURTADO, O. H. P. Trajetos e perspectiva-social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil. 158f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1996.

HARMEL, R. The how's and why's of party manifestos: Some guidance for a cross-national research agenda. *Party Politics*, v. 24, n.3, p. 229–239, 2018.

HOLANDA, M. F. Duas direitas no espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros. Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, ALACIP, Montevideu. 2019.

HOLBROOK, T. *Do Campaigns Matter?* London : Sage Publications, 1996.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

JAMIESON, K. H. y BIRDSELL. D. S, *Presidential debates: The challenge of creating an informed electorate*, Oxford, Oxford University Press, 1998.

KAVANAGH, D. The politics of manifestos. *Parliamentary Affairs*, v. 34, p. 7–27, 1981.

KATZ, R. S. & MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, Thousand Oaks, v. 1, n. 1, p. 5-28, Jan, 1995.

KINZO, M. D. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KINZO, M. D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. vol.20, n.57, pp.65-81. ISSN 0102-6909, 2005.

KINZO, M. D. G. e Braga, M. S. S. Sistema eleitoral, Competição partidária e Representação Parlamentar nos Legislativos estaduais. Seminário Internacional: Legislativos Estaduais em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte (MG). 2003.

KLINGEMANN, H.D., VOLKENS, A. et al. *Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003*. Oxford, Oxford University Press, 2006.

KOOLE, R. “Cadre, Catch-all or Cartel? A Comment on the Notion of the Cartel Party”. *Party Politics* 2 (4): 507-523, 1996.

KRAUSE, S., GODOY, P.P.A. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In S.Krause et al. (orgs), *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Perfis e Tendências*, Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo: Ed. UNESP, pp. 41-98, 2010.

LAVER, M. & BUDGE, I. *Party Policy and Government Coalitions*. New York: St. Martin's, 1992.

LEITE, J. F. L. Os presidenciáveis no ringue eletrônico: apontamentos sobre a história dos debates presidenciais televisivos. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos Cebrap*, n. 88, p. 21-37, 2010.

LOURENÇO, L.C - Abrindo a Caixa-Preta: da indecisão à escolha - a eleição presidencial de 2002. Tese de Doutorado apresentado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

LOURENÇO, L. C. Los debates presidenciales en el Brasil que eligió a Lula: percepciones del elector y las debates televisivos de 2002. *El votante latino-americano Comportamiento electoral y comunicación política*, p. 365 – 387, 2015.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A ‘coerência’ ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: POWER, T.; ZUCCO Jr., C. (Orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, (Caps. 2 e 3, p.51-122), 2001.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, S.; TORCAL, M; Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization, *Handbook of party politics* 11 (6), 204-227, 2006

MAIR, P. *Party system change: approaches and interpretations*. Oxford: Oxford University Press, 1997

MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys. In: M. Laver (Org.), *Estimating the policypositions of political actors*. London; New York: Routledge, p. 10-30, 2001

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, Ano 10, out., p. 5-34, 1995.

MARPOR. Coding Scheme: CMP. Manifesto Project Database. URL: https://manifestoproject.wzb.eu/coding_schemes/1

MELO, C.R. (2010). Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 13-41, 2010.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. (2012). Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R.. Pt- A Formação de Um Partido (1979-1982). 1. ed. SAO PAULO: PAZ&TERRA, 220p, 1989.

MENEGUELLO, R., AMARAL, O. E.; BIZZARRO NETO, F. The similarities of the adversaries: The profile of the middle-level elites of the PT and the PSDB. Trabalho apresentado no XXXII Congress of the Latin American Studies Association, Chicago, 2014.

MENEGUELLO, R.; ARQUER, M. . Las elecciones brasileñas de 2014: un país partido por la mitad. In: Manoel Alcántara; Maria Laura Tagina; Daniel Bouquet. (Org.). Elecciones y partidos en América Latina en el cambio de ciclo. 1ed.Madrid: CIS, v. 1, p. 75-107, 2018.

MIGUEL, L. F. Os partidos brasileiros e o eixo ‘esquerda-direita’. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (orgs). *Coligações Partidárias Na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: EdUNESP, 2010.

MPESI, A. Political parties and their manifestos: inferring party policy positions in Malawi since 1994. *Forum for Development Studies* 38: 25–42, 2009.

MUNDIM, P. S. “Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006”, *Opinião Publica*, vol. 16, núm. 2, novembro, Campinas, pp. 394-425, 2010.

NETO, Antônio Fausto Neto; RUBIM, Antonio Albino; VERÓN, Eliseo . *Lula Presidente - televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo, Hacker, 2003.

NICOLAU, J. “Parties and Democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward.Cartelization”, in *Political Parties and Democracy*, 2010.

OLIVEIRA, C. B. *Horário Gratuito Político Eleitoral – HGPE: O Eleitor e a Cidadania Política*. Porto Alegre, 2008.

PANKE, L. *Lula do sindicalismo à reeleição: um caso de comunicação, política e discurso*. Guarapuava: Unicentro; São Paulo: Horizonte, 2010

PANKE, L; CERVI, E. Análise da Comunicação Eleitoral: Uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. *Revista de Comunicação e Cultura – Contemporanea*, v. 9, n 3, 2011.

PEDERSEN, M. N. Changing patterns of electoral volatility in european party systems: explorations in explanation. In: DAALDER, H.; MAIR, P. (ed.). *Western european party systems: continuity and change*. Beverly Hills: Sage, 1983.

POWER, T. J. Brazilian Politicians and Neoliberalism: Mapping Support for the Cardoso Reforms, 1995-1997. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v.40, n.4, p.51-72, 1998.

POWER, T.; ZUCCO JR., C. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2008.

POWER, T.; ZUCCO JR., C. *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PRZEWORSKI, A. Institutionalization of Voting Patterns, or is Mobilization the Source of Decay? *Revista Americana de Ciência Política*, volume 69, edição 1, páginas 49-67, 1975.

RAY, L. Validity of measured party positions on European integration: assumptions, approaches, and a comparison of alternative measures. *Electoral Studies*, v. 26, p. 11–22, 2007.

RIBEIRO, P. F. Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais”. *Anais... 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 25 a 29 de outubro, 2005*.

RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: UFSCar, 2008.

RIBEIRO, P. F. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do ‘GT79’ (1996-2008). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs). *Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad- Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIBEIRO, P. F. El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. *Revista de Ciência Política*, v.33, n. 03, 2013.

RIBEIRO, P. F. VIZONÁ, A.; CASSOTTA, P. L. Brasil: Un país en compás de espera. *Revista de ciencia política*, v.36, n.1, 51-74, 2016.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, v. 16, n. 1, p. 28-64, 2010.

ROBERTSON, D. *A Theory of Party Competition*. London and New York: Wiley, 1976.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.49, p. 71 - 90, 2002.

ROMA, C. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca - España, v. 44, p. 153-184, 2006.

ROMÃO, W. M. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Revista Agenda Política*, v.1, n.2. p. 152–167, 2014.

ROSE, R.; MACKIE, T. Do parties persit or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWSON, K.; MERKL, P. (Eds.). *When parties fail*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

SARTORI, G. *Parties and party systems: a framework for analysis*. New York: Cambridge University Press, 1976

SCHMITT, R. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

SOUSA, V. R. *As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2006.

VEIGA, Luciana F.; SOUZA, N. R. ; AVI, S. . Debate presidencial: as estratégias de Lula e Alckmin na TV Bandeirantes. *POLÍTICA & SOCIEDADE (IMPRESSO)*, v. 6, p. 195-218, 2007.

TAROUCO, G. S.. Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda.. In: 13° Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2007, Maceió - AL. 13° CISO, 2007.

TAROUCO, G. S.. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)*, v. 4, p. 169-186, 2010.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. . Liberalismo, conservadorismo e partidos políticos no Brasil. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVIII Congresso da ALAS, 2011.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. . Left and Right in the Brazilian Party System. In: XI Congress of BRASA - Brazilian Studies Association, 2012, Urbana-Champaign- Illinois USA. BASA XI Proceedings, 2012.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de sociologia e política*, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, v.15, n.1, p.e24-e39, 2015.

TAROUCO, G.; VIEIRA, S. M.; MADEIRA, R. M. Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 24, p. 135-150, 2015.

VIEIRA, S. M. O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo. In: POWER, T.; ZUCCO JR., C. (Orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

WALD, K. y LUPFER, M, “The presidential debate as a civics lesson”, *The Public Opinion Quarterly*, vol. 42, núm. 3, otoño, pp. 342-353, 1978.

WEINBERG, M. Writing the republican platform. *Political Science Quarterly* 92: 655–662, 1977.

WERNER, A.; LACEWELL, O.; VOLKENS, A. (2015) *Manifesto Coding Instructions* (5 th revised edition), February. Disponível em https://manifesto-project.wzb.eu/download/papers/handbook_2014_version_5.pdf.